

A UNESCO
E OS DESAFIOS
DO NOVO SÉCULO

KOICHIRO MATSUURA





A UNESCO
E OS DESAFIOS
DO NOVO SÉCULO

KOICHIRO MATSUURA





A UNESCO
E OS DESAFIOS
DO NOVO SÉCULO

KOICHIRO MATSUURA





Edições UNESCO Brasil

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

Tradução: Jeanne Sawaya,
Oswaldo Biato e Sérgio Bath
Revisão: Sueli Mello
Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite
Projeto Gráfico e Diagramação: Edson Fogaça

©UNESCO, 2002

Matsuura, Koichiro
A UNESCO e os desafios do novo século/Koichiro Matsuura;
tradução de Jeanne Sawaya, Oswaldo Biato e Sérgio Bath. – Brasília : UNESCO, 2002.
252p.

1. Relações Internacionais 2. Organizações Internacionais
3. Educação 4. Ciências 5. Meio Ambiente 6. Cultura
7. Comunicação e Informação 8. Cultura de Paz I. UNESCO II. Título

CDD 320



Organização das Nações Unidas
para a Educação, Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 321-3525 • Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	7
<i>Apresentação</i>	9
<i>Abstract</i>	11
ABERTURA	13
<i>O Papel da Educação na Redução da Pobreza: objetivos e preocupações da UNESCO</i>	15
EDUCAÇÃO	25
<i>Fórum Mundial de Educação</i>	27
<i>Estará a Globalização da Economia Criando Valores para uma Nova Civilização?</i>	37
<i>Educação Internacional e Desafios Globais</i>	47
<i>Educação para Todos e Desenvolvimento Sustentável nos Países Menos Desenvolvidos</i>	55
<i>Educação para Todos para Aprender a Viver Juntos: estratégias de conteúdo e aprendizado – problemas e soluções</i>	63
<i>Envolvimento da Sociedade Civil no Programa Educação para Todos</i>	73
<i>Dacar: desafios e possibilidades</i>	83
CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE	97
<i>Florestas –Água – Povos nos Trópicos Úmidos: passado, presente e futuro da pesquisa hidrológica para o gerenciamento integrado da terra e da água</i>	99
<i>Bioética: implicações internacionais</i>	105
<i>A Dimensão Ambiental do Diálogo entre Civilizações</i>	115
<i>As Reservas da Biosfera e o Desenvolvimento Sustentável</i>	121
<i>A Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia</i>	125
<i>Ética, Propriedade Intelectual e Genômica</i>	131

CULTURA.....	137
<i>Diversidade Cultural: os desafios do mercado.....</i>	139
<i>Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.....</i>	145
<i>Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado.....</i>	151
<i>Indústrias Culturais e Novas Tecnologias da Informação.....</i>	155
<i>Patrimônio Cultural Imaterial:</i>	
<i>o papel da UNESCO e as áreas de ação prioritárias.....</i>	161
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA.....	165
<i>O Papel das Tecnologias de Informação e Comunicação no Contexto</i>	
<i>de uma Economia Global Baseada no Conhecimento.....</i>	167
<i>Iniciativa do Divisor Digital Global.....</i>	175
CULTURA DE PAZ E O DIÁLOGO ENTRE AS NAÇÕES.....	179
<i>Diálogo entre as Religiões.....</i>	181
<i>A Cultura da Paz: uma idéia em ação.....</i>	187
<i>O Papel da UNESCO na Consolidação da Cultura de Paz</i>	
<i>e do Diálogo entre as Civilizações.....</i>	193
<i>A UNESCO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....</i>	201
<i>Aspectos Políticos do Diálogo entre as Civilizações.....</i>	205
<i>Diálogo entre Civilizações: teoria e prática.....</i>	215
ASSUNTOS CONTEMPORÂNEOS.....	221
<i>Rumo a uma Comunidade de Democracias.....</i>	223
<i>Qual a Agenda para a Segurança Humana no Século XXI?</i>	227
<i>As Novas Faces da Guerra e as Causas das Características</i>	
<i>dos Conflitos Contemporâneos.....</i>	231
<i>O Século XXI: rumo a um mundo livre de armas nucleares.....</i>	235
<i>A Perspectiva da UNESCO para o Século XXI.....</i>	241



PREFÁCIO

Em boa hora, chegam ao conhecimento do público brasileiro os discursos e conferências do Diretor-Geral da UNESCO, Embaixador Koichiro Matsuura. Por meio deles, podemos aferir a necessidade e a pertinência dos temas de que se ocupa a Unesco, em um cenário de rápidas - e por vezes dramáticas - transformações que experimenta a cena internacional. Após pouco mais de dois anos à frente da Organização, em que iniciou um oportuno processo de reformas e definiu um novo conjunto de prioridades estratégicas, o Embaixador Matsuura logrou oferecer aos Estados Membros da UNESCO uma série de ações e iniciativas que se constituem como estimulantes alternativas de cooperação diante dos desafios do mundo contemporâneo.

A trajetória do atual Diretor Geral da UNESCO revela uma rica experiência diplomática e administrativa. Matsuura esteve na delegação de seu país de origem, o Japão, na OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico); posteriormente, ocupou o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Econômica, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando tomou contato com os projetos de cooperação técnica agrícola japoneses na área do Cerrado brasileiro. Como Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, encarregou-se da participação do Japão nos encontros da Cúpula do G-7 de 1992 a 94. Além disso, Matsuura, que já havia servido em Washington, chefiou o importante Departamento de Assuntos da América do Norte, ponto nevrálgico da Chancelaria nipônica.

É a partir de 1994 que o Embaixador Matsuura inicia seu percurso no universo da UNESCO. Acumulando os cargos de Embaixador do Japão na França e na UNESCO, ele vem a se destacar em um tema dos mais caros e sensíveis desta Organização: a proteção ao patrimônio cultural e natural. Em 1999, Matsuura preside o Comitê do Patrimônio Mundial, órgão colegiado que dirige os rumos da Convenção de 1972 do Patrimônio Mundial, instrumento de grande visibilidade - recorde-se que o Brasil tem 17 sítios (10 culturais e 7 naturais) na lista do patrimônio.



A área da cultura, na UNESCO revela, aliás, algumas das mais significativas realizações da administração Matsuura. A primeira é a aprovação, na última Conferência-Geral, da Declaração sobre Diversidade Cultural, primeiro texto internacional que enfatiza a urgência da defesa dos valores identitários culturais diante do fenômeno da globalização. E o segundo é a realização do concurso Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível, cuja primeira edição premiou 19 manifestações em 2001, marco pioneiro na defesa das tradições da cultura popular.

Mas não é apenas no âmbito da cultura que podemos conferir as direções que a administração Matsuura caminha. A UNESCO responde também, no plano multilateral, pela educação – área onde se desenvolve o programa "Educação para Todos" ; pelas ciências – onde aparecem importantes ações na área ambiental e na bioética; e pela comunicação e informação – em que se destacam iniciativas para reduzir o "digital divide", bem como para utilizar as novas tecnologias da informação, ferramenta de atualidade indispensável em projetos de erradicação da pobreza e construção da sociedade do conhecimento.

Finalmente, é promovendo o diálogo entre as civilizações, tradição que remonta aos pilares básicos que orientam a ação da UNESCO – surgida no pós-guerra dos anos 40, a exemplo de sua organização-mentora, as Nações Unidas – que o Diretor-Geral da UNESCO, como podemos atestar em seus discursos, dá sua contribuição para o esclarecimento dos dilemas que afligem a humanidade, no início do século XXI.

Recorde-se, ainda, que Matsuura escolheu um brasileiro – o Dr. Marcio Barbosa - para o cargo de Diretor-Geral adjunto, fato que ilustra e reforça o potencial de nosso país em participar dos projetos e compartilhar as ações da UNESCO, aqui expostas em um painel abrangente e instigador.

José Israel Vargas

Embaixador do Brasil perante a UNESCO

APRESENTAÇÃO







ABSTRACT

This compilation presents some of the most relevant speeches of Ambassador Koichiro Matsuura, Director-General of UNESCO. Further to recent developments related to the UNESCO lines of action from a global perspective, the following readings reflect what UNESCO cares the most. The six keystones of the UNESCO mandate were well encapsulated by the present book and include: Education, Science and the Environment, Communication, Information and Information Technology, Culture of Peace and Contemporary Debates.

Stating that Portuguese is the sixth language spoken in the world, the present edition of our Director-General's thoughts can be seen as a great achievement. That is precisely the expected outcome of this book: to responsibly raise relevant and contemporary issues in a diverse and fast-growing Portuguese-speaking society. This publication should also be interpreted as an attempt to widespread the UNESCO official point of view hereby represented by the words of its Director-General.

Not only this book intends to put some light on common matters faced by nations worldwide, but it is also optimistic about better days ahead. By abolishing any possible language barrier and offering ready-to-use material to our always supportive local partners, we believe that we can better contribute to global understanding and a more constructive agenda.





Abertura



*O Papel da Educação na Redução da Pobreza: objetivos e preocupações da UNESCO**

Senhor Presidente do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
Senhoras e Senhores,

17

Minha presença aqui, hoje, é ao mesmo tempo uma honra e um passo crucial nos esforços da UNESCO e no meu empenho pessoal para levar adiante a Agenda de Dacar. Obrigado pelo seu tempo.

Na verdade, para mim o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento - CAD não é algo novo. Na década de 1980 representei o meu país em reuniões de alto nível do CAD, e na última delas a que assisti, em 1989, tive a honra de ser o primeiro a falar sobre o tema da sessão, que era "Os países desenvolvidos e a cooperação para o desenvolvimento nos anos 1990". Naquela oportunidade (há mais de uma década!), acentuei a necessidade de adotar abordagens específicas na cooperação para o desenvolvimento; a necessidade de maiores fluxos de recursos assistenciais; a necessidade de fortalecer a avaliação da assistência. Tenho a certeza de que concordarão comigo de que essas necessidades foram reconhecidas, mas nem sempre atendidas.

Senhoras e Senhores,

"Os ricos estão ficando mais ricos, e os pobres, mais pobres."

Com que frequência todos ouvimos este refrão? Ele nos persegue e nos censura. Costumava estar associado à divisão entre o Norte e o Sul mas, agora, com o desenvolvimento de uma economia global, o fosso que separa os ricos dos pobres está aumentando dentro dos países, mesmo no Norte. Conhecemos os efeitos do deslocamento social e econômico e da transição

* Discurso pronunciado em 2 de outubro de 2000, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris.



econômica; do declínio da produção, da receita governamental e da renda familiar e o colapso da infra-estrutura e da saúde pública. O alcoolismo, a ruptura familiar, o suicídio, a prostituição, o abuso de drogas, o crime, a AIDS e a tuberculose são alguns desses efeitos. Mas, o mais sério é a pobreza estrutural de longo prazo: o tipo de pobreza estrutural que vem persistindo durante décadas nos países do Sul, a despeito das nossas boas intenções.

Permitam-me mencionar brevemente alguns indicadores dessa dura realidade:

- * O número de pessoas que vivem em situação de pobreza absoluta tem aumentado.
- * Em todo o mundo, cerca de 1,3 bilhões de pessoas subsistem com menos de um dólar por dia e quase metade da população mundial vive com menos de dois dólares por dia.
- * Há 800 milhões de pessoas subnutridas e 1,3 bilhão de pessoas vivem sem água de boa qualidade.
- * Estima-se que em 2005, 51% da população da África ao Sul do Saara estarão vivendo em condições de pobreza absoluta.
- * Mais de 113 milhões de crianças não têm acesso à educação primária.
- * A projeção para 2005 do número de crianças que não vão à escola é de 50,7 milhões, só na África sub-saariana.
- * O analfabetismo funcional está se alastrando de forma alarmante.
- * Um sexto da população mundial, com mais de 15, anos não sabe ler e escrever.
- * Há no mundo 880 milhões de analfabetos.
- * Há duas vezes mais mulheres analfabetas do que homens.
- * Em alguns países, o HIV/AIDS, os desastres naturais e os conflitos civis têm atuado contra a integração social e aceleraram o empobrecimento das comunidades.

Níveis insustentáveis de endividamento estão comprometendo as opções de políticas públicas internas dos países e absorvendo recursos que, de outra forma, poderiam ser destinados a serviços sociais, inclusive à educação básica e à água de boa qualidade, ou a programas orientados para aliviar a pobreza.

O que é que nós, a comunidade internacional, deixamos de fazer? Que podemos fazer melhor para cumprir os compromissos assumidos em tantas oportunidades, durante a década de 1990? Conforme todos concordamos na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague:

"Comprometemo-nos com as metas de erradicação da pobreza extrema no mundo por meio de ações nacionais decisivas e da cooperação internacional, como um imperativo ético, social, político e econômico da humanidade."

Embora o desenvolvimento seja um objetivo importante do programa da UNESCO, há muito tempo a Organização não tem participado, de forma consistente, da linha de frente do debate e das ações internacionais no campo específico da erradicação da pobreza. No entanto, em uma agenda mundial que continua a evoluir rapidamente e exige que a Organização una suas forças com as agências associadas do sistema das Nações Unidas e com os Estados Membros, a UNESCO tem uma função fundamental a desempenhar e está em posição de acrescentar um valor significativo ao esforço coletivo no sentido de traduzir em realidade a meta de reduzir pela metade a pobreza extrema até o ano de 2015.

As melhores contribuições da UNESCO ao alívio da pobreza estão nas áreas em que nenhuma outra organização possui competência, experiência ou abrangência comparáveis. Com efeito, os campos de competência da UNESCO são críticos para a capacitação, a criação de um ambiente que permita às pessoas participarem ativamente do desenvolvimento individual e social através da educação, o respeito pelos direitos humanos, a sensibilidade cultural e histórica no planejamento de políticas públicas, a sustentabilidade ambiental e o acesso à informação para todos.

Em seu trabalho, a UNESCO estimula a aplicação do conhecimento e a mobilização de competências para resolver problemas que a comunidade internacional reconhece como tendo a maior prioridade. Na qualidade de agência intelectual e ética das Nações Unidas, a UNESCO está bem situada para advogar o imperativo moral, assim como político, da redução da pobreza



no contexto da paz e da segurança mundiais.

No atual debate internacional sobre a pobreza, alguns temas estratégicos têm especial relevância para o UNESCO, inclusive, notadamente, as dimensões humana e cultural da pobreza e das políticas públicas destinadas a combatê-la; a questão da participação e propriedade, pelos países em desenvolvimento e, com relação à dinâmica mais ampla do conjunto da sociedade os custos sócio-econômicos da pobreza - degradação ambiental, ignorância, doença, HIV/AIDS, disparidades, tensões e conflitos.

Do ponto de vista operativo, a Organização defende uma abordagem ao desenvolvimento baseada em direitos; o esforço para melhorar a compreensão dos custos da pobreza, a promoção da coesão social e a luta contra a exclusão; o uso da ciência e da tecnologia a serviço do desenvolvimento e da redução da pobreza; o fortalecimento da avaliação do impacto, do monitoramento e de indicadores e, de não menor importância, a capacitação por meio da educação e do treinamento.

Chegamos, portanto, ao meu tema principal e à razão por que penso que para mim é tão importante poder dirigir-me, hoje, a esta audiência: o tema da educação e do treinamento.

A UNESCO acredita que é vital promover o desenvolvimento de um conceito integrado de educação que permita aos indivíduos adaptar-se a um ambiente social, econômico e cultural em rápida transformação e continuar a aprender ao longo de toda a vida. Não basta mais aprender a ler, escrever e contar. É preciso aprender também a ser, a fazer, a aprender e a viver em comunidade - os quatro pilares do conceito de aprendizado por toda a vida que a UNESCO está promovendo como um dos resultados da Comissão Delors sobre a Educação para o Século XXI.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento da sociedade foi reiterado no pensamento recente sobre o desenvolvimento econômico para um crescimento de alta qualidade. Tal crescimento não pode ser medido apenas pelos resultados econômicos, como os relacionados com o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. Precisa resultar, também, em melhores condições sociais



para os menos favorecidos.

O investimento em educação é essencial para aproveitar, integralmente, a alavancagem do capital humano para o crescimento futuro.

Essa concepção permeia um número crescente de nações e as principais agências financiadoras da educação – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Orienta, também, a política de cooperação para o desenvolvimento de um grande número de agências bilaterais e organizações não-governamentais. A educação foi posta no centro do desenvolvimento futuro das sociedades orientadas para o conhecimento, em recentes reuniões dos G-8, a educação considerada "indispensável para alcançar sucesso econômico, responsabilidade cívica e coesão social" (cito da Carta de Colônia, de 1999). Além disso, a importância atribuída à educação para a redução da pobreza levou os líderes dos G-8 a assumir em Okinawa o compromisso de:

* Atingir em 2015 os objetivos da educação primária universal.

* Alcançar em 2005 a igualdade dos gêneros na instrução escolar. E de garantir "que nenhum governo, seriamente empenhado em alcançar a meta da Educação para Todos, tenha a realização desse objetivo prejudicada pela falta de recursos (citação do comunicado de Okinawa)."

Poderia acrescentar que considero fundamental esta última citação por refletir o que é, possivelmente, uma das realizações mais significativas do Fórum de Dacar.

Portanto, a pobreza não pode ser enfrentada efetivamente, e com êxito, se as respostas a todas as suas dimensões não estiverem plenamente integradas. Uma concepção abrangente do alívio à pobreza precisa captar tanto as dimensões econômicas como as humanas, e exige uma estratégia baseada em abordagens integradas e inter-setoriais. Dada a enormidade desse desafio e da tarefa que ele implica, é preciso que todos os sócios do desenvolvimento e os governos nacionais promovam um esforço concertado para perseguir a meta internacional de reduzir pela metade a pobreza extrema até o ano de 2015.



Atingir a meta da Educação para Todos é parte dessa agenda.

Precisamos saber mais sobre o que torna a educação um instrumento poderoso na erradicação da pobreza. Precisamos compreender os fatores que atuam em contextos específicos locais que determinam os resultados das políticas e estratégias adotadas e por que essas políticas não alcançam os mesmos resultados em contextos distintos. Em outras palavras, precisamos fortalecer a pesquisa e o conhecimento. Tanto a UNESCO como a OCDE estão trabalhando neste sentido à medida que desenvolvemos indicadores e diretrizes para a educação e a redução da pobreza.

Os esforços da UNESCO na erradicação da pobreza e na Educação para Todos são guiados por três preocupações principais:

* A primeira é maximizar a capacidade dos Estados Membros de planejar políticas benéficas aos pobres e de definir planos de ação nacionais tendo como meta a Educação para Todos.

* A segunda é criar um compromisso mais profundo com a erradicação da pobreza e uma compreensão melhor dos modos como a persistência da pobreza viola os direitos humanos e prejudica o bem-estar de todos.

* A terceira é empenhar a comunidade internacional em um esforço concertado para cumprir os compromissos assumidos com o programa Educação para Todos.

Um novo Plano de Ação com esse objetivo foi adotado pelo Fórum Mundial de Educação. A UNESCO recebeu a pesada responsabilidade de acompanhar os trabalhos previstos por essa conferência e está comprometida, plenamente comprometida, com o cumprimento dessa responsabilidade que exercerá, como é natural, de forma cooperativa. Com outras agências, multilaterais e bilaterais. Com as entidades não governamentais. Antes de mais nada, porém, com os Estados Membros. Como eles têm dito, e eu repito de boa vontade, são os Estados Membros que comandam esse esforço. No entanto, para isso precisam de assistência internacional maciça.

Assim, vou focalizar o resto da minha intervenção nesse fator tudo-ou-nada: a contribuição da comunidade mundial à redução da pobreza e à meta



da Educação para Todos, em termos de financiamento.

Sem faltar com a verdade, podemos afirmar que a comunidade internacional deixou de cumprir seus compromissos com respeito ao fornecimento de recursos financeiros.

Como é natural, a responsabilidade pelo fornecimento desses recursos cabe, principalmente, aos governos nacionais do Sul. Na década de 1990, procurou-se impulsionar o desenvolvimento sustentável no Sul como uma forma de aumentar os recursos financeiros nacionais. Isto se fez, em grande parte, mediante a promoção de estratégias orientadas para o mercado e o fortalecimento do funcionamento do Estado, do setor privado e da sociedade civil. A preocupação fundamental era alcançar estabilidade macro-econômica, rápido crescimento econômico e participação ampla nos benefícios desse crescimento, levando, assim, em princípio, à redução da pobreza.

É preciso desenvolver um relacionamento de mútuo reforço entre a estabilidade macro-econômica e a reforma estrutural, de um lado; de outro, entre crescimento e a redução da pobreza e da desigualdade. Como sabem, essas duas metas estão atualmente associadas por meio de novos quadros integrados de políticas públicas, tais como o Marco de Desenvolvimento Compreensivo, do Banco Mundial, o Marco da Assistência para o Desenvolvimento das Nações Unidas, os Documentos da Estratégia para a Redução da Pobreza e a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados. E está refletido também na Iniciativa 20:20.

Qual é a situação atualmente? Como membros do CAD, os senhores conhecem bem a situação:

* Como porcentagem do PNB combinado dos países do CAD, a assistência oficial para o desenvolvimento se reduziu em mais de um quinto entre 1992 e 1997, em termos de dólares de valor constante;

* Tendências, tanto no volume como na proporção da assistência para o desenvolvimento dirigida aos países menos desenvolvidos e à África subsaariana, têm caído nos últimos anos;

* Os fluxos de investimento privado representam a proporção mais



importante dos fluxos financeiros totais e;

* Os desembolsos não-concessionais constituem a maior proporção da assistência multilateral.

A despeito de haver certas razões para o otimismo, a comunidade internacional não pode mais permitir-se a atitude de esperar para ver o que acontece. Precisamos lembrar que, apenas para atingir as metas do programa Educação para Todos, enfrentamos um hiato de financiamento de oito bilhões de dólares por ano. A comunidade internacional precisa, agora, mobilizar-se, repensar a provisão e as modalidades de assistência, identificar novas fontes e mecanismos de financiamento e mostrar que é capaz de praticar o que prega.

Um processo de desenvolvimento orientado para o alívio da pobreza deveria envolver uma mobilização crescente de recursos tanto no Sul quanto sob a forma de fluxos internacionais de capital privado. Recursos concessionais deveriam catalizar a atração e o uso produtivo do capital privado, tanto estrangeiro como nacional. A comunidade internacional deveria prestar assistência no planejamento de estratégias destinadas a ajudar a aumentar a poupança, atrair investimentos privados, melhorar a eficiência dos sistemas financeiros locais, administrar e reduzir a dívida, aprimorar o gerenciamento das finanças públicas e assegurar a melhor utilização possível da assistência para o desenvolvimento.

Desta forma, muito pode ser alcançado por meio de reformas macroeconômicas e setoriais, dentro de cada país. Também, é de se esperar que muito possa ser feito ainda com o esforço consolidado dentro do quadro de políticas públicas integradas. Contudo, ainda mais poderíamos conseguir se a comunidade internacional fizesse esforços concertados para:

- * Assegurar a coerência das suas políticas;
- * Melhorar as relações de comércio;
- * Garantir o alívio do endividamento;
- * Ampliar a assistência e;
- * Orientar a assistência de forma efetiva e cuidadosa.



Paralelamente, precisamos explorar novas fontes e modalidades de assistência internacional. Em particular, precisamos examinar opções para formar novas associações entre a indústria de serviços financeiros, o Estado e a sociedade civil. Precisamos construir sobre o interesse demonstrado, atualmente, pelo setor privado – em parte mediante uma colaboração ampliada com as organizações não governamentais, fundações privadas e entidades caritativas. Precisamos continuar a explorar os possíveis benefícios da adoção de abordagens setoriais. E precisamos rever as condicionalidades subjacentes.

Senhor Presidente,

Desejo terminar fazendo um apelo relacionado a áreas onde a atuação dos países membros da OCDE e do CAD poderia representar uma diferença especial. Os países membros da OCDE e do CAD, e especialmente aqueles com grandes economias, deveriam mais uma vez ser lembrados a:

* Destinar uma parte proporcionalmente maior da sua assistência para o desenvolvimento ao desenvolvimento social, segundo as linhas da Iniciativa 20:20.

* Ampliar o apoio geral à Educação, com ênfase especial na educação básica. O que eu proponho é que isso se faça aumentando esse apoio dos atuais \$3,5 bilhões para \$7 bilhões em 2005, \$10 e meio bilhões em 2010 e 14 bilhões em 2015. E, dentro dessas metas, ampliando de modo significativo a proporção das somas destinadas à educação básica.

Além disso, são vitais para a OCDE e a CAD:

* Garantir a coerência entre todos os sócios para o desenvolvimento, o sistema das Nações Unidas e os bancos de desenvolvimento. De sua parte, a UNESCO desempenhará, plenamente, o papel de liderança que lhe foi atribuído em Dacar, coordenando o cumprimento, pela comunidade internacional, dos seus compromissos e, em particular, facilitando uma coordenação mais efetiva dos doadores.

* Promover a coordenação dentro de cada país, mediante a adoção de abordagens setoriais.



* Ajudar a garantir o monitoramento de metas e objetivos do programa Educação para Todos, nacional e internacionalmente, papel predominante que será desempenhado pela UNESCO.

No entanto, talvez mais do que tudo, precisamos garantir que o alívio do endividamento sirva como catalizador imediato para o desenvolvimento social e econômico (inclusive educacional) e a redução da pobreza. Precisamos rever os termos da Iniciativa para os Países Pobres Pesadamente Endividados e aumentar o ritmo da sua implementação, ao mesmo tempo em que examinamos, cuidadosamente, o contexto correspondente em cada país.

Tenho o desejo e a esperança de que encontros como este, de hoje, se tornem instrumentos na luta contra a pobreza global. Embora todos ainda tenhamos muito a aprender sobre as causas e relações subjacentes que determinam a situação de pobreza dentro das nações, sabemos o bastante para aplicar medidas preventivas, no sentido de revertê-las. O que é não apenas nosso dever mas significa responder ao "imperativo ético, social, político e econômico da humanidade", com o qual nos comprometemos cinco anos atrás, em Copenhague. Temos a vontade política dos Estados com relação às metas de Dacar mas, no interesse de todos nós, precisamos também da sua vontade financeira.

Com efeito, em uma recente manifestação conjunta, o Banco Mundial e o FMI indicaram que os países industrializados poderiam apoiar melhor o crescimento sustentável e reduzir a pobreza mediante "a sadia manutenção das suas próprias economias, contribuindo, assim, para uma economia global em crescimento, em benefício de todas as nações."

Conforme já disse, este ônus recai, sobretudo, sobre os países em desenvolvimento, que já o reconheceram. Mas o momentum da determinação dos doadores é também crucial. Para colaborar com a reformulação de estratégias, preparamos um documento preliminar para discussão a respeito do financiamento, um projeto que estou circulando hoje entre os senhores. Pretendemos consultar, também, outros sócios, antes de transformá-lo em um documento oficial e agradeço, antecipadamente, seus comentários e reações que, para nós, serão os mais importantes.



Educação



Fórum Mundial de Educação ☆

Senhores Ministros,
Senhores Delegados,
Senhoras e Senhores,

Permitam-me iniciar expressando minha profunda gratidão às autoridades senegalescas e, de modo particular, ao Presidente Abdoulaye Wade, por seus valiosos esforços em apoio a esta conferência. Junto minhas congratulações às que já lhe foram tributadas por sua expressiva eleição, a qual corresponde a uma nova página não somente para a história do Senegal, com uma transferência do poder político sob condições particularmente exemplares, mas também para o continente africano como um todo, em seu progresso, rumo à democracia.

Sinto-me particularmente comovido, na qualidade de recém eleito Diretor-Geral, por estar aqui hoje com os Senhores. Desde o primeiro dia após minha eleição para a chefia da UNESCO, tenho manifestado um claro e inequívoco entendimento de que o lema do programa "Educação para Todos" constituirá a mais alta prioridade desta Organização, seu mais urgente e mais nobre desafio. Pretendo travar esta luta com toda a decisão e toda a força moral e material que puder mobilizar, com a ajuda de todos os parceiros da UNESCO.

O compromisso assumido em Jomtien, há dez anos, prometia a educação como uma realidade para todos no ano 2000. Por que assumir tal compromisso? Em primeiro lugar, e principalmente, porque a educação é um direito fundamental agasalhado na Declaração Universal dos Direitos

* Discurso pronunciado no Fórum Mundial de Educação-Dacar em 26 de abril de 2000, Senegal.



Humanos, um pré-requisito *sine qua non* para o desenvolvimento do indivíduo. Desprovidas de educação básica, as pessoas permanecerão inconscientes de que essa educação a que não lhes foi dado acesso era um direito que elas poderiam ter exigido. Em segundo lugar, porque a educação ajuda a melhorar a segurança, a saúde, a prosperidade e o equilíbrio ecológico no mundo, da mesma maneira como incentiva o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. Constitui o alicerce essencial para a construção da paz e desenvolvimento sustentáveis. Todos os Senhores estão convencidos disso, motivo por que aqui estamos reunidos.

Ouvi cuidadosamente o vibrante apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Kofi Annan, a favor da atenção prioritária que temos de atribuir à educação das mulheres e meninas. Ele sabe que eu compartilho de suas opiniões sobre esta matéria. E pode estar seguro de que a UNESCO estará entre os seus mais fiéis parceiros nessa luta.

Enquanto certos países conseguiram muitos progressos e venceram muitos obstáculos na última década, outros não puderam alcançar as metas ambiciosas estabelecidas em Jomtien. Temos de admitir, realmente, que ainda estamos muito aquém do alvo Educação para Todos, o qual não passa de um sonho ainda longínquo para centenas de milhões de crianças, mulheres e homens.

Senhoras e Senhores,

Na sessão de abertura de hoje, verificamos com satisfação o notável esforço de muitos países, no sentido de fazer uma análise objetiva de suas realizações e insucessos no campo da educação, desde 1900. Ouvimos quais as metas e prioridades educacionais que cada uma das principais regiões do mundo pretende impor a si própria, para os próximos anos, do mesmo modo como ouvimos a voz coletiva das organizações não governamentais, que permanecem como parceiros ativos e engajados na Avaliação do Programa Educação para Todos 2000, e que reclamam, com toda justiça, o direito de



participar do processo de formulação das estratégias educacionais que resultarão desta Conferência.

Considero que este intenso e abrangente processo de avaliação, no sentido de realizar um exame lúcido e objetivo do que é conhecido como a "década de Jomtien", com todas as lições que dela podem ser extraídas e as prioridades que estão para surgir, já constitui, em si mesmo, um feito muito importante. Esse esforço foi realizado de modo exemplar, partindo das raízes para os níveis superiores, e envolvendo todos os atores relevantes em todos os níveis, em cada país. Ele incluiu, igualmente, um auto-exame detalhado dos investimentos feitos por doadores nesta área. Portanto, as decisões coletivas que adotaremos aqui, nesta conferência, repousarão numa base firme.

A larga visão do programa Educação para Todos, proclamado em Jomtien, dez anos atrás, nada perdeu de sua sabedoria e relevância. O que, no entanto, não foi então possível prever foram alguns acontecimentos por vezes trágicos da década, que afetaram todas sociedades e, em consequência, os respectivos sistemas educacionais. Refiro-me à proliferação dos conflitos étnicos, à pandemia do HIV/AIDS, ao processo de globalização ou o fosso crescente entre ricos e pobres.

Não obstante, alguns países realizaram progressos notáveis, graças a uma vontade política inabalável. Desejo prestar-lhes meu tributo e congratular-me com eles. Com isso, demonstram que o êxito do programa Educação para Todos depende, em primeiro lugar e acima de tudo, do engajamento político.

O fato, contudo, é que, pelo menos a respeito de seis aspectos, nos desviamos dos objetivos originais:

1. a instrução formal constituiu a principal preocupação na área da educação, provocando o abandono de outras possibilidades de aprendizagem não-formais;

2. muitos países mostraram maior lentidão no processo de redefinir as suas necessidades educacionais, particularmente no que diz respeito ao conteúdo educacional que reflita a diversidade cultural e que corresponda às



necessidades específicas de cada sociedade;

3. têm aumentado as desigualdades dentro dos sistemas educacionais, do que resultou que os mais pobres dentre os pobres, isto é, grupos minoritários e pessoas com necessidades especiais de aprendizagem, praticamente não foram levados em consideração, ou podem mesmo ter sido excluídos do fluxo majoritário da educação;

4. a educação de primeira infância mostrou um desenvolvimento menor e tende ainda a beneficiar as populações urbanas de melhor condição social, ao invés daqueles para os quais uma boa educação inicial seria mais proveitosa;

5. a chamada "divisão digital" marginalizou mais ainda os setores sociais mais pobres, reduzindo as possibilidades de que a nova educação e as tecnologias de comunicações possam servir às suas necessidades específicas;

6. e, finalmente, a educação básica tem sido historicamente subfinanciada, tanto pelos próprios países (menos de 2% do Produto Nacional Bruto, em média), como pela própria comunidade de doadores (novamente, menos de 2% da ajuda ao desenvolvimento). Não tem sido suficientemente esclarecida e racionalizada a distribuição de recursos e responsabilidades entre o Estado, o governo local, os pais e a sociedade civil como um todo.

Pelo menos nesses seis aspectos, nós nos afastamos dos objetivos estabelecidos. Por esse motivo, cabe-nos reavaliar o escopo, a natureza e a urgência de nossas atividades conjugadas, no propósito de que as metas de Jomtien possam enfim ser alcançadas.

Senhoras e Senhores,

Este Fórum de Educação Mundial, com a participação inédita de governos, de organizações da sociedade civil, do setor privado, de especialistas em educação, de parceiros de desenvolvimento bilateral e multilateral e dos meios de comunicação não pode – e os Senhores concordarão comigo – ser tratado somente como "mais uma importante conferência". Ele tem de encerrar um capítulo na história da alfabetização universal e abrir um outro.



Não tenho dúvida de que, aqui em Dacar, conseguiremos adotar uma estrutura de trabalho global que representará o compromisso claro e irreversível da comunidade internacional, no sentido de, até 2015, satisfazer as necessidades básicas de aprendizado de todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de onde vivam. O último dia em Dacar precisa ser também o primeiro dia de uma luta coletiva e vitoriosa para concretizar o programa de Educação para Todos.

Conclamo todos os Estados a traçar planos nacionais de ação, imediatamente depois de deixarmos Dacar. Isto acarretará um processo transparente e democrático, baseado em todas as forças motoras da nação – a sociedade civil como um todo, tendo à frente os professores (os quais, como precisamos ter sempre em mente, são a espinha dorsal de todo o sistema educacional), organizações não-governamentais e o setor privado. Esses planos devem assegurar, de modo particular, que a qualidade da educação básica seja melhorada e que sejam eliminadas todas as formas de discriminação, especialmente as baseadas em distinção de sexo. O direito à educação – jamais esqueçamos isso – constitui um direito inalienável de todo indivíduo.

Os recursos públicos e privados a serem alocados à educação terão necessariamente de ser proporcionais à importância vital que lhes atribuímos. Os governos terão, a este respeito, de fazer opções claras, consistentes e corajosas.

Estou, também, plenamente convencido da necessidade de um aumento substancial no volume da ajuda para educação básica. A comunidade de doadores precisa comprometer-se a conceder, a qualquer país que lhe apresente um plano realista e prático nessa área, o apoio financeiro e técnico necessário para a concretização de seus objetivos. Devem ser propostas doações especiais, e não simplesmente empréstimos, assim como esquemas para aliviar o ônus da dívida, em troca de programas de investimento social, particularmente no campo da educação básica.



Senhoras e Senhores,

A UNESCO, na qualidade de agência especializada das Nações Unidas para a Educação, continuará a assumir integralmente as suas responsabilidades nesse esforço global e coletivo de alcançar a Educação para Todos. Temos assegurado a coordenação do movimento de Educação para Todos (EFA) nos últimos dez anos. O Senhores podem continuar a contar com a UNESCO. A idéia de Educação para Todos está no próprio cerne do mandato que lhe foi confiado no âmbito do sistema das Nações Unidas. Mas teremos de reforçar nossas atividades de monitoramento, mediante um esforço de aproximação maior com os próprios países e suas necessidades ,específicas e concretas. Precisaremos, também, de buscar uma coordenação exemplar com nossos parceiros, a saber, os doadores, organizações não-governamentais e as organizações do sistema das Nações Unidas. Porque a UNESCO precisa de todos os seus parceiros para poder realizar integralmente a sua missão.

De modo muito particular, teremos de aperfeiçoar os instrumentos de monitoramento e avaliação. Será necessária uma capacidade de formar aptidões em âmbito nacional, no que diz respeito à compilação de estatísticas que sejam não só pertinentes como o mais possível completas. Gostaria, a esse respeito, de enfatizar que a UNESCO conta com uma ferramenta preciosa, a saber, o seu Instituto de Estatística (UIS), que pode e deve ser considerada a referência essencial em termos de estatísticas de educação.

Mas a UNESCO, além e acima deste compromisso, lançará, por sua conta, um amplo programa para satisfazer aquela que é talvez, para muitos Estados, a mais urgente necessidade do século vinte e um: desenvolver sistemas educacionais que sejam ao mesmo tempo autênticos e modernos, bem como acessíveis a todos, sem quaisquer condições restritivas, sejam elas de caráter econômico, social, cultural ou geográfico. Cada país terá de construir um sistema compatível com os seus recursos, de acordo com as possibilidades de seus cidadãos e que preencha os mais elevados requisitos de qualidade.

Dirijo-me agora ao Senhores, distintos Ministros. A UNESCO está

com os Senhores, ao seu lado, como sempre esteve há cinquenta anos. Todos sabem como ela tem procurado, incansavelmente, corresponder às suas necessidades e expectativas. Mas, neste tremendo desafio que lançamos hoje, são os Senhores que ocupam o centro do palco. Pois é em suas mãos que repousa o futuro das próximas gerações. A determinação de cada um será um fator essencial.

De nossa parte, vamos ajudá-los, de quatro maneiras distintas, a fortalecer a sua capacidade de ação, no sentido de realizar o que o dinheiro sozinho não pode comprar:

1. Criar uma educação cujo conteúdo e métodos estejam ajustados às suas realidades sociais e culturais. Sua herança lingüística e seu potencial endógeno, no que diz respeito a habilidades e práticas, bem como os valores que escoram a sua sociedade, têm de figurar como elementos centrais dessa educação, para que ela conquiste a aprovação convicta das populações às quais se destina. Além disso, esta educação tem de ser moderna, motivo pelo qual é essencial reforçar o ensino de ciência desde o nível primário, o que constitui uma pré-condição para a autonomia de cada indivíduo numa sociedade globalizada.

2. Desenvolver serviços de educação básica acessíveis a todos, inclusive aos mais pobres, adultos analfabetos, crianças fora do sistema escolar — quer estejam no trabalho, nas ruas ou como refugiados —, mediante uma estratégia que envolva tanto o sistema de educação formal como as alternativas oferecidas pelo setor informal. A educação básica tem de tornar-se um campo que seja livre de todas as formas de exclusão e de discriminação.

3. Mobilizar as modernas tecnologias de informações e de comunicações para todos. O potencial dessas tecnologias tem de ser explorado de modo não só a ampliar o alcance da educação básica, particularmente na direção dos grupos excluídos e desassistidos, como a realçar e aperfeiçoar o ensino em sala de aula.

4. Substituir estruturas educacionais custosas, rígidas e culturalmente alienadoras por sistemas de distribuição que sejam mais flexíveis, mais diversificados e ao alcance de todos, sem qualquer sacrifício na qualidade.



Estas quatro maneiras de obter uma educação que seja autêntica, acessível a todos, sem exclusão ou discriminação, moderna e ao alcance de todos assegurará a cada indivíduo as chaves para um conhecimento diversificado e praticamente sem limites. Este é o tipo de educação que pode inspirar uma cultura de paz, uma cultura universal que todos os povos e todos os seres humanos precisam compartilhar, de modo a alcançar um sentido para a sua humanidade comum. Este é o tipo de educação pelo qual estamos determinados a lutar.

Pretendo colocar a UNESCO nessa trilha, de modo a capacitá-la a desenvolver o seu potencial inovador e sua capacidade de guiar e inspirar a ação de todos os demais atores no campo – numa palavra, a sua capacidade de servir realmente como uma "organização do conhecimento".

De que recursos dispomos para alcançar tais propósitos? Na verdade, já contamos com um considerável fundo de proficiência acumulado por nossos especialistas, ao longo de mais de meio século. Já foi amplamente demonstrada a nossa capacidade de estimular a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os países do mundo. Somos a autoridade reconhecida no que diz respeito ao treinamento de especialistas em educação, professores, instrutores, organizadores de comunidades rurais e outros agentes educacionais. Também dispomos de redes de profissionais altamente mobilizados.

Contudo, o mais importante recurso da UNESCO está na ampla diversidade da experiência e das iniciativas acumuladas por seus Estados Membros. Não nos esqueçamos de que a UNESCO não é exclusivamente a principal organização internacional com responsabilidade sobre a educação; ela é também o instrumento de cooperação entre os seus Estados Membros, dentro das respectivas áreas de competência.

Um dos cabedais incomparáveis da UNESCO reside na sua extensa cadeia de 188 Comissões Nacionais, que é única no sistema das Nações Unidas. Agindo como uma interface entre a UNESCO e as autoridades de cada país, as Comissões Nacionais auxiliam a difundir realidades nacionais e

mobilizar energias e iniciativas no campo, as quais poderão capacitar a sociedade em geral a assimilar a mensagem da Organização. Portanto, é de todo vital o seu papel no monitoramento de importantes conferências, como a presente.

Um dos outros importantes patrimônios da UNESCO está na sólida e estreita rede de cooperação por ela tecida, ao longo dos anos, com as organizações não-governamentais. Permitam-me lembrar-lhes que chegam hoje a 377 as organizações desse tipo com as quais a UNESCO mantém relacionamento oficial. Elas constituem parceiros extremamente úteis, firmemente empenhadas e a seu lado no esforço de fortalecer e disseminar sua, ação em todas as áreas de sua competência, principalmente no campo da educação. Conto com o seu renovado apoio no término da conferência, a fim de que, unidos, possamos continuar a travar a batalha da Educação para Todos.

Portanto, a maior riqueza da UNESCO consiste, em resumo, como os Senhores terão verificado, no fato de que ela é uma organização multidisciplinar, na interface entre os governos e a sociedade civil, capaz de organizar e estimular o diálogo entre todos os protagonistas da mudança.

Senhoras e Senhores,

A educação nem sempre, e nem em todas as partes do mundo, tem sido usada para libertar os povos dos grilhões da ignorância. Ela também já serviu, e ainda continua a servir, para fortalecer os detentores do poder, para gerar exclusão e violência, e – por vezes, temos que reconhecer – para atizar as chamas de conflitos. Ao mesmo tempo, a educação básica continua sendo a única esperança de que um dia se poderá capacitar todas as nações a alcançar uma cultura democrática e, portanto, um nível mínimo de estabilidade política, o que representa uma condição essencial, até mesmo indispensável, para todo e qualquer desenvolvimento humano que respeite os direitos humanos. E isto é algo que nossos anfitriões senegaleses, a quem agradeço pelas boas vindas entusiásticas e calorosas, acabam de demonstrar recentemente, de modo tão esplêndido e promissor.



*Estará a Globalização da Economia Criando Valores para uma Nova Civilização?**

Excelências,
Senhoras e Senhores,

Constitui para mim uma grande honra estar com os Senhores esta noite. Como me coube escolher o tópico desta palestra, decidi falar-lhes sobre a questão que está no âmago das preocupações da UNESCO e que poderia ser expressa do seguinte modo: "Estaria a globalização da economia criando valores para uma nova civilização?"

As possibilidades inerentes ao processo de globalização e os gigantescos passos que, paralelamente à ela, estão sendo dados na ciência e na tecnologia – sem nos esquecermos das legítimas indagações que ela provoca, no que diz respeito aos seus riscos – salientam uma concepção que está no próprio cerne da criação do sistema das Nações Unidas e, portanto, da UNESCO: a da universalidade.

A universalidade, se lhe quisermos ver algum sentido hoje em dia, deve ser entendida como a expressão do compromisso assumido pelos membros da comunidade internacional de trabalharem juntos, a fim de construírem um sistema que teria, acima de quaisquer considerações de política ou de economia, a ética como seu alicerce. Sim, porque a ética, ou os valores, é o que constitui o real desafio dessa "globalização sem um rosto humano", que muitos de nós exigimos.

A globalização, antes de mais nada, e principalmente, é um processo econômico e financeiro. Mas constitui, também, um processo científico e tecnológico, cujas novas tecnologias de informação e comunicação formam uma

* Discurso pronunciado por ocasião de sua visita a Moscou em 31 de julho de 2000.



imagem impressionante, ao envolverem o mundo numa rede mundial, de vínculos densos e flexíveis.

Mas ela também é, acima de tudo, um processo cultural, o que a coloca no centro das preocupações da UNESCO. Sim, porque a globalização está espalhando e impondo uma nova modalidade de economia e, portanto, uma nova forma de organização social, baseada no conhecimento. Que poderemos fazer no sentido de que esse conhecimento, que está circulando por toda parte e criando riqueza, beneficie todo o mundo, ao invés de gerar formas novas e extremas de exclusão e marginalização, não somente entre as nações como no interior das mesmas? Como poderemos assegurar que, neste universo de intercâmbio de informações, de conhecimentos, de sinais e de símbolos, cada indivíduo seja simultaneamente um receptor, um emissor e um produtor?

A mais profunda questão suscitada pela globalização é claramente a da participação universal. Para a Rússia – encontrando-se no meio de um período de transição que é, ao mesmo tempo, econômica, social e política –, esta questão terá de ser particularmente relevante.

Para a UNESCO, este objetivo de universalidade está incorporado numa série de prioridades, dentre as quais mencionarei, apenas, algumas hoje, destinadas todas elas a gerar condições conducentes à emergência dessa civilização universal:

- I. Educação ao longo da vida para todos e, de modo particular, educação básica;
2. A ética da sociedade de informação;
3. A ética da ciência e da tecnologia;
4. A ética do meio ambiente;
5. Finalmente, a ética do diálogo intercultural, que depende do reconhecimento da mais completa apreciação da diversidade.



I. Educação básica e ao longo da vida

A primeira área de que tratarei é a da educação e, de modo mais específico, a da educação básica. Descuidamos demasiadas vezes da importância da educação na resposta à globalização. E, no entanto, ela constitui a pré-condição para a participação equitativa e responsável de cada um de nós nesse processo. A educação básica demanda o mínimo de conhecimentos e habilidades necessários para que um indivíduo seja capaz de contribuir plenamente para o seu meio ambiente local e estar no controle de sua própria vida. Num universo que se torna a cada dia mais interdependente, está evoluindo o conteúdo e, portanto, a própria idéia da "qualidade" da educação básica. Já não se pode mais reduzi-la a "ler, escrever e fazer contas". Ela, também, tem de ensinar as pessoas a ser, a fazer, a aprender e a viver juntas.

Assim sendo, a UNESCO colocou a educação básica no topo de sua agenda. O recente Fórum Mundial sobre a Educação para Todos, que se realizou em abril passado, na cidade de Dacar, reafirmou as grandes expectativas acalentadas pela comunidade internacional. O Marco de Ação que resultou do referido encontro confiou à Organização uma tarefa da maior importância e confirmou o seu papel de líder na batalha em prol da educação para todos. Portanto, a UNESCO está planejando dedicar uma grande parte de sua competência, no sentido de desenvolver serviços de educação básica que sejam acessíveis a todos – inclusive os segmentos mais pobres da sociedade, os adultos analfabetos, os jovens marginalizados e as crianças não matriculadas nas escolas –, mediante uma estratégia que mobilize tanto o sistema escolar formal como todas as alternativas que se enquadram no setor informal. Sim, porque o direito à educação, tenho de enfatizar, constitui um dos direitos humanos básicos e, como tal, tem de estar à disposição de todos, sem qualquer exceção por força de motivos econômicos, sociais, culturais ou geográficos.

O direito à educação tem sido, no decorrer do século vinte, uma das mais essenciais prioridades das pessoas, nesta região do mundo. Torna-se, portanto, especialmente importante que uma Rússia moderna e democrática tenha condições para manter esta prioridade na parte mais elevada de sua atual agen-



da de reformas. A Rússia conta com uma população educada, motivo pelo qual torna-se vital preservar esse recurso humano como garantia do futuro pacífico do país e da estabilidade sócioeconômica.

A educação para todos, e ao longo da vida, inclui, igualmente, a educação superior. Nesse contexto, os representantes de parlamentos e outros órgãos formuladores de políticas nacionais que participaram da Conferência Mundial de Educação Superior, organizada pela UNESCO, dois anos atrás, comprometeram-se a reformar os seus sistemas de educação superior, para se ajustarem à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também a educação superior precisa tornar-se igualmente acessível a todos, sobre a base do mérito. Não pode haver qualquer discriminação, e ninguém pode ser excluído do ensino superior por motivos de raça, sexo, língua, religião, idade, situação econômica ou social, ou devido a uma deficiência física.

A Rússia, que teve um papel ativo naquela conferência, será certamente influenciada por esses nobres princípios ao proceder à reforma estrutural de sua educação superior, aliás já iniciada. A UNESCO estará levando sua contribuição a essa importante reforma por meio da Cátedra universitária sobre política de educação superior, a ser estabelecida muito em breve. Acredito que cada uma das 34 Cátedras da UNESCO, estabelecidas em universidades por todas as regiões da Rússia, contribuirá para o esforço de reforma.

A UNESCO também continuará a apoiar os esforços educacionais da Rússia, não só auxiliando no programa em favor da tolerância e contra o extremismo, como por meio de seu Projeto Internacional de Escolas Associadas.

2. A ética da sociedade de informação

A segunda área que não podemos deixar de mencionar, quando falamos de globalização, é a que diz respeito à expansão das tecnologias de informação e comunicação e seus vínculos dialéticos com a globalização. Os avanços científicos e tecnológicos são, na realidade, tanto a força motriz como o efeito do



desenvolvimento. Eles reformaram, de modo radical, as maneiras como a informação e o conhecimento são hoje produzidos, intercambiados, compartilhados e acessados(*).

Contudo, a nova sociedade civil internacional que está surgindo através dos novos meios de comunicação, não conta com um sentimento compartilhado de uma história ou de uma visão do futuro. Os políticos, eleitos em nível nacional, sentem-se arrastados, de um lado, pelas exigências de ações locais e, do outro, por uma realidade internacional sobre a qual eles têm um reduzidíssimo controle. Esta situação reclama um debate internacional, para o qual as organizações internacionais, e a UNESCO de modo particular, têm uma contribuição a dar.

Inquestionavelmente, a Internet constitui uma ferramenta especialmente valiosa, bem como um meio extremamente poderoso de disseminar informações a um custo relativamente baixo.

Estamos todos conscientes, entretanto, de que a Internet beneficia, primeiramente, os que, já tendo sido educados e informados, dispõem de meios para ter acesso à mesma. Ao mesmo tempo, e infelizmente, ela contribui para alargar o fosso, já demasiado extenso, que existe entre os "info-pobres" e os "info-ricos". Precisamos ser vigilantes quanto a um abuso potencial.

A comunidade internacional não pode permanecer passiva, quando defrontada por um tal fenômeno. Ela precisa mobilizar-se, no sentido de que a informação, já de domínio público, possa ser promovida e protegida como "bens comuns globais". O que podemos fazer, na atual conjuntura, é estabelecer os alicerces para a formulação de políticas e para o gerenciamento adequado desses bens globais, em relação a temas de interesse geral, de modo a podermos avançar em direção a uma forma de governança global que terá, na devida conta, os desafios coletivos determinantes do destino do planeta.

O novo programa a ser deslanchado, brevemente, pela UNESCO, sob o título de "Informação para todos", destina-se, precisamente, a reformular a

(*) Para traduzir esta acepção do verbo "access", acabei recorrendo ao anglicismo, para o qual ainda não vi uma forma portuguesa correspondente, que seja sucinta e precisa. [Nota do Tradutor]



sociedade de informação, tornando-a mais justa, de modo a garantir o acesso universal, a liberdade de expressão e a participação equitativa de todos nessa sociedade de informação global. Cada um de nós deverá poder beneficiar-se do tremendo potencial inerente às novas tecnologias de informação, de modo particular em países como a Rússia, onde a vastidão do território torna um desafio a consecução de comunicações mais eficientes e o intercâmbio de informações.

3. A ética da ciência e da tecnologia

A ética da ciência e da tecnologia representa a terceira das áreas que considero particularmente relevantes, quando buscamos perceber que valores internacionais poderiam emergir do processo de globalização.

Os largos passos que já foram dados, nos últimos anos, nas áreas da ciência e da tecnologia, aliados à convergência da informática às ciências da vida resultaram em progressos consideráveis na esfera da genética e da biotecnologia. A vida humana – na realidade, o próprio conceito de matéria viva – está sendo projetada sob uma nova ótica, como consequência dos avanços nas biociências e do desenvolvimento de tecnologias do gene e biomédicas.

E aqui, novamente, a UNESCO, por ter tido a iniciativa de uma Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Genoma Humano, desempenhou o seu papel de modo pleno. Esta Declaração encontra um ponto de equilíbrio entre garantir o respeito aos direitos humanos e permitir a necessária liberdade de pesquisa. Dentre os princípios éticos que ela enuncia, o livre intercâmbio de conhecimento e de informação científica vem ganhando importância crescente, à medida que progride o mapeamento do genoma humano. A meta da UNESCO está na construção de uma bioética compartilhada, isto é, de princípios universais na bioética.

Outras searas, tais como energia, espaço cósmico e água, devem merecer, igualmente, a nossa atenção, de modo a podermos estabelecer as bases de uma ética comum.



4. A ética do meio ambiente

O meio ambiente constitui uma área profundamente ameaçada pelo processo de globalização. Certos avanços científicos e tecnológicos, inúmeras vezes, foram explorados sem que fossem tidos em conta os seus efeitos sobre o meio ambiente. A UNESCO vem desempenhando um papel pioneiro na tentativa de modificar este estado de coisas, que representa hoje uma preocupação universal.

Uma de minhas maiores inquietações está relacionada aos recursos de água doce. A água constitui um recurso escasso, que é, além disso, repartido de modo irregular ao redor do mundo: quase um quarto da humanidade não tem acesso direto à água potável. Os usos resultantes do progresso científico e tecnológico não cuidaram dessa situação. Esta omissão faz com que se torne muito real a perspectiva de uma crise da água de dimensões globais, ameaçando não somente um desenvolvimento sustentável, mas também a paz e a segurança. A UNESCO vem se empenhando no sentido de promover um enfoque pró-ativo, integrado e multidisciplinar para o problema do gerenciamento dos recursos da água, em que estarão combinados os fatores políticos, sociais, científicos e ambientais.

Desse modo, lancei um novo Programa, que deverá formular um método global para avaliar os recursos de água e montar um esquema de monitoramento contínuo das tendências detectadas. Ele contará com a participação de 24 organizações no sistema das Nações Unidas e deverá desenvolver, também, instrumentos para facilitar a resolução de conflitos relacionados à utilização da água.

5. A ética do diálogo intercultural

Contudo, a área que se revela, talvez, a mais sensível aos efeitos da globalização é a da cultura. Não resta dúvida de que a globalização ajuda a unir as pessoas. Contudo, ela não deve levar à uniformidade cultural ou à hegemonia de uma ou mais culturas sobre todas as demais. Nem deve incentivar a



fragmentação cultural ou a formação de uma mentalidade de gueto. Pelo contrário, deve estimular o pluralismo conducente ao diálogo e ao enriquecimento mútuo.

A Rússia constitui um exemplo impressionante desse fenômeno. O mosaico de seus povos, a diversidade cultural que a enriquece há séculos, constituem uma das riquezas mais notáveis do país. A globalização não deve, de modo algum, levar à homogeneização de algo que, por definição, deve permanecer multifacetado.

Esta é a linha que orienta a ação da UNESCO, pela conservação do patrimônio mundial, de natureza tangível e intangível, e pela promoção da diversidade lingüística e educação multilíngue.

O impacto da globalização sobre o comércio não deixa de ter consequências para o diálogo intercultural. Se queremos que haja um diálogo autêntico, é preciso que ocorra, antes, um fluxo multidirecional harmonioso e equitativo de bens e serviços culturais, de muitas origens diferentes. A maioria da humanidade não pode ser limitada ao mero consumo de produtos culturais importados. As normas de comércio internacional têm de permitir a formação de espaços nos quais todos os habitantes do planeta possam criar e exprimir-se por meio de bens e serviços culturais, fazer escolhas reais do que desejam adquirir, e tudo isso dentro de condições de justiça e equidade.

Os que mais sofrem os impactos do comércio e da tecnologia são a identidade específica, as referências simbólicas e os bens culturais disponíveis aos cidadãos daquelas culturas mais vulneráveis. Tal situação é, sem qualquer dúvida, muito relevante em um país como a Rússia, devido à grande variedade de suas culturas tradicionais.

Diversidade cultural também significa ser capaz de produzir e difundir uma ampla gama de bens culturais. Ela acentua o sentimento de identidade, não só como fonte, quanto como produto da criatividade e de uma cultura viva.

De fato, a UNESCO acaba de iniciar um processo internacional de consulta em larga escala sobre esta questão. Um grupo de especialistas vai se reunir, a partir de setembro, para preparar as bases de uma promoção ampla da diversidade cultural, de modo particular agora, quando se inicia uma nova rodada de negociações sobre o comércio internacional.

Com base nas mesmas linhas, a UNESCO se prepara para estabelecer o projeto de uma convenção para a salvaguarda do patrimônio intangível, comparável à que já existe para o patrimônio de bens tangíveis, cuja importância e utilidade foram comprovadas no decorrer do último quartel de século. O reconhecimento da diversidade cultural do mundo, abarcando tradições, valores e relações simbólicas, não somente levará ao reconhecimento e melhor apreciação da cultura do Outro, como também revelará a história dos contactos interculturais, com seus mútuos empréstimos e contribuições. Este sentimento comum de pertencer, embora de natureza pluralista, facilitará, igualmente, as ações de combate à ignorância e à incompreensão recíprocas, mediante as quais se reforçarão os valores fundamentais de democracia, justiça e direitos humanos.

Senhoras e Senhores,

Em resposta à globalização da economia, a comunidade internacional tem de mostrar-se resoluta ao promover a universalidade no mais profundo sentido da palavra: um tipo de diversidade que desafia todos os modelos e, ao mesmo tempo, admite e respeita a contribuição de todos os povos para uma civilização universal.

Esta é a resposta da UNESCO à pergunta suscitada no começo de minha palestra "Estará a globalização da economia criando valores para uma nova civilização?" Todos os Senhores estarão cientes, pelas minhas palavras, de que UNESCO vê a globalização como algo que envolve muito mais do que meras questões econômicas. Ela não só afeta estilos de vida e padrões de comportamento, como subverte hábitos de tomada de decisão e de governança, além de formas de expressão artística. O desafio que ela apresenta para a



UNESCO é o de fazê-la perceber a complexidade total das ramificações do fenômeno, a fim de que, em um espírito interdisciplinar e intercultural, possamos imaginar estratégias e políticas, para que ela opere para o benefício de todos, particularmente aqueles que se encontram excluídos no momento. Somente uma consciência globalmente compartilhada nos permitirá retirar o maior proveito de nossa humanidade comum, embora respeitando nossas diferenças.

*Educação Internacional e Desafios Globais**

Iniciamos o novo milênio com grandes esperanças, nascidas do potencial das novas tecnologias, das novas idéias e riqueza sem precedentes. E, no entanto, ao mesmo tempo,

- bilhões de pessoas que não têm, inteiramente, condições de participar;
- conflitos civis, HIV/AIDS e outras crises afligem uma grande parcela do mundo;
- a "exclusão digital" mantém desconectada, pelo menos, a metade da humanidade;
- para um demorado número de pessoas, a globalização continua a significar vidas de trabalho árduo, iniquidade e miséria;
- as culturas e os líderes culturais sentem-se ameaçados pelas crescentes mudanças, pelo amplo acesso a informações e pela atmosfera em que operam os meios de comunicação.

Existe um consenso crescente, entre os líderes mundiais, no sentido de que precisamos encontrar novos meios de trabalhar juntos em matéria de educação, falar e aprender juntos, concordar sobre princípios e metas fundamentais e trabalhar em conjunto para a consecução desses princípios e objetivos. Tudo isso já foi reconhecido em reuniões recentes do grupo G8, nas Cúpulas das Américas, em fóruns regionais, nas Nações Unidas e nas iniciativas de determinados países. O sistema de parcerias internacionais, o diálogo e o intercâmbio em matéria de educação, tudo é essencial para criar o meio ambiente social, político e até mesmo cultural, em que possamos trabalhar juntos para vencer os desafios globais diante de nós.

Antes de prosseguir, permitam-me dizer, de modo explícito, que desejo que os Estados Unidos retomem, tão logo, seu papel de membro ativo na

* Discurso pronunciado no Fórum de lançamento da Semana Norte-Americana de Educação Internacional, Embaixada do Canadá, em 13 de novembro de 2000, Washington, DC.



UNESCO. A participação plena dos Estados Unidos é essencial para o esforço internacional, necessário para enfrentarmos esses desafios globais.

Estou completando, agora, o meu primeiro ano como Diretor-Geral da UNESCO, durante o qual pudemos iniciar tanto reformas fundamentais de gerenciamento como reformas estruturais, concentrando os nossos recursos em programas prioritários.

A liderança em matéria de educação, particularmente na educação básica, será a prioridade para a UNESCO. Tenho a intenção de aumentar, de modo dramático, as alocações orçamentárias destinadas à educação de base. Dentro dessa prioridade global, enfatizaremos várias preocupações a ela relacionadas:

Primeiro: não podemos falar, seriamente, em educação como um bem comum, quando cerca de 135 milhões de crianças estão fora da escola e mais de 800 milhões de adultos são analfabetos.

O Fórum Mundial de Educação, realizado em Dacar , em abril último estabeleceu um esquema de trabalho estratégico para assegurar que a educação de base para todos, em todas as suas dimensões, seja alcançada até o ano de 2015. Fico satisfeito em saber que coube à UNESCO um papel de liderança nesse esforço.

Este desafio, de dimensões mundiais, consiste em melhorar a qualidade da educação – relacionando educação com uma sociedade, economia e tecnologia em plena mudança. Temos de enfrentar as restrições impostas à educação das meninas e mulheres, bem como dos excluídos por motivos étnicos, culturais, econômicos ou de outra ordem. Precisamos, ainda, descobrir modos de satisfazer os requisitos educacionais de situações de conflito ou pós-conflito, da pandemia do HIV/AIDS, da extrema pobreza e de outras situações que requerem uma assistência e cooperação focadas internacionalmente.

Desejo reconhecer a importante liderança e parceria da USAID, do



Departamento de Educação dos Estados Unidos e de muitas outras entidades não governamentais que ajudaram, na década passada, a infundir energia e sentimento de comando ao movimento Educação Para Todos. O Canadá e os educadores canadenses também deram um apoio exemplar. Venho buscando, com interesse, a possibilidade de encontrar novos meios de trabalharmos juntos nessa tarefa essencial.

Segundo: melhorar o nível da educação significa mais do que meramente aumentar a quantidade de escolas, universidades, bibliotecas e programas de alfabetização. Temos de garantir que as competências e conhecimentos necessários para o mercado de trabalho sejam integrados aos mundos da cultura e da comunidade. O aprimoramento da educação precisa reforçar o progresso em direção à democracia, a sociedades e economias abertas, a meios de comunicação independentes, bem como ao acesso a quantidades e variedade, sem precedentes, de informações.

Terceiro: os sistemas de conhecimento têm de manter-se em dia com a expansão das informações e das novas tecnologias. A UNESCO tem o dever de promover o acesso ao máximo volume de informações pertencentes ao domínio público, sejam elas de natureza científica, cultural ou educacional. E os educadores, não importa onde se encontrem, tem a responsabilidade de ajudar os alunos a entender e digerir o acúmulo de informações que os rodeiam, e que chegam a eles por meio das novas tecnologias, provenientes de muitas fontes e oferecendo muitas perspectivas. Não podemos nos arriscar a ver a educação transformada numa cadeia de transmissão – com as respostas totalmente divorciadas dos processos de questionamento, de reflexão e de ensino. Não podemos esquecer a distinção entre informação e conhecimento – ou a sabedoria que deriva de uma prolongada reflexão e diálogo com os outros.

Quarto: precisamos estar sempre preparados para falar, aberta e honestamente, sobre as tensões: entre a busca da identidade e a busca da universalidade; entre localismo e globalismo; entre a proteção da cultura e das tradições e a promoção do acesso a novas informações e novas idéias. Todas elas são escolhas difíceis para qualquer sociedade, e sempre haverá desentendimentos.



Precisamos encontrar novas maneiras de encorajar e amparar lideranças e escolhas locais e, ao mesmo tempo, resistir a ameaças de atitudes introvertidas, intolerância, xenofobia e tentativas irrefletidas de limitar o fluxo livre de informações e a expressão irrestrita de idéias. Parece-me extremamente importante buscar e manter esse equilíbrio.

Nenhuma das questões a que venho aludindo constitui novidade para a UNESCO. Esta Organização foi criada no ambiente posterior à Segunda Guerra Mundial, com o mandato para apoiar o desenvolvimento educacional, científico e cultural e entendida como uma contribuição estratégica à prevenção da guerra e do conflito civil. A Carta da UNESCO principia com as palavras do poeta americano e Bibliotecário do Congresso, Archibald MacLeish: "Uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que têm de ser construídas as defesas da paz." É, portanto, em consonância ao espírito de Archibald MacLeish e outros fundadores da UNESCO que me congratulo com a liderança do Secretário Riley e dos muitos outros que lançaram esta iniciativa em matéria de educação internacional.

A UNESCO tem um papel de liderança na área de educação. Ela ampara a reforma e o aprimoramento educacional nos estados membros, em todos os níveis, desde a primeira infância até a educação avançada e especializada. O mandato da UNESCO consiste em liderança e parceria, facilitação de intercâmbio, entendimento sobre padrões e constante melhoria das práticas. Não é nosso papel gerir sistemas educacionais ou realizar coisas em lugar dos governos e dos líderes locais de educação.

Um dos papéis prioritários está na liderança técnica – facilitar a pesquisa e a análise, a troca de experiências relevantes e das melhores práticas, de parcerias profissionais e institucionais.

Outro papel essencial se caracteriza por sua natureza normativa e ética, pois reflete o mandato da UNESCO de promover os direitos humanos e assegurar que qualquer tipo de desenvolvimento seja centrado nas pessoas e no desenvolvimento humano.

Ainda outro papel de liderança está no amparo às atividades de conhecimento e de indagação acadêmica – do livre intercâmbio de idéias, em ambientes de informação totalmente abertos. Os sistemas educacionais, onde quer que se encontrem, devem estar vinculados, o mais completamente possível, aos sistemas de conhecimento do mundo, inclusive ao conhecimento tradicional e ao patrimônio cultural do mundo, às comunidades científicas e acadêmicas, bibliotecas, museus, centros de pesquisas e outras fontes de ensino, conhecimento especializado e opinião competente.

A distribuição de oportunidade de educação representa outra área de atenção central da UNESCO. A falta de oportunidades educacionais e as grandes disparidades no acesso à educação de qualidade razoável, em muitas partes do mundo, constituem não somente uma vergonha moral como uma das mais importantes causas da alienação social, conflito civil, pobreza e sofrimento humano. Como consequência, a UNESCO assumiu um papel de forte liderança no esforço internacional para tornar realidade o movimento de "Educação para Todos".

Finalmente, a UNESCO detém um papel exclusivo como o organismo internacional que representa a educação e os educadores, em âmbito mundial. Ela tem condições para facilitar um diálogo contínuo sobre tópicos difíceis, como a cultura e a identidade, os valores e os desafios impostos às sociedades em transformação. As conferências mundiais sobre educação, das quais participaram muitos dos Senhores, puderam reunir líderes em matéria de educação de todo o mundo – o setor privado, a sociedade civil e o governo.

A comunidade educacional dos Estados Unidos desempenhou papéis proeminentes nessas conferências mundiais, mediante a presença de fortes delegações que refletiram a experiência e as perspectivas norte-americanas em apoio às atividades de reforço e monitoramento. O Relatório preparado pelos Estados Unidos para a reunião de Dacar foi particularmente notável, tanto pela sua análise excelente e franca dos progressos em matéria de educação básica, como pela colaboração que ele representou entre as muitas organizações e líderes educacionais, tanto do setor público quanto do privado.



A UNESCO coordena uma cadeia de quase 6.000 Escolas Associadas. O Programa de Escolas Associadas vem ajudando a promover a educação para a paz, a democracia, os direitos humanos, a solidariedade e o entendimento mútuos. As Escolas colaboram sobre temas mais amplos, como o Patrimônio Mundial, os Direitos Humanos, o Comércio Transatlântico de Escravos, o Projeto do Danúbio Azul e outros tópicos relevantes de interesse para as redes internacionais de jovens estudantes. Somente 17 dessas Escolas Associadas se encontram nos Estados Unidos. Seria maravilhoso se existissem muitas outras.

A UNESCO trabalha em contato estreito com associações de professores e outras organizações profissionais, não só em cada país como internacionalmente. Ela opera com e por meio dessas organizações, no propósito de desenvolver diretrizes para a elaboração de currículos, manuais de ensino e outros materiais e sobre uma ampla série de assuntos – tolerância e direitos humanos, desenvolvimento sustentável, culturas e heranças culturais do mundo. Por exemplo:

- Um conjunto de materiais sobre a Educação para a Cidadania trata de tópicos de tolerância, direitos humanos, prevenção de conflitos e participação cívica, em escala mundial;
- Um novo programa em multimídia para professores, sob o título "Ensinando e Aprendendo para um Futuro Sustentável", estará disponível na página eletrônica da UNESCO, bem como no formato de CD-ROM, a partir de janeiro de 2001, inteiramente grátis. O programa enfoca problemas interdisciplinares, tais como realidades e tendências demográficas, limitações de recursos, padrões de consumo, fome mundial, o meio ambiente;
- um conjunto de materiais sobre "Patrimônio Mundial em Mãos Jovens" auxilia os professores a familiarizar seus alunos com o patrimônio cultural do mundo e os modos como cada um de nós pode ajudar a proteger esse patrimônio.

Na área de educação superior, a UNESCO criou mais de 42.000 bolsas de estudos de caráter internacional e publica um guia de grande sucesso, Estudo no Exterior, que alista oportunidades em 129 países. Os instrumentos internacionais da UNESCO sobre o reconhecimento de títulos e qualifi-

cações são essenciais para o intercâmbio educacional. Existem, hoje, centros nacionais de informação para reconhecimento e mobilidade, em 145 países membros. Esses instrumentos e redes de órgãos podem ajudar os Estados Unidos a realizar seus objetivos de ampliar os estudos no exterior e fomentar o intercâmbio entre outros países.

No momento, a UNESCO já conta com mais de 400 cátedras e 60 redes interuniversitárias UNITWIN, em áreas tão diversas como o desenvolvimento sustentável, a ciência e a tecnologia, meio ambiente e população, direitos humanos e democracia, cultura e comunicações.

A UNESCO constitui importante centro de convergência para o desenvolvimento de estatísticas educacionais, indicadores e outros sistemas para o monitoramento dos avanços realizados, para facilitar as pesquisas e o emprego da informação especializada no sentido do aperfeiçoamento dos sistemas educacionais. A UNESCO trabalha em estreita cooperação não só com o Centro Nacional de Estatísticas da Educação e outras unidades do Departamento de Educação, como também com outras organizações educacionais e com a comunidade norte-americana de pesquisa. É igualmente importante assinalar os papéis desempenhados pelo serviço de Estatísticas do Canadá e pelo novo Instituto de Estatísticas da UNESCO, ora sendo desenvolvido naquele país. Tudo isso, certamente, irá melhorar a qualidade e o grau de credibilidade dos dados sobre educação em âmbito mundial.

O desafio à educação internacional não se limita a identificar a maneira mais eficaz de colaborar para a melhoria dos sistemas de educação. É isso, mas também é muito mais.

O mundo precisa aprender a viver, trabalhar e existir junto – em paz, e valorizando as diversas culturas e perspectivas, bem como a maravilhosa criatividade da raça humana. Tal aprendizado é um elemento chave para a prosperidade, oportunidade, produtividade e progresso humanos. É, ainda, fundamental para as mudanças nas culturas, nas atitudes e nos compromissos, em todos os níveis, que levam à redução da pobreza e da iniquidade, ao respeito



pelos direitos humanos e a uma participação crescente para a construção de sociedades abertas, confiantes e resistentes.

Não é inevitável o "Choque de Civilizações". Ainda temos a oportunidade, e a responsabilidade, de encetar o "Diálogo Entre Civilizações". Em setembro, na Cúpula do Milênio, em Nova York, tive a honra de presidir um encontro de líderes mundiais para iniciar o Ano do Diálogo entre Civilizações das Nações Unidas. À UNESCO foi dada a responsabilidade de conduzir e facilitar tal diálogo, motivo pelo qual eu aguardo com interesse a oportunidade de trabalhar com as Nações Unidas para agilizar esse diálogo.

Desejo, ainda, cumprimentar a Associação para a Supervisão e o Departamento de Currículo, o Fórum Americano para Educação Global e as outras organizações aqui hoje representadas. O espírito de parceria e de iniciativa conjunta é absolutamente crítico para o êxito. A agenda da educação internacional constitui uma base excelente para a parceria da UNESCO com os Estados Unidos. Fico na expectativa da oportunidade de construir sobre o que já existe hoje.

Gosto da expressão americana "juntar nossas forças para resolver um problema" (*) Precisamos expandir esta imagem, na medida em que aprendemos a trabalhar e agir em um ambiente globalizado. "Se formos capazes de juntar nossas forças em torno deste grande e complexo problema, teremos de aprender a nos darmos as mãos !"

(*) Tradução aproximada do texto original "Getting our arms around a problem" [Nota do Tradutor]

*Educação para Todos e Desenvolvimento Sustentável nos Países Menos Desenvolvidos**

Senhor Secretário-Geral,
Excelentíssimos Ministros,
Senhor(a) Presidente,
Senhor Administrador-Assistente em Exercício,
Excelências,
Senhoras e Senhores,
Caros Colegas,

Constitui um prazer muito especial, para mim, estar aqui presente entre os Senhores, para abrir esta sessão temática organizada pela UNESCO sobre o tema "Educação para todos e desenvolvimento sustentável nos países menos desenvolvidos". Sinto-me profundamente honrado em verificar que personalidades tão eminentes aceitaram o meu convite. Fico particularmente sensibilizado pelo fato de que tanto o Senhor Kientega, Ministro da Alfabetização e Educação Básica de Burkina Faso, como o Senhor Mackenzie tenham aquiescido em compartilhar a presidência desta sessão. Estou seguro de que tal circunstância constitui um bom augúrio para as nossas deliberações. Permitam-me, ainda, acolher entre nós os colegas do UNICEF e da Agência Intergovernamental da Francofonia, bem como todos os distintos membros do painel, inclusive o Ministro da Educação de Gâmbia.

Parece-me muito relevante o objeto desta sessão, que é ressaltar o papel potencial da educação no processo de desenvolvimento sustentável. De todos os meios e modos que, no decorrer desta Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos (LDCs), possamos descobrir para ajudá-los a elevar os padrões de vida de suas populações, existe um que é

* Discurso Pronunciado por ocasião da sessão temática interativa sobre Educação para Todos e Desenvolvimento Sustentável nos Países Menos Desenvolvidos em 16 de maio de 2001, Bruxelas.



o elemento chave de muitos outros, e me refiro à educação. Em países onde o capital humano constitui o recurso principal – e por vezes único –, é fácil avaliar como se torna crucial construir competências por meio da educação, especialmente em áreas rurais, onde vive a maioria da população. Esta foi uma das mais importantes lições que aprendemos com o Fórum de Dacar, no qual foi consagrada a idéia de que a educação de qualidade, formal ou informal, representa o elemento chave para qualquer estratégia de erradicação da pobreza.

Podem os Senhores argumentar que nada disso é novo. Não estou muito certo disso. O contexto global, na alvorada deste século, é algo de novo. A pobreza ganha terreno em muitas partes do mundo, enquanto uma riqueza crescente se concentra nas mãos de uma pequena minoria. A globalização, que assenta o conhecimento no cerne do processo de desenvolvimento e crescimento econômicos, acaba produzindo a marginalização para a maioria da população do mundo.

A educação, portanto, deixou de ser apenas mais um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo ser humano pode aspirar, legitimamente, para a sua realização pessoal. Ela passou a ser a condição essencial para qualquer tipo de desenvolvimento, para a redução da taxa de desemprego e da pobreza, para o progresso social e cultural, para a promoção de valores democráticos e para o estabelecimento de uma paz duradoura.

Mas, ainda há algo mais – ela deve ser disseminada com todas as garantias apropriadas de qualidade. Sim, porque uma outra coisa nova é a nossa visão de educação, que agora contemplamos numa perspectiva mais ampla, em grande parte como resultado do excelente trabalho da Comissão sobre a Educação para o Século Vinte e Um, presidida por Jacques Delors. A educação, hoje, não é mais confinada aos conhecimentos rudimentares da leitura, escrita e aritmética ou ao aprendizado de um determinado ofício, pois passou a ser entendida como uma ferramenta destinada a ajudar as pessoas a responder e adaptar-se rapidamente a um meio ambiente social, econômico,

tecnológico e cultural em constante mutação, fomentando nelas atitudes e aptidões – "aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser" –, enquanto, ao mesmo tempo, respeita integralmente a sua identidade cultural, o que envolve, de modo especial, o ensino em línguas locais. Tudo isso significa que se trata de uma espécie de educação que é destinada a todos os indivíduos, homens e mulheres, jovens e adultos, tenham eles sido ou não matriculados no tradicional sistema de educação formal.

A educação constitui-se em um processo que deveria acompanhar as pessoas ao longo da vida, de modo a propiciar-lhes, constantemente, novas oportunidades de auto-realização e emancipação. A educação de qualidade é uma poderosa arma com a qual se pode combater a pobreza – não só porque ela equipa crianças e jovens com capacidades, destreza, conhecimento, atitudes e valores que podem ajudá-los a lidar com as novas pressões que lhes são impostas, como também porque ela representa a fonte de uma forma melhor de desenvolvimento, que, por sua vez, conduz a um mais elevado padrão de vida.

E, finalmente, o que constitui, igualmente, algo de novo é o desenvolvimento de uma consciência coletiva e o engajamento decidido da comunidade internacional, como um todo, em um movimento global para fazer avançar a causa da educação para todos, tendo em vista objetivos específicos. A educação básica para todos tem, agora, situação de destaque na agenda internacional para a erradicação da pobreza, uma vez que, como declarado pelos participantes do Fórum Mundial de Educação, em Dacar, em abril de 2000, se não houver um progresso acelerado no caminho da educação para todos, não serão alcançadas as metas para a redução da miséria, acordadas tanto em nível nacional como internacional, e se ampliarão, ainda mais, as desigualdades entre países e no interior das sociedades.

Alguns países, como Bangladesh, Brasil e Egito, mostraram que, alocando cerca de 6% do seu produto interno bruto para a educação, foi-lhes possível reduzir o número de crianças fora da escola. Fico satisfeito em constatar que o Senegal – que recentemente se integrou ao grupo dos países



menos desenvolvidos e que sediou o Fórum Mundial de Educação, no ano passado – completou o seu primeiro plano nacional de educação para todos.

A situação dos países menos desenvolvidos reclama maiores recursos e uma capacidade de decisão mais intensa. Em alguns deles, a situação é particularmente crítica, pois é agravada pela devastação trazida pela AIDS, por conflitos internos e por crises de governança. Isto significa que teremos de imaginar novos ajustes e enfoques educacionais. Penso, particularmente, na educação nas áreas de ciência e tecnologia, educação técnica e vocacional e novas tecnologias da informação e da comunicação, as quais podem revelar-se instrumentos inestimáveis para alcançar os desfavorecidos educacionalmente.

Temos agora um esquema de ação – o adotado em Dacar –que deveria transformar-se no ponto de partida de nossa atuação em apoio aos países menos desenvolvidos. Permitam-me sumariar suas três características principais:

Primeiro: o principal foco de ação reside no nível nacional, cabendo aos governos a responsabilidade central de implementar os objetivos aprovados em Dacar. Incumbe-lhes alocar uma parte substancial de seus recursos orçamentários nacionais para atender a educação básica. Cada governo precisa, ainda, garantir o amparo de seus parceiros, tanto "internamente", por meio de parcerias com a sociedade civil, comunidades locais e o setor privado, como "externamente", mediante a assistência de agências multilaterais, doadores internacionais e regionais, parceiros bilaterais e organizações não governamentais. No sentido de preencher, plenamente, os compromissos que assumimos em Dacar, devemos atribuir ênfase especial à assistência aos países da África Subsaariana e do Sul da Ásia, além dos países menos desenvolvidos de outras regiões.

Segundo: há necessidade, em regime de urgência, de preparar ou rever planos nacionais de educação para todos, no mais tardar até 2002. O preparo dos planos nacionais de ação, mediante um processo participatório muito amplo, deve tornar possível estabelecer prazos para uma implementação mais rápida, em favor de todas as categorias de beneficiários.

A terceira peculiaridade chave consiste em que todos os parceiros do movimento de educação para todos devem beneficiar-se do atual ímpeto para que haja ação, cooperação e entrelaçamento de esforços. Em outras palavras, temos de construir sobre o que já existe. Cabe-nos respeitar o trabalho realizado pelos Estados Membros e seus parceiros de desenvolvimento, ao longo de tantos anos, e edificar sobre essa base, de modo a assegurar que o direito à educação se torne uma realidade para cada um, na sua vida pessoal.

Desde o Fórum de Dacar, estabeleci uma certa quantidade de arranjos, no sentido de habilitar a UNESCO a desincumbir-se, plenamente, do papel para o qual foi designada, de coordenar os trabalhos de acompanhamento decorrentes de Dacar. Deu-se a máxima prioridade a uma reorganização profunda dentro do Secretariado – em termos estruturais, orçamentários e de pessoal –, o que foi realizado no sentido de equipar a Organização com os meios adequados para que ela satisfaça os seus compromissos.

A UNESCO está enfrentando algumas dificuldades em dar orientações a seus vários parceiros, no sentido de que estes possam auxiliar os países interessados a traçar seus planos nacionais de educação para todos. Ela estabeleceu, também, um observatório dentro do seu Instituto de Estatística, com a incumbência de fornecer as informações e dados necessários para o estabelecimento de prioridades, à luz de situações específicas. Tem, ainda, a tarefa de coordenar o esforço de arrecadação de fundos para ajudar os governos a implementar suas políticas e planos de educação para todos, tendo em vista que os participantes do Fórum de Dacar afirmaram, solenemente, que "nenhum país seriamente comprometido com o esforço de educação para todos terá prejudicada a realização de seu objetivo por falta de recursos."

Contudo, sua principal tarefa consiste mesmo em assegurar que esse ânimo coletivo em prol da educação para todos, que foi tão fortemente reforçado em Dacar, não esmoreça por um só momento, e que todos os parceiros mantenham as suas vistas firmemente voltadas para essas metas que nós mesmos determinamos e para o prazo limite de 2005, época em que tudo deverá ter mudado.



Todos os que se encontram aqui hoje, Excelências, Senhoras e Senhores, são os agentes dessa transformação. Gostaria de voltar minha atenção, de modo mais particular, para os que representam o que chamamos de "sociedade civil" – organizações não governamentais, o setor privado. Não que os demais parceiros sejam menos importantes. Mas é que tenho mais oportunidades de encontrar-me com eles e minha mensagem já lhes é bem conhecida. Por esse motivo, gostaria de dizer aos representantes da sociedade civil que se encontram entre nós, como é tão crucial sua participação neste esforço comum. Embora caiba aos Estados arcar com as suas responsabilidades pela educação e prestar um serviço público de qualidade, tornou-se claro que eles não têm como fazer face ao enorme volume da demanda que lhes é imposta. Penso, especialmente, no conjunto de ações que podem ser executadas no campo da educação informal, inclusive na educação para adultos, e no trabalho, de fato extraordinário, que foi efetivamente realizado por organizações não governamentais nessa área. Penso, igualmente, na educação superior e na pesquisa, que têm necessidades imensas de fundos e podem formar parcerias frutíferas com o setor privado. Na realidade, eu gostaria de ver o seu papel, particularmente o das organizações não governamentais, refletido de modo mais proeminente no plano de ação a ser adotado, quando for concluída esta Conferência.

Estima-se, hoje, que haja em todo o mundo um total de cerca de 872 milhões de adultos analfabetos. Nos países menos desenvolvidos – que contam com quase um décimo da população mundial total– eles representam quase metade da população, em contraste com uma média mundial de cerca de 20%. Em sua maioria, os excluídos da educação são as meninas e mulheres. Dos cerca de 113 milhões de crianças do ensino primário que não freqüentam a escola, 41% vivem nos países menos desenvolvidos.

São enormes os desafios. Temos de ser muito cautelosos, a fim de não embarcarmos, apressadamente, em operações emergenciais descoordenadas, mal planejadas e com as suas metas inadequadamente definidas. O ano de 2015 está próximo, mas ainda nos resta tempo suficiente para que cada país realize seus planos sobre alicerces sólidos. Precisamos, todos e cada um de nós,

encontrar um meio de participar, harmoniosamente, desse imenso desafio que nos impusemos a nós mesmos. Temos de fazer tudo o que esteja a nosso alcance para assumir o desafio e também para aprender. Aprender a utilizar ao máximo nosso potencial, trabalhar melhor com outros e ser mais atentos aos seus anseios. Sinto-me confiante de que esta sessão temática interativa nos dará uma oportunidade de provar que estamos decididos a enfrentar tal desafio.



*Educação para Todos para Aprender a Viver Juntos: estratégias de conteúdo e aprendizado – problemas e soluções**

Senhor Presidente,
Excelentíssimos Ministros de Educação,
Excelentíssimos Chefes de Delegações,
Senhoras e Senhores,
Caros Colegas e Amigos,

Tenho grande prazer em recebê-los para a 46a. Sessão da Conferência Internacional sobre Educação (ICE). Gostaria, Senhor Presidente, de logo expressar-lhe os meus sinceros agradecimentos pelo seu discurso de abertura, que nos propiciou várias e agudas observações altamente relevantes para as questões temáticas que esta Conferência irá examinar. Gostaria, ainda, de expressar minha gratidão às autoridades federais suíças e às autoridades da República e do Cantão de Genebra pela longa hospitalidade que vêm oferecendo a esta Conferência e ao Bureau Internacional da Educação (IBE). Genebra é verdadeiramente uma cidade internacional, razão pela qual constitui sempre um prazer retomar, aqui, a grande tradição da ICE, após um intervalo de cinco anos.

É com satisfação que vejo aqui, hoje, tantos ministros e vice-ministros. Sua presença é prova do caráter único deste fórum internacional e do seu interesse pelas preocupações temáticas, bem como da importância do programa Educação para Todos. Com o maior respeito aos demais participantes, eu gostaria de enfatizar que esta é, sem qualquer dúvida, a sua conferência. Com efeito, é a centralidade de sua presença, participação e contribuições que confere à ICE sua qualidade especial, comparada com outras Conferências internacionais sobre a educação.

* Discurso pronunciado por ocasião da Quadragésima Sexta Sessão da Conferência Internacional sobre Educação em 5 de setembro de 2001, Genebra.



Contudo, outro ingrediente vital da ICE é a contribuição dos demais participantes das esferas do mundo acadêmico, pesquisa, cooperação internacional e sociedade civil, que para cá foram atraídos devido ao interesse nos temas da Conferência e à própria natureza do evento em si. Sua colaboração ativa na Conferência é calorosamente bem vinda. Desse modo, tenho grande prazer em acolher os representantes e observadores dos Estados Não Membros, das agências das Nações Unidas, órgãos intergovernamentais e organizações não governamentais.

Estimaria, ainda, declarar minha gratidão a todos os que ajudaram na fase de preparo desta Conferência, prestando contribuições intelectuais e/ou financeiras: os ministérios de educação, centros de pesquisas e instituições de treinamento de vários países (Argentina, Canadá, Cuba, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Japão, Malásia, Países Baixos, Noruega, Espanha, Suíça); a Comunidade do Aprendizado; o Programa de Treinamento para a Educação Intercultural Bilíngüe dos Países Andinos; o Projeto BERUM, no Peru; o Instituto de Graduação para os Estudos de Desenvolvimento, em Genebra; a Cidade das Ciências e da Indústria, em Paris; a ONG Centro para o Estudo da Violência e Reconciliação, na África do Sul. Finalmente, embora não menos importante, gostaria ainda de agradecer ao Conselho do IBE e com ele congratular-me por seu trabalho excelente, dedicação e criatividade ao planejar e preparar a Conferência deste ano. O Presidente do Conselho, Senhor Pieter De Meijer, também Presidente da Comissão Nacional para a UNESCO da Holanda, é merecedor de nossos agradecimentos particulares.

A ICE se constitui em evento de tradição rica e interessante. Sob o nome de "Conferência Internacional sobre Educação Pública", ela foi organizada, pela primeira vez, em 1934, pela Comissão Internacional de Educação, numa época em que o militarismo e o fascismo estavam em marcha. A partir de 1947, cada Conferência passou a ser organizada conjuntamente pelo IBE e pela UNESCO. Após 1969, quando o IBE se tornou parte integrante da UNESCO, este certame passou a ser conhecido como a Conferência Internacional sobre Educação. Na condição de único encontro voltado para



os Ministros de Educação do mundo inteiro, a ICE serve, também, como fórum internacional exclusivo para um diálogo de alto nível sobre temas educacionais e as implicações de suas políticas.

A Conferência Internacional sobre Educação, a exemplo do IBE, constitui uma parte integrante da UNESCO. A despeito do tempo decorrido desde a 45ª Sessão, a ICE é um dos mais importantes eventos no calendário da Organização. Cabem-me a responsabilidade e a honra de convidar os participantes. Entrementes, é a Conferência Geral da UNESCO que aprova os temas da ICE, à luz das propostas submetidas pelo Conselho do IBE, cujos membros, são por sua vez, escolhidos pela Conferência Geral. Graças ao conteúdo dos relatórios nacionais apresentados à ICE, às apresentações e às discussões e trocas que ocorrem durante a Conferência, um volume abundante de dados torna-se mais amplamente disponível ao IBE e à UNESCO. Posso assegurar-lhes que a UNESCO dá grande valor a esta ocasião, na qual ela percebe uma oportunidade única para ouvir e interagir com muitos dos mais importantes dirigentes do mundo, no campo da educação.

Como ocorre com todas as demais atividades organizadas pelo IBE, a Conferência Internacional de Educação está sedimentada no Plano de Ação da Estratégia de Médio Prazo, da UNESCO (2002-2007). Na realidade, não poderia ser mais apropriada a ocasião em que se realiza a ICE, uma vez que ela ocorre apenas algumas semanas antes que a referida Estratégia seja apresentada para a aprovação da Conferência Geral. O leitmotif que perpassa por toda a próxima Estratégia de Médio Prazo é o seguinte: "Contribuindo para a paz e o desenvolvimento, numa era de globalização, por meio da educação, das ciências, da cultura e das comunicações". Para a UNESCO, o tema unificador que orienta todos os seus programas e atividades reside no desafio de humanizar o processo de globalização, de modo a alcançar que o mesmo opere em benefício de cada pessoa e não somente para uns poucos privilegiados. Ocupando uma posição central no processo de atribuir à globalização um rosto humano, está a educação, especialmente em termos de globalizar o direito à educação, a fim de que uma formação básica de boa qualidade seja de fato disponível a todos.



É, por outro lado, muito oportuno que a ICE esteja realizando também agora, quando o processo de seqüência ao Fórum de Dacar está acumulando tanto ímpeto. A reunião do Fórum Mundial de Educação, em Dacar, no Senegal, em abril de 2000, converteu-se num ponto decisivo para a UNESCO. Tal como requerido pelo Esquema de Ação aprovado em Dacar, a UNESCO fez com que toda a sua operação passasse a girar em torno dos resultados e prioridades fixadas em Dacar. Construindo sobre o trabalho de reforma e estruturação que iniciei e completei, a UNESCO reajustou o enfoque de seu programa de educação para enquadrá-lo no contexto da Estratégia de Médio Prazo, e vem preenchendo o mandato que lhe foi atribuído de coordenar-se com os parceiros do movimento EFA e manter seu impulso de colaboração. Que ninguém se iluda: o movimento de Educação para Todos representa a mais elevada prioridade da UNESCO para os próximos anos e, graças aos compromissos livremente assumidos em Dacar, já não nos encontramos sozinhos neste esforço. Sem uma parceria efetiva, as metas estabelecidas pelo EFA não serão alcançadas. Contando com um efetivo sistema de parcerias, teremos uma boa possibilidade de realizar algo realmente extraordinário. O verdadeiro teste da parceria será realizado em nível de país, onde terão de ser centrados os esforços conjuntos de atores nacionais e internacionais.

Como conseqüência, a UNESCO atribui grande importância ao tema da ICE deste ano – "Educação para Todos para aprender a viver juntos: estratégias de conteúdo e de ensino – problemas e soluções". É perfeitamente oportuno e adequado que a ICE trate deste tema pouco antes da 31ª Sessão da Conferência Geral. Os resultados e as recomendações da ICE serão imediatamente canalizados para as deliberações da Conferência Geral, em outubro e novembro. Acredito que isso servirá como um grande incentivo para fazer com que as nossas discussões, debates e decisões, nos próximos dias, sejam o mais possível relevantes e bem imaginadas.

Senhoras e Senhores,

O tema "aprender a viver juntos" tem de ser enfocado sob dois ângulos principais: o primeiro, sob a perspectiva de coesão social, harmonia e não-vio-

lência dentro de nossas sociedades; e o segundo, na perspectiva da paz internacional, entendimento mútuo e amizade entre as nossas sociedades. Essas dimensões, naturalmente, são relacionadas entre si: um país que esteja em situação de guerra interna, também poderá constituir uma ameaça aos seus vizinhos, enquanto que as guerras externas têm o hábito de produzir muitos conflitos e tensões internas. O cuidado com a contribuição da educação para a paz mundial, o entendimento internacional, a coesão social e a não violência sempre estiveram entre as deliberações mais caras à ICE. É exatamente por esta razão que ela mantém a sua relevância há quase setenta anos. Mediante a escolha do tema para esta sessão, a ICE demonstra, mais uma vez, como é estreita a vinculação entre os temas de seus debates e as prioridades de toda a comunidade internacional.

Nesta Conferência, temos uma oportunidade de ouro não somente para reiterar os compromissos assumidos em Dacar, no sentido de alcançar uma educação de base, de boa qualidade, para todos até 2015, como também para refletir com mais profundidade sobre o significado e os propósitos do movimento Educação para Todos. Que significa realmente educação de base para todos, com qualidade? Que fins e propósitos explicam e justificam os esforços enormes que serão exigidos para alcançá-la?

A esse propósito, parece-me importante observar que o Esquema de Ação de Dacar vincula, claramente, a melhoria da qualidade da educação de base à efetiva aquisição dos saberes ligados à leitura, ao uso de números e às habilidades mínimas essenciais à vida. Pergunta-se: o que vem a ser a capacidade de leitura nos dias de hoje, se ela não desenvolver nossa capacidade de nos comunicarmos, de modo a que, ao abrirmos a participação local, nacional ou global para todas as pessoas, a nossa liberdade pessoal não seja expandida? Que importa hoje uma aptidão mínima para lidar com números, se ela não estimula nossa capacidade de analisar e organizar dados relativos às muitas dimensões de nossas vidas, nem aprimora nossa capacidade de participar da sociedade do conhecimento? É claro que a alfabetização e a familiaridade com números constituem ações de natureza não meramente técnica, mas também social, vitalmente associadas a nossa capacidade de liberdade pessoal e ação social.



E o que as habilidades mínimas vitais significam hoje, se elas não abrangem tanto o desejo como a capacidade de viver juntos, em paz? A expressão "habilidades mínimas essenciais" tem de incluir as capacidades de mesclar-se com os outros, de cooperar, participar, empreender ações conjuntas e conquistar tanto a confiança mútua como a autoconfiança.

Essas considerações convencem-me, cada vez mais, de que o EFA faz muito sentido por uma série de razões, mas o cerne da sua racionalidade é sobretudo ético. Ela diz respeito aos direitos de cada pessoa de desenvolver as suas potencialidades e viver uma vida humana plena, em sociedade. Viver em paz um com o outro constitui uma parte integral desta visão. E aprender a viver em paz com os demais representa uma parte indispensável de qualquer tipo de educação.

Mas, ainda temos um longo caminho diante de nós. Desde a última sessão da ICE, o mundo entrou num novo século, aliás num novo milênio, e no entanto ainda nos sentimos assediados por antigos problemas. Desse modo, diversos grupos e comunidades inteiras, em todas as regiões do mundo, continuam a sofrer os efeitos da guerra, de conflitos internos, da injustiça, pobreza, intolerância, racismo, marginalização e variadas formas de violência. Permanecem não atendidos os direitos básicos de milhões de indivíduos, inclusive aqueles que costumamos associar ao cerne da identidade pessoal ou do grupo, tais como a linguagem e a cultura. O mundo permanece como um lugar onde as condições para que as pessoas vivam em paz, umas com as outras, são ainda muito frágeis e particularmente vulneráveis aos ressentimentos derivados de injustiças e iniquidades sociais estruturadas.

A principal preocupação do século passado consistiu em garantir um acesso mais amplo às oportunidades educacionais, mas ainda há muito o que fazer em numerosos países. A consecução de metas educacionais quantitativas ainda representa algo muito importante nos locais onde educação primária e alfabetização universais se revelam como metas muito longe de serem alcançadas. Contudo, no começo do Século XXI, a qualidade da educação de base também precisa ser melhorada, a fim de que todos no mundo estejam bem



preparados para participar da vida moderna. Cada um de nós precisa das ferramentas, aptidões e valores essenciais para enfrentar um universo em rápida transformação, caracterizado por complexidade crescente, incerteza por toda parte e interdependência. Acima de tudo, uma educação básica que não nos prepare para vivermos juntos, pacificamente, não merece ser chamada uma autêntica educação de qualidade.

Senhoras e Senhores,

Fiquei muito bem impressionado com a leitura da análise preliminar do conteúdo dos relatórios nacionais, preparados para esta Conferência. Não resta qualquer dúvida de que houve progressos na missão de criar consciência da necessidade de educar em favor de valores, conceitos e capacidades que ajudem os jovens a viver juntos, em paz, bem como – o que é mais importante ainda – os incentivem a querer conviver, juntos pacificamente.

É extremamente útil a análise contida no principal documento de trabalho desta Conferência. Ela revela como os novos valores – os direitos humanos, a proteção à diversidade cultural, o respeito aos falares locais e línguas mães, o apelo à paz e à resolução pacífica de conflitos, além da aplicação de procedimentos científicos e novas tecnologias – estão sendo incorporados no planejamento de currículos e em outros aspectos do processo nacional de estabelecimento de políticas

Observamos, ainda, que os Ministros de Educação identificaram um certo número de áreas problemáticas e questões a elas relacionadas. Como se poderia desenvolver, dentro da estrutura formal de ensino, o aprendizado sobre uma vida diária, pacífica? Como conseguir mobilizar recursos suficientes para lidar corretamente com a importância e a urgência desta questão educacional? Como se poderia introduzir o ensino a respeito de uma vida diária pacífica numa estrutura voltada para o oferecimento, a todos, de oportunidades de aprendizagem que se estendem ao longo de toda a vida? Além disso, em muitas das reuniões preparatórias organizadas pelo IBE, em várias regiões do mundo, já se tornou comum o refrão de que a violência constitui hoje um fato comum



em muitas escolas. Acreditamos que estas avaliações críticas resultam de uma decisão, cada vez mais firme, de enfrentar diretamente tais problemas: em primeiro lugar, reconhecendo que eles existem; em segundo, compartilhando-os com outras pessoas; em terceiro, aprendendo como resolvê-los, agindo de modo cooperativo.

Aplaudo, igualmente, a maneira como algumas boas práticas e inovações vêm sendo coletadas pelo IBE, com o apoio do Setor Educacional e de agências nacionais, setoriais e regionais da UNESCO, comissões nacionais e numerosas organizações não governamentais, especialmente aquelas ONGs que representam os professores empenhados na educação das pessoas no sentido de aprenderem a viver juntas. Essas lições da prática mostram que existem soluções para os atuais problemas, que elas são numerosas e diversas, e que um maior conhecimento das mesmas pode ajudar-nos a obter respostas novas para as dificuldades enfrentadas na vida diária, tanto por professores como por alunos. Durante esta Conferência, circularão muitas idéias e muita informação.

Espero que, como resultado, os responsáveis pela educação nacional sejam capazes de tomar melhores decisões, e mais bem informadas. É importante que as autoridades nacionais devidamente constituídas conservem, de fato, a vontade e a capacidade de tomar decisões em matéria de educação. Alguns analistas têm defendido a idéia de que, dada a influência e os efeitos da globalização, o Estado-Nação estaria perdendo a sua validade. Não concordo. Pelo contrário, estou convicto de que o papel orientador do estado e a natureza legítima e autorizada de suas políticas são mais importantes do que nunca. Por outro lado, temos de reconhecer que a definição do papel do estado e o desempenho de suas funções estão sendo desafiados por uma variedade de forças, como por exemplo: a internacionalização do conhecimento, o equilíbrio instável entre centralização e descentralização e a imensa variedade das opções de política, nacionais e locais.

Além disso, um bom número de países estão vendo novos atores entrar no cenário nacional da educação. Alguns desses atores são por natureza internacionais, mas outros, em sua grande maioria, são nacionais e locais. Alguns



deles podem não ser tão "novos" assim, mas, por força dos processos de descentralização, de comunicações aperfeiçoadas ou de democratização, podem estar conseguindo firmar suas vozes ou reforçar a sua presença no campo educacional. A UNESCO incentiva, claramente, todos os Estados e autoridades públicas a preencher suas obrigações básicas em prol da educação; ao mesmo tempo, reconhecemos que o Estado não pode realizar tudo, e nem precisaria, aliás, fazer certas coisas atuando sozinho. Por esse motivo, e no que diz respeito a certas responsabilidades educacionais, o Estado pode, às vezes, considerar útil construir alianças estratégicas com instituições da sociedade civil e com o setor privado. Dentro de uma moldura global de regulação estatal, monitoramento e garantia de qualidade, podem resultar em consideráveis vantagens e benefícios.

A UNESCO está convencida de que as relações produtivas entre o Estado e a sociedade civil, no campo da educação, são necessárias não somente para alcançar os objetivos quantitativos e qualitativos acordados em Dacar, mas também para auxiliar no planejamento e implementação de iniciativas para aprender a viver juntos. A parceria e a cooperação começam em casa.

Obviamente, a maneira de promover uma efetiva e adequada educação para viver juntos não pode ser a mesma em todas as culturas e em todos os contextos. Neste mundo globalizado, no entanto, a combinação inteligente e criativa de estratégias globais relevantes, dosadas com uma variedade de soluções locais e nacionais, acena como a melhor promessa.

Aguardo com muito interesse os resultados e as recomendações desta Conferência. Estou certo de que os Senhores concordarão que o tema "aprendendo a viver juntos" perpassa muitas de suas preocupações mais prementes, que vão da violência na sala de aula ao emprego da informação e das comunicações (ICTs), do ensino da linguagem à educação para a cidadania, dentro da perspectiva de um aprendizado ao longo de toda a vida. O enquadramento destas questões, problemas e preocupações, dentro do contexto do movimento da Educação para Todos, mostra que seria totalmente errado ver o EFA somente em termos de desenvolvimentos quantitativos, por muito importantes



que estes sejam. A agenda do EFA deve ser vista como incluindo a melhoria da qualidade da educação básica. Este é o desafio que compartilhamos.



*Envolvimento da Sociedade Civil no Programa Educação para Todos**

Excelentíssimos Ministros de Educação,
Representantes da sociedade civil,
Senhoras e Senhores,

Tenho um prazer muito grande em estar com os Senhores hoje, para esta Sessão Especial da Conferência Internacional sobre Educação (ICE). Parece-me extremamente oportuno que esta Sessão Especial, dedicada ao tema do envolvimento da sociedade civil no movimento de Educação para Todos (EFA), ocorra num dia em que cidadãos ao redor do mundo, governos, políticos, associações voluntárias, trabalhadores das zonas rurais, professores, crianças e muitos outros estejam todos celebrando o Dia Internacional da Alfabetização. Ao fazê-lo, eles estão expressando, de modo direto ou indireto, o seu compromisso com os objetivos, compartilhados por todas as pessoas, com o movimento global do EFA.

Todos pudemos testemunhar as animadas discussões na 46ª Sessão da ICE. Foram tratadas, aqui, questões importantes, como, por exemplo, aprender a viver juntos num mundo dilacerado por conflitos, o complexo relacionamento entre a globalização e a educação, bem como a necessidade urgente de reforçar o ethos e o hábito da participação em todos os níveis, quando menos seja no que diz respeito aos procedimentos ligados ao EFA. Permitam-me, portanto, explicar-lhes os motivos pelos quais foi convocada esta Sessão Especial.

Desde que assumi o cargo de Diretor-Geral da UNESCO, em novembro de 1999, tenho feito da promoção do diálogo com a sociedade civil uma de minhas mais constantes preocupações, especialmente com referência ao

* Discurso pronunciado por ocasião da 46ª Sessão da Conferência Internacional sobre Educação Sessão Especial sobre o Envolvimento da Sociedade Civil no programa Educação para Todos em 8 de setembro de 2001, Genebra.



EFA. Durante a reunião do Fórum Mundial da Educação, em Dacar, em abril de 2000, resolvi intervir para assegurar uma participação mais ampla de sociedade civil naquele evento de importância crucial. Desde então, o incentivo ao diálogo com a sociedade civil sobre matérias relacionadas com o EFA vem se realizando em grande parte no nível operacional. O significado desta Sessão Especial tem duplo alcance: pela primeira vez, ele eleva este diálogo a um nível muito mais elevado, no qual os representantes da sociedade civil interagem com um grande grupo de Ministros de Educação. Além disso, trata-se da primeira vez em que uma tal Sessão Especial da ICE é dedicada à questão da sociedade civil.

Ao reunir sobre um mesmo pódio representantes de governos e das organizações da sociedade civil (CSOs), esta Sessão Especial assume dimensões simbólicas e substantivas. Simbólica, por constituir um sinal do reconhecimento crescente da importância do envolvimento da sociedade civil na área de educação, especialmente da educação básica. Representa, também, uma indicação de que a parceria e a colaboração estão sendo buscadas, de modo sério e abrangente. Espero que este encontro servirá para simbolizar o espírito de abertura, de diálogo e de respeito que deve moldar as relações entre todos os parceiros do movimento do EFA. Mas a reunião de hoje também se caracteriza por seu conteúdo substantivo. Estaremos todos compartilhando experiências reais de como a sociedade civil apóia o EFA e de como é conduzida, na prática, a colaboração entre governos e a sociedade civil. Iremos focalizar regiões do mundo em que é maior o desafio do EFA e onde, como resultado, as prioridades da comunidade internacional devem se traduzir em termos de assistência técnica e financeira. Além do mais, nosso propósito substantivo, hoje, deve concentrar-se em identificar medidas práticas voltadas para o acréscimo da contribuição da sociedade civil para o EFA e para a promoção de melhores relações entre o governo e a sociedade civil.

Gostaria, em seguida, de considerar sumariamente o que se entende por "sociedade civil", no que diz respeito ao EFA. Esta expressão deve ser entendida como incluindo todos os grupos e associações, não governamentais e de natureza não lucrativa, que se encontrem envolvidas no movimento. Para



a UNESCO, a sociedade civil abarca ONGs e redes de campanhas, sindicatos de professores e organizações religiosas, associações comunitárias e cadeias de pesquisas, associações de pais de alunos e órgãos profissionais, organizações de estudantes e grupos de mulheres. Estou consciente de que a definição de sociedade civil é objeto de muitos debates. Deveria ela incluir os partidos políticos? Abranger o setor privado e empresarial? Há necessidade, não resta qualquer dúvida, de muito maior clareza quanto àquilo que constitui a sociedade civil e porque. Concepções e experiências contextuais distintas podem influenciar o nosso entendimento, e tudo isso está a reclamar maior reflexão e análise de nossa parte. De qualquer modo, no que diz respeito ao contexto do EFA e dos esforços para fortalecer este movimento, permito-me sublinhar a importância de ser o mais incluyente possível.

É claro que as situações nacionais diferem entre si, enormemente. E que as relações entre o Estado e a sociedade civil, em cada país, variam de modo correspondente. Em alguns países, pode não haver tradição de parceria entre o Estado e a sociedade civil. Até mesmo a idéia de sociedade civil pode ser vista como algo estranho e inaplicável. Em compensação, outros países se beneficiaram, imensamente, de uma participação cada vez mais ampla da sociedade civil na governança, de modo geral, e no desenvolvimento social, de modo mais particular. Para chegar a tal ponto, naturalmente, é muito provável que a população tenha atravessado uma dolorosa luta, mas a experiência sugere que esta acaba dando seus frutos.

A UNESCO acredita que as metas do EFA só serão plenamente alcançadas se o processo estiver enraizado num movimento societário de base muito ampla, alimentado por parcerias efetivas entre governo e sociedade civil. Nossas razões para dizê-lo são fundamentadas em considerações de princípio e de realismo. A consecução plena do EFA exige que sejam asseguradas oportunidades educacionais aos marginalizados e excluídos. Mais do que os demais parceiros do EFA, as organizações da sociedade civil provaram ser capazes de alcançar os até então inalcançados e, especialmente na área de educação informal, conceberam métodos e enfoques mais sintonizados com as necessidades e condições de vida daqueles que vivem em situação de pobreza.



Além do mais, temos de reconhecer que, na maioria dos países em desenvolvimento, as autoridades públicas não têm sido capazes de satisfazer a demanda por uma educação primária grátis e compulsória, de boa qualidade, para todas as crianças. Os 113 milhões de crianças em idade escolar que estão fora da escola, as elevadas taxas de repetência e de evasão escolar, além dos 875 milhões de adultos analfabetos, tudo isso constitui uma evidência de que o tamanho e a complexidade do desafio do EFA são demasiadamente grandes para que os governos possam atacá-los sozinhos, mesmo dispondo das melhores intenções e empenhando os mais ingentes esforços.

Como consequência disso, há necessidade de fortalecer as responsabilidades do Estado e complementar o seu papel, no sentido de assegurar uma educação básica para todos, especialmente para aqueles que foram mal servidos ou ignorados pelas práticas usuais da educação. Portanto, precisamos de parcerias, a serem formadas com base nas forças particulares de cada parceiro.

Conforme a tradição dos modernos Estados Nacionais democráticos, os governos eleitos são reconhecidos como a autoridade legítima para tomar decisões quanto a opções de políticas em matéria de educação nacional, inclusive em áreas chave, como o desenvolvimento de currículos, educação de professores e reforma do sistema. Muitos Estados revelaram extraordinária capacidade, ao estabelecer sistemas educacionais públicos em nível nacional, ao assegurar, pelo menos em princípio, educação gratuita para todas as crianças e ao oferecer oportunidades de treinamento para jovens e adultos. Os governos administram o orçamento de educação nacional e, no caso dos países em desenvolvimento, mobilizam e negociam ajuda externa. As autoridades públicas, além disso, proporcionam a estrutura da legislação, regulamentação, inspeção e monitoramento.

As organizações da sociedade civil não podem substituir o Estado nas áreas de suas responsabilidades e autoridade substanciais. Assim sendo, quais são os tipos de papéis que as organizações da sociedade civil (CSOs) representam com respeito à educação em geral e ao EFA, em particular? Ao considerarmos esta questão, torna-se cada vez mais aparente que o papel das CSOs



não pode ser reduzido ao de mero complemento dos esforços do Estado; tanto mais porque uma concepção tão estreita representa um desserviço às necessidades do movimento EFA. Passo a esboçar, rapidamente, os quatro principais papéis desempenhados pelas CSOs com relação ao EFA.

Em primeiro lugar, como sugerido acima, as CSOs atuam, freqüentemente, como provedores alternativos de serviços nos casos em que os serviços disponibilizados pelo Estado se mostram ausentes ou insuficientes. Já houve CSOs que organizaram programas de alfabetização, de treinamento de aptidões e outras formas de aprendizado, mediante os quais auxiliaram as pessoas a melhorar sua capacidade de auto-sustento e as condições em que viviam.

Em muitos países em desenvolvimento, as CSOs tiveram de arcar com grandes responsabilidades por programas de educação informal que lhes foram confiados, por governos e órgãos financiadores. As CSOs oferecem a vantagem de serem mais flexíveis que o Estado, mais próximas às raízes rurais e às culturas locais, além de, em muitos casos, adotarem um enfoque mais inovador. Certas CSOs se revelaram líderes e atores protagonistas no processo de suprimento de uma educação informal e alternativa, com experiência no estabelecimento de vínculos entre a educação e outros setores de desenvolvimento e na construção de parcerias em diversos níveis.

As CSOs também representam, dentro e fora das fronteiras nacionais, um segundo papel, como inovadoras, como fontes de novos modos de pensar e de novas práticas, especialmente no que se refere ao impacto da globalização sobre a educação. A visão do movimento EFA não pode permanecer fixa e imutável. Ao contrário, tem de responder às mudanças e gerar novas iniciativas. Do mesmo modo como a "defasagem de recursos", que afeta o nível de desempenho do EFA, existe ainda a "defasagem de idéias", que as CSOs podem ajudar a preencher, em colaboração com outros parceiros do EFA.

Com base nesses dois primeiros papéis, as CSOs, muitas vezes, desempenham um terceiro, na qualidade de críticos e advogados bem informados. A última década presenciou o aparecimento de novas formas de expressão e de



diálogo sobre políticas, protagonizadas pela sociedade civil, sobre uma ampla gama de temas desenvolvimentistas. No que diz respeito à educação, foram organizadas campanhas coletivas por ONGs e formadas coalizões nacionais para batalhar por uma educação grátis e compulsória, de boa qualidade, para todas as crianças, assim como programas de educação para os jovens e adultos sem escola. A realização de tais campanhas ajudou a suscitar questões importantes e a informar a agenda internacional de hoje do EFA.

80

A crítica e a advocacia bem informada das CSOs também encontraram expressão no documento de Avaliação do EFA 2000. Num exercício desbravador, cerca de 80 ONGs empreenderam um reexame coletivo de seus próprios programas e do seu papel no EFA, bem como de sua contribuição ao mesmo. Tal esforço de avaliação demonstrou as forças das ONGs e das CSOs relativas a algumas áreas, tais como participação e organização comunitária, atuação como decorrência de mandato, alfabetização, escolas comunitárias, saúde reprodutiva, educação na primeira infância. Particularmente importantes para alcançar os inalcançados foram os programas de educação alternativa para jovens e adultos (principalmente as mulheres), nômades, deficientes, moradores de regiões isoladas e populações afetadas por deslocamentos e conflitos armados.

No Fórum Mundial de Educação, em Dacar, mais de trezentas Organizações Não Governamentais vieram assistir à Consulta das ONGs, que foi organizada conjuntamente pela UNESCO e pelo Comitê de Articulação das ONGs, bem como pela Consulta Coletiva das ONGs sobre o EFA, com o apoio da UNESCO. As ONGs prepararam uma comunicação conjunta e apresentaram valiosas contribuições para a redação do Marco de Ação de Dacar. Atendendo a um pedido especial das ONGs, autorizei a abertura do Fórum Mundial de Educação para todos os participantes que tinham vindo para a Consulta das ONGs, desse modo encorajando a interação direta entre as referidas organizações, os governos e parceiros de atuação, em matéria de desenvolvimento.

Não constituiu surpresa, portanto, o fato de que a comunidade inter-



nacional em Dacar tenha concordado em reconhecer e apoiar um novo papel da sociedade civil na área de educação: como parceiro de política. Os Governos, como foi então acordado, têm a "obrigação de assegurar que os objetivos e metas do ETA sejam alcançados e mantidos" (parágrafo 2 do Marco de Ação de Dacar); mas reconheceu-se, também, que essa responsabilidade "será exercitada, mais efetivamente, por meio de parcerias que contem com ampla base dentro dos países" (mesmo parágrafo). Os participantes do Fórum Mundial de Educação comprometeram-se a "garantir o engajamento e a participação da sociedade civil nas etapas de formulação, implementação e monitoramento das estratégias para alcançar-se o desenvolvimento educacional." (parágrafo 8). Este compromisso realça o novo consenso quanto ao reconhecimento do papel das Organizações da Sociedade Civil (CSOs), não somente como agências implementadoras e provedoras de serviços, como elementos inovadores, como críticos e advogados informados, mas também como parceiras de políticas. A questão chave, naturalmente, reside em saber como devemos passar desse claro reconhecimento do papel político da sociedade civil para a etapa de uma participação e parceria autênticas, em nível de país.

O estabelecimento de políticas nacionais mediante diálogo pode, em certas ocasiões, tornar-se um processo incômodo e desajeitado, mas ele é essencial para avançarmos na agenda do EFA. A UNESCO está firmemente comprometida com o princípio de que a sociedade civil deveria participar, de modo mais completo, do processo de formulação de políticas, motivo pelo qual procuramos incentivar o desenvolvimento da parceria na fase de implementação de políticas entre o governo e a sociedade civil. O que não nos impede, ao mesmo tempo, de reconhecer que situações distintas levarão a oportunidades, modalidades e resultados diversificados. O espaço para a participação da sociedade civil pode ser ainda muito limitado em certos países. Nesses casos, deve-se dar margem a que as circunstâncias venham a se modificar, o que permitirá a eclosão de novas oportunidades e, com elas, o desenvolvimento de processos políticos democráticos e mais abertos.

Não existe uma receita única, um modelo ideal ou projeto uniforme para guiar as nossas ações no que diz respeito ao engajamento da sociedade



civil no movimento EFA. Teremos de desenvolver, no contexto de cada país, um conhecimento detalhado das contribuições da sociedade civil aos diferentes temas e objetivos do EFA. Tal informação não estará facilmente disponível, motivo pelo qual talvez não haja uma suficiente cobertura das realizações do EFA e dos avanços atingidos como resultado das atividades da Organizações da Sociedade Civil (CSOs).

Podem surgir indagações sobre como organizar um diálogo expressivo com uma clientela tão ampla e tão diversificada como a sociedade civil. Quem tem legitimidade para representar o interesse e a opinião das organizações da sociedade civil, em seu diálogo com o governo? Quem pode falar, e em nome de quem? Como se enquadra o papel da sociedade civil dentro, ou ao lado, de mecanismos já consagrados de política eleitoral e representação democrática? E quem detém, em nível de sociedade civil, a capacidade real de negociar opções de política em áreas substantivas do EFA? Estas e outras questões similares têm de ser trabalhadas de modo muito sério, dentro de uma perspectiva voltada para o acréscimo da participação da sociedade civil no diálogo sobre estabelecimento e implementação de políticas.

A UNESCO está convencida de que há necessidade de uma nova cultura do diálogo para o estabelecimento de políticas para o EFA, se realmente desejarmos vincular a vontade política internacional de maior participação da sociedade civil com as realidades nacionais e locais. Em termos gerais, essa nova cultura de política deveria ser participatória, democrática, aberta, transparente e sujeita a explicações e monitoramento. Deveria transcender barreiras hierárquicas e institucionais, bem como concentrar-se em temas de relevância direta para as vidas do cidadão comum.

Gostaria de relatar-lhes, brevemente, como a UNESCO tem buscado incrementar a participação das Organizações da Sociedade Civil (CSOs) nesse diálogo de política, já em consonância com o processo de seqüência e monitoramento estabelecido em Dacar, de que é testemunho esta Sessão Especial. As redes de postos da sociedade civil internacional e as ONGs, das várias regiões, foram convidadas para a primeira reunião, em novembro último, do



Grupo de Trabalho do EFA. Durante esse encontro, as ONGs chamaram a atenção dos presentes para a importância de que haja descentralização nos esforços do EFA, em nível nacional. Apresentações conjuntas, por representantes do governo e da sociedade civil, focalizaram a participação das ONGs nos esforços inovadores para dar assistência ao EFA, no nível da comunidade. A UNESCO convidou, também, as ONGs para uma consulta sobre a Iniciativa Global de mobilizar recursos para o EFA, realizada em Paris, em março de 2001. As ONGs, tanto de nível nacional como internacional, enfatizaram a necessidade de incluir a sociedade civil em todos os estágios de planejamento, formulação e implementação do EFA. Elas também salientaram como é importante que as agências internacionais apoiem a geração de capacidades que habilitarão as ONGs nacionais e outras organizações da sociedade civil a desempenhar o papel a elas atribuído no movimento do EFA.

Em julho, a UNESCO e o Comitê de Articulação entre as ONGs e ela, organizaram, em conjunto, o Encontro Anual de Consulta Coletiva de 2001 das ONGs sobre o EFA, em Bangkok, evento que considero como um marco extremamente importante em nossa parceria com a sociedade civil. Cerca de cem ONGs ao redor do mundo concordaram com um novo mecanismo de parceria para o EFA, que facilitará e precipitará esse diálogo, a reflexão em conjunto, a pesquisa e a criação das capacidades locais, bem como as atividades de monitoramento e a avaliação.

A parceria entre governos e a sociedade civil, em nível nacional, constituiu um dos temas centrais da reunião de Bangkok. Foram propostas estratégias e atividades no intuito de revigorar o envolvimento da sociedade civil, inclusive na formação de capacidades na área do diálogo de política e estudos de experiências de países específicos. As ONGs manifestaram a esperança de que os governos e as Comissões Nacionais da UNESCO irão explorar as várias opções para criar mais espaço para a consulta com a sociedade civil. Algumas ONGs chegaram a sugerir a idéia de um protocolo para amparar o diálogo. A reunião enfatizou, ainda, a necessidade de que sejam reforçadas as coalizões da sociedade civil em favor do EFA, em nível nacional. Tais coalizões ajudarão a construir um consenso sobre as prioridades e propostas a serem introduzidas no diálogo de política nacional sobre educação. Além disso, ONGs internacionais



e ONGs de diferentes reuniões aceitaram juntar-se à equipe que trabalhará com a UNESCO, no sentido de facilitar a implementação das atividades propostas e apoiar a rede de postos, nas diversas regiões.

A UNESCO, na qualidade de organização que recebeu o mandato para coordenar a ação dos parceiros do EFA e manter o seu impulso de colaboração, tem um papel decisivo a desempenhar no fomento dessa nova cultura do diálogo sobre políticas. As atividades de monitoramento de Dacar, referidas há pouco, refletem a direção que a UNESCO deseja adotar. Gostaríamos de fazer o papel do intermediário imparcial, coadjuvante e agente catalisador para promover e incrementar a colaboração entre os governos e a sociedade civil. Acreditamos na conveniência de que se crie, por meio do diálogo e da parceria, um consenso nacional duradouro sobre os objetivos, estratégias e modalidades de ação para conseguir a meta do EFA.

É absolutamente vital que a diversidade de vozes dentro do movimento do EFA seja ouvida e, sempre que possível, harmonizada. Ao mesmo tempo, a UNESCO entusiasma-se com a perspectiva de estimular o intercâmbio intelectual e a criação de conhecimento, a fim de que a visão do EFA possa ser renovada, continuamente. A "defasagem de idéias" tem de ser atacada mediante o debate e o diálogo, no sentido de que a agenda do EFA possa avançar, mas sempre dentro de uma visão compartilhada. Assim sendo, a UNESCO continuará a estimular a interação entre todos os parceiros do EFA, por meio dos vários mecanismos consultivos, grupos de trabalho e fóruns existentes. É importante o papel tanto dos contactos informais como das estruturas formais. A UNESCO incentivará os governos e as Comissões Nacionais a dialogar com a sociedade civil e com ela explorar de que modo podem ser estabelecidos e revigorados quaisquer mecanismos viáveis para consulta sobre temas relacionados com o EFA.

Sentimo-nos otimistas porque já foram plantadas, em muitos países, as sementes para o crescimento de uma nova cultura do diálogo de políticas sobre o EFA. Como já adiantado antes, não existe um projeto único que seja o indicado para todas as circunstâncias, mas há idéias, experiências e inovações com as quais podemos aprender. Vamos ouvi-las e aprender juntos.

*Dacar: desafios e possibilidades**

Senhora Presidente do Conselho Executivo,
Distintos Membros do Grupo de Alto Nível,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Tenho muito prazer em dar-lhes nosso caloroso acolhimento a esta primeira reunião do Grupo de Alto Nível do programa Educação para Todos (EFA). Este encontro foi agendado de modo a coincidir com a 31ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, que representa uma oportunidade de ouro para trazer a mensagem do EFA a uma importante reunião internacional de formuladores de opinião de todo o mundo.

Temos motivos para esperar que, até 2015, poderemos fazer progressos reais no sentido de alcançar uma educação básica para todos e de boa qualidade. Mas somos assaltados por preocupações e dúvidas sobre se alguns países poderão mesmo superar as dificuldades que impedem o seu desenvolvimento educacional. Nossas ansiedades são anteriores aos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro, cujas conseqüências vêm lançando uma pesada sombra sobre toda a agenda global de fomento à paz, ao desenvolvimento e à segurança. Torna-se imperativo não permitir que o EFA se torne uma outra vítima daqueles eventos

Acredito que o EFA se tornou ainda mais vital como conseqüência da mudança da situação internacional. Um dos temas centrais do Relatório Delors, o relativo a "aprendendo a viver juntos", ganhou novo sentido de pertinência e urgência. Mais do que nunca, os conteúdos, métodos e resultados do

* Discurso pronunciado no Grupo de Alto Nível (Educação para Todos) em 29 de outubro de 2001, UNESCO, Paris.



aprendizado precisam ser reexaminados, de modo a tornar a educação um instrumento poderoso para "construir as defesas da paz nas mentes dos homens". É particularmente importante que as mentes dos jovens sejam desviadas da violência e dirigidas para as virtudes de tolerância, compreensão mútua e paz, não somente na ação, mas também em pensamento e no discurso.

Senhoras e Senhores,

Como todos sabem, eu recebi do Fórum Mundial de Educação, em Dacar, em minha qualidade de Diretor-Geral da UNESCO, a incumbência de convocar um grupo de alto nível, pequeno e flexível, para atuar como alavanca com o objetivo de angariar engajamento político e mobilizar recursos financeiros e técnicos. Por reunir líderes do mais alto nível, de governos e da sociedade civil de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como das agências de desenvolvimento, este grupo tem como propósito servir como um meio estratégico de fazer com que a comunidade internacional chame a si os compromissos assumidos em Dacar.

Ao preparar esta reunião, procurei assegurar-me de que o Grupo de Alto Nível seja amplamente representativo do público a que se dirige o EFA, bem como de tamanho viável. O Marco de Ação aprovado em Dacar colocou uma ênfase muito forte em que o EFA seja tido pelos países em desenvolvimento como sua "propriedade", isto é, algo de seu, e que a ação seja realizada em nível nacional. Tendo isso em vista, meu propósito foi o de garantir que cerca da metade dos principais participantes sejam provenientes de países em desenvolvimento. As outras categorias de representação correspondem a parceiros de desenvolvimento bilateral, instituições e agências multilaterais e a sociedade civil. Com o objetivo de ampliar o escopo da representação, embora mantendo a flexibilidade de movimentos, convidei um certo número de observadores, cuja presença acrescenta uma dimensão mais rica ao nosso encontro.

Durante os últimos dezoito meses, houve várias reuniões internacionais ou regionais em nível ministerial, com a finalidade de alcançar novos progressos na missão de atingir as seis metas de Dacar até o ano de 2015. Tais

encontros incluíram a Conferência E-9 em Beijing, em agosto, e a Conferência Internacional sobre a Educação, realizada em Genebra, no mês passado. No nível de trabalho ou técnico, já realizamos dois encontros do Grupo de Trabalho sobre o EFA, e há inúmeros contactos diários, além de um intercâmbio regular entre parceiros do EFA.

Com esta reunião inaugural do Grupo de Alto Nível, chega-se, finalmente, ao topo do movimento do EFA. Dominando esta posição vantajosa, o Grupo de Alto Nível pode supervisionar o inteiro campo de atividade do EFA e fornecer o impulso político para conduzir-nos adiante. Embora não tenha uma natureza estritamente avaliadora, esta reunião constitui uma oportunidade vital para passar em revista os progressos e insucessos contabilizados desde Dacar, bem como para reavaliar a direção em que estamos caminhando. Assim sendo, ela nos faculta a oportunidade de rever o que já foi realizado e – o que talvez seja mais importante ainda – o que deverá ser feito, tendo em vista, de modo muito especial, os termos das seis metas de Dacar e os alvos com as mesmas relacionados.

É claro que o propósito e as funções do Grupo de Alto Nível são cruciais para o movimento do EFA como um todo. Na qualidade de representantes do EFA, precisamos traçar o caminho à nossa frente. Precisamos compartilhar percepções e idéias sobre a melhor maneira de corresponder aos desafios que nos confrontam. E necessitamos do apoio de todos os presentes, não somente agora, mas também no futuro que nos aguarda, de modo a assegurar que o EFA venha a ocupar um nível mais elevado em nossa agenda. É meu desejo que o Grupo agirá como uma caixa de ressonância para o esforço do EFA, capacitando-nos a nos tornar embaixadores eloqüentes e vigorosos, advogando não somente os objetivos e ideais do EFA, mas também as modalidades concretas de alcançá-los. Segundo O Marco de Ação aprovado em Dacar, o Grupo de Alto Nível constitui uma alavanca política. Como sabemos, a função de uma alavanca é movimentar coisas. O movimento do EFA precisa do seu poder de alavancagem !

Antes de voltar nossa atenção para as três mais importantes vertentes



de nosso programa – engajamento político, mobilização de recursos e participação e parceria da sociedade civil –, eu gostaria de salientar certas áreas cruciais de desafio que afetam, de modo vital, as reais possibilidades de atingir as principais metas de Dacar. Se tivermos de concentrar nossos esforços nos setores em que eles são mais requeridos, as quatro áreas, a seguir, terão de ser tratadas com mais empenho, maior urgência e mais elevados níveis de recursos.

Primeiro: temos de nos concentrar na tarefa de construir estratégias eficientes e imaginosas para educar os pobres, os excluídos e os desassistidos. A pobreza ainda constitui o maior dos obstáculos para concretizar o direito à educação. Temos de encontrar meios de educar os pobres, apesar da sua pobreza, e em meio à sua pobreza, para que eles possam superar essa pobreza. Além disso, o nosso foco não deve limitar-se à pobreza rural, por mais séria que seja, mas voltar-se, também, para as condições desesperadas de favelas urbanas fervilhantes, onde as crianças e a juventude se acham vulneráveis a muitas combinações de riscos e privações.

Segundo: precisamos galvanizar ainda mais os nossos esforços, no sentido de buscar eliminar disparidades de sexo e alcançar a igualdade dos gêneros. A primeira das metas de Dacar, no que diz respeito à superação das desigualdades entre os sexos, na educação primária e secundária, vencerá em 2005: é imperioso que essa meta receba toda a atenção que merece. A Iniciativa para a Educação das Meninas, das Nações Unidas, tão bem conduzida pelo UNICEF, é merecedora de um apoio maior do que o recebido até agora.

Terceiro: Temos de reconhecer que os países que se encontram em situações de emergência, condições de crise ou em situações após os conflitos, devem ser enquadrados numa categoria especial. Suas circunstâncias são distintas e muito específicas, como também o são suas necessidades. Em consequência, esses países estão a exigir reações mais flexíveis da comunidade internacional, respostas que transcendam ao divisor entre assistência e desenvolvimento e reclamem soluções inovadoras e coletivas de várias agências.

Finalmente, mas não menos importante, a pandemia do HIV/AIDS



ameaça desfazer até mesmo os limitados progressos que o EFA havia alcançado em muitos países da África subsaariana e outras regiões. De fato, esta pandemia devastadora está pondo em risco, nos países mais afetados, todas as nossas atividades relacionadas com o EFA. Em consequência, ela tem de ser tratada de um modo abrangente e receber a mais alta prioridade. Não nos podemos arriscar a subestimar a severidade do impacto do HIV/AIDS sobre as sociedades afetadas e sobre os seus sistemas educacionais. De sua parte, a UNESCO traçou uma estratégia de resposta à crise do HIV/AIDS, com um enfoque acentuado sobre a educação preventiva, em conformidade com a Declaração de Engajamento, aprovada em junho último pela Sessão Especial sobre o HIV/AIDS, da Assembléia Geral das Nações Unidas. Os programas de educação preventiva precisam causar tanto um impacto imediato, como uma influência a longo prazo sobre as atitudes e comportamento das pessoas. Os outros aspectos da crise de educação resultante do HIV/AIDS incluem questões tais como substituir, com a maior rapidez, um professor que morre ou cai enfermo. Afinal de contas, em muitos lugares, a morte de um professor significa o fechamento de uma escola. Precisamos, com urgência, encontrar respostas práticas a esse tipo de questão.

Essas quatro áreas de desafio requerem não só rapidez de ação, como também inovação e iniciativa, que devem ser aplicadas a todos os aspectos de nossa resposta. Isso não significa que devamos abandonar completamente os enfoques já consagrados. As novas tecnologias de informação e comunicação encerram, inegavelmente, um imenso potencial com relação ao ensino à distância – para fins de treinamento de professores, por exemplo –, mas elas têm de ser mobilizadas e utilizadas de modo a respeitar as virtudes das tecnologias e métodos tradicionais. De modo semelhante, as inovações pedagógicas e aperfeiçoamentos curriculares têm de ser adicionados, com sensibilidade, às tradições e culturas locais.

Senhoras e Senhores,

O programa de nosso encontro revela que haverá cinco sessões principais, cada uma das quais destinada a tratar dos aspectos básicos da agenda



global do EFA. A sessão Um tem como tema "Atingir as metas do EFA em nível nacional". Como todos sabemos, o Marco de Ação de Dacar declara, inequivocamente, que o cerne da atividade do EFA se situa no nível nacional. É, portanto, apropriado que, no primeiro dia desta conferência, ouçamos o que têm a dizer dois Ministros da Educação de países em desenvolvimento situados na África sub-Saariana e no Sul da Ásia – aliás, as duas regiões assinaladas em Dacar com sendo merecedoras de atenção e prioridade especiais. Existem muitos outros Ministros de Educação entre nós hoje. Temos de saber como os países que enfrentam os mais duros desafios ao EFA estão conseguindo dispor da liderança política necessária para transpor para a realidade os compromissos de Dacar.

O conhecimento de primeira-mão é suplementado pelo primeiro Relatório de Monitoramento sobre o EFA. Preparado graças aos esforços coletivos de muitas agências e indivíduos, sob a supervisão global do UNESCO, o referido relatório fornece informações vitais sobre como os governos estão lidando com os processos do EFA, em nível nacional. A despeito de importantes limitações que afetaram o seu preparo, o relatório propicia uma plataforma útil para nossas discussões.

Várias questões chave relativas ao engajamento político precisam constar desta sessão: que modalidades de influência política e de formulação política são necessárias para encontrar soluções viáveis para os problemas e questões ora enfrentados? Como poderemos robustecer a vontade política em nível nacional, no sentido de que o EFA receba o suporte e a prioridade que merece? De que modo podem os governos empenhar ativamente os seus parceiros nacionais e internacionais nesta tarefa assustadora?

Um sinal de dificuldade foi revelado por um levantamento, feito pela UNESCO, da preparação dos planos nacionais de EFA, a saber, a desanimadora descoberta de que permanece algo fraco o processo de consulta e participação, especialmente com a sociedade civil. Desejo reiterar que os processos mediante os quais os planos são desenvolvidos, implementados e monitorados, devem incluir todos os parceiros relevantes e ativos do movimento EFA em cada país.



Sejamos francos. Para concretizar o EFA no período de tempo acordado em Dacar, os governos precisarão de toda a ajuda que conseguirem angariar. A base desta ajuda deveria resultar de um consenso nacional, amplo e sustentável sobre o EFA. O processo de cultivar o consenso, aliás, constitui uma fonte e um sinal de força política. E representa, igualmente, uma indicação muito persuasiva, para os parceiros internacionais e regionais, de que os engajamentos em favor do EFA encerram uma promessa de continuidade.

O processo de gerar os planos nacionais de EFA deveria servir para revitalizar o referido movimento no interior dos países, mediante a construção de novas capacidades e o desenvolvimento de uma melhor apreciação das questões em jogo. Uma parceria criativa com a sociedade civil e a comunidade internacional constitui parte integrante desta visão. O envolvimento de organizações da sociedade civil, bem como de agências e benfeitores internacionais, desde o início do movimento, oferece muitas vantagens, inclusive porque a seriedade do empenho governamental pode ser experimentada pelos parceiros numa base regular, até mesmo diária.

Uma vez que alguns governos já completaram os seus planos e estão antecipando o apoio de patrocinadores para a respectiva implementação, torna-se algo urgente o desenvolvimento de mecanismos de reavaliação sistemáticos, mas cuidadosos. O engajamento precoce de agências multilaterais e bilaterais nos fóruns de EFA e nos processos de planeamento, em nível nacional, deve facilitar esta importante tarefa.

A sessão dois, relativa à "Construção de engajamento e parcerias políticas", ocupa-se dessas questões, e de outras a elas relacionadas. O apoio de parceiros de desenvolvimento, bilaterais ou multilaterais, é essencial não somente em termos de recursos financeiros, como também com respeito ao revigoração da vontade política, da capacidade governamental de coordenação e da infra-estrutura da parceria com o EFA. Enfoques educacionais inovadores precisam ser fundamentados no sentimento de "propriedade" nacional, como também na cooperação entre atores regionais e internacionais.



Os programas (do tipo carros-chefes) resultantes da cooperação entre agências são tão importantes porque propiciam um veículo com o qual esses benefícios podem ser concretizados. A integração, nos planos nacionais de EFA, de temas versados nesses programas entre as agências, requer um enfoque mais pró-ativo e vigoroso pelos parceiros do EFA, em nível de país. Devem ser encorajadas a "propriedade" e a coordenação governamentais. Os critérios de credibilidade dos planos do EFA podem incluir os de incorporar e integrar, de maneira satisfatória, aqueles programas de maior impacto e visibilidade tipo *flagship*.

O Grupo de Alto Nível está convidado a propor novas modalidades por meio das quais o engajamento ao EFA possa ser reforçado, em níveis nacionais e internacionais. A este respeito, aceitam-se prazerosamente sugestões abrangendo novas formas de parceria e áreas nas quais são criticamente necessárias novas iniciativas e inovações.

Gostaria, agora, de tratar da questão da mobilização de recursos, que é incluída, de modo decidido, na sessão três. Aproxima-se, rapidamente, o momento em que a comunidade internacional será submetida à prova de fogo implícita no seu ousado e freqüentemente citado compromisso de Dacar, segundo o qual "nenhum país que esteja seriamente comprometido com o EFA será frustrado, por falta de recursos, em seu esforço para atingir essa meta". A comunidade internacional foi solicitada a fazer valer esse compromisso, mediante o lançamento de uma iniciativa global de "conceber as estratégias e mobilizar os recursos necessários a assegurar um apoio efetivo aos esforços nacionais" (Marco de Ação de Dacar, parágrafo II).

Após um processo de consultas intensas com representantes de todos os parceiros do EFA, a UNESCO elaborou um importante documento, de natureza conceitual, intitulado A Iniciativa Global pela Educação para Todos: Uma Estratégia de Entendimento Mútuo. Creio que este *paper* representa o entendimento compartilhado da iniciativa global pelos diferentes parceiros no movimento. Permitam-me salientar alguns de seus pontos mais importantes.

Torna-se, criticamente importante, aumentar o nível de financiamento para o EFA. O documento apresenta uma análise desoladora dos fluxos de assistência internacional na década de 1990. Um dos mais sérios desafios da era pós-Dacar consiste em reverter essas tendências, de modo a que, na primeira década do novo século, se tornem disponíveis maiores volumes de recursos para a educação, em particular para a educação básica. Além de redução do débito, precisamos de recursos financeiros de natureza concessional. É com interesse que aguardo nossas discussões sobre como pode ser conseguido e mantido em seguida um aumento no volume de financiamento para o EFA. Também de vital interesse será a questão de como se poderá melhorar a coordenação com os benfeitores, em todos os níveis. Tal coordenação é essencial não somente para evitar duplicação, sobreposição e desperdício; trata-se, ainda, de uma medida e instrumento chave da coesão e coerência de nossos esforços com o EFA.

O referido documento aponta, ainda, a necessidade de que a assistência internacional seja utilizada como um elemento catalisador para mobilização de recursos domésticos e para aprimorar a utilização e gerenciamento dos recursos nacionais. Essas considerações nos alertam para o fato de que podem ser muito poderosas as limitações não financeiras que dificultem a consecução do EFA. Uma vez que qualquer ajuda financeira adicional só deve ser empregada onde ela se mostre eficiente, os esforços para corrigir e superar tais limitações não financeiras devem ser bem acolhidos pelos governos beneficiados, como um meio de destravar a sua capacidade de absorção e potencial de desenvolvimento.

O *paper* defende, de modo convincente, a tese de que a iniciativa global tem de ser entendida em termos mais amplos do que os meramente financeiros. Assim, aumentar simplesmente o montante de financiamento externo, mediante quaisquer mecanismos selecionados, não corresponde a estabelecer uma iniciativa global. Além do mais, não devemos nos esquecer de que os recursos são múltiplos na natureza (financeiros, humanos, materiais e não materiais), que os países estão precisando de recursos diversificados, e que também são necessários a utilização e o gerenciamento aperfeiçoados desses recursos.



Espero que possamos endossar, nesta reunião, o entendimento bem mais complexo que foi aventado no mencionado *paper*, e que possamos também concordar sobre as formas de "alavancagem" em nível de políticas e de sua formulação que possam transportar a iniciativa global para a fase seguinte. Para facilitar o processo de influenciar, em alto nível, dever-se-ia considerar, neste encontro, a identificação inicial dos melhores meios de lançar a iniciativa global.

94

A iniciativa global busca criar sinergia entre os parceiros internacionais no campo de desenvolvimento e os países que recebem qualquer assistência internacional. Esta sinergia é baseada em tradicionais princípios de cooperação internacional para o desenvolvimento, a saber, parceria; sentimento de propriedade e liderança, pelos governos nacionais; diálogo no decorrer do processo de formulação, implementação e monitoramento de políticas; além de harmonia e coerência entre as políticas, objetivos e metas formulados nos níveis nacional e internacional.

Tal sinergia requer coerência e continuidade que devem estar refletidas não só nos planos nacionais consolidados de ação para o EFA e nos planos do setor de educação, mas, também, no grau de sua coerência com os esquemas de política de desenvolvimento internacional, tais como PRSPs, HIPC e CCA/UNDAF*. Tudo isso ressalta o papel crítico da educação básica para a redução da pobreza, desenvolvimento sustentável e a criação de meios ambientais estimuladores. Desse modo, embora o propósito imediato da iniciativa global consista em auxiliar os esforços nacionais para alcançar as metas e objetivos do movimento EFA, o seu intento supremo está no apoio aos processos de desenvolvimento criados localmente.

Gostaria, em seguida, de voltar-me para o tópico da participação da sociedade civil, tema específico da sessão quatro. Desde que me tornei Diretor– Geral da UNESCO, há dois anos, sempre tive como uma de minhas maiores preocupações a promoção do diálogo com a sociedade civil, especialmente com referência ao EFA. O Marco de Ação de Dacar deixou bastante clara a percepção de que a meta do movimento EFA só será alcançada se ele estiver firmemente enraizado num amplo movimento societário, por sua vez alimentado por parcerias viáveis entre o governo e a sociedade civil.

* PRSPs: Poverty Reduction Strategy Policies • HIPC: Highly Indebted Poor Countries • CCA: Common Country Assessment • UNDAF: United Nations Development Framework.

Os 113 milhões de crianças fora da escola e os 875 milhões de adultos não alfabetizados constituem uma evidência de que o tamanho e a complexidade dos desafios ao EFA são demasiadamente grandes para serem enfrentados somente por governos. Muito embora devam ser reforçadas as responsabilidades dos Estados, sabe-se que os governos precisam cultivar parcerias que complementem o seu papel, de modo a assegurar para todos uma educação de base, com qualidade, especialmente para aqueles que foram mal servidos ou deixados de lado pela educação vigente.

A fim de consegui-lo, as parcerias têm de ser construídas mediante o aproveitamento das riquezas particulares de cada parceiro. No campo da educação, as organizações da sociedade civil já desempenham papéis como provedores de serviços alternativos, inovadores, críticos informados e advogados. Em Dacar, a comunidade internacional aceitou reconhecer e apoiar um novo papel para a sociedade civil: a de parceiro de políticas. Há necessidade de uma nova política em matéria de educação, que seja democrática, aberta, transparente e passível de ter de prestar contas de seus atos. As organizações da sociedade civil podem facilitar o envolvimento de comunidades locais no movimento do EFA e proporcionar canais para que os excluídos e desassistidos expressem seus desejos e seus pontos de vista. Em todas essas etapas, é essencial o cultivo de laços de confiança entre os governos nacionais e a sociedade civil.

Desde Dacar, onde tive a ocasião de intervir para assegurar uma participação mais ampla da sociedade civil, o diálogo com esta, sobre matérias relacionadas ao EFA, já se ampliou no nível de trabalho. A Sessão Especial, realizada em Genebra, no mês passado, levou esse diálogo a um patamar mais elevado, ao apresentar pela primeira vez uma plataforma para interação entre os representantes da sociedade civil e um número considerável de Ministros de Educação. Isso, contudo, foi apenas o primeiro passo. É evidente que serão necessários esforços renovados, se desejamos mesmo que esse novo nível de diálogo conduza a uma contribuição real, em nível de país. Nossa própria reunião permite-nos outra oportunidade de aprofundar e ampliar esse diálogo. Espero que possamos utilizar esta ocasião para refletir sobre qual a melhor maneira de desenvolver e conservar, para o benefício do EFA, os vínculos de confiança e a colaboração estabelecida entre o governo e a sociedade civil.



Por agora, proponho que estabeleçamos fóruns similares para diálogo e debate sobre o EFA, em que tomem parte Ministros de Educação, funcionários graduados, parlamentares, membros do mundo acadêmico e representantes da sociedade civil, nos níveis regional, sub-regional e nacional. Seria vital que os representantes da sociedade civil incluíssem professores, pais e estudantes.

Acredito que, em nossos esforços para reforçar o movimento do EFA, deveríamos agir do modo mais abrangente possível. Infelizmente, não teve êxito a nossa tentativa de assegurar a participação, aqui, de importantes órgãos representativos do setor empresarial. Talvez devamos conceber meios mais imaginosos de atraí-los a esta mesa. Para isso, teremos de fazer apelo à experiência do Compacto Global das Nações Unidas e do Banco Mundial, no estabelecimento das fundações de uma parceria sustentável com o setor privado, em benefício do EFA.

Senhoras e Senhores,

No início de minha apresentação, convidei-os a aplicar o seu conhecimento e experiência para ajudar o movimento do EFA a planejar o seu caminho daqui para a frente. A fim de estimular essa reflexão, gostaria de oferecer alguns pensamentos e sugestões conclusivas.

O Relatório de Monitoramento declara que, embora difícil e problemática, a tarefa de alcançar até 2015 as seis metas estabelecidas em Dacar é viável – tanto do ponto de vista político, como financeiro e programático. Há motivos para sermos prudentemente otimistas. Certo número de países, inclusive alguns muito pobres, já demonstraram que, havendo liderança política e engajamento decidido, é possível alcançar uma aceleração rápida no ritmo do progresso.

Para que tal progresso ocorra numa escala mais ampla, impõe-se que a reforma educacional em nível de país deva ser implementada simultaneamente à introdução de significativas mudanças de políticas no nível internacional, especialmente no sentido de satisfazer os requisitos adicionais de recursos, naque-

les casos em que os esforços nacionais para a consecução do EFA se veriam frustrados sem a interveniência de um novo apoio, reconhecimento e estímulo. As Partes Interessadas, de todos os níveis, precisam demonstrar disposição de participar de novas parcerias, inclusive em novos relacionamentos entre o governo e a sociedade civil. Não faltam indicações de que tais parcerias tão perfeitamente possíveis e efetivas. Acontece, como acabo de observar, que teremos de encontrar novos meios de cultivar os elos de confiança e cooperação.

É necessário que uma estratégia abrangente para o movimento do EFA, que aliás já se encontra em processo de formação, estabeleça uma esquema de trabalho orientado para a ação e baseado no resultado, dentro do qual se possa alcançar uma síntese efetiva dos esforços do EFA, em todos os níveis. Um dos componentes críticos dessa estratégia vem a ser a iniciativa global, que precisa ser lançada com urgência, com base na compreensão mútua de sua natureza e de seu propósito. Será necessário o peso político deste Grupo para fazer avançar a iniciativa global, usando alguns passos práticos imediatos como base de ação.

Um mecanismo internacional mais transparente para monitorar os progressos do EFA incentivaria uma mudança de foco voltada para uma cobrança maior de resultados. Para alcançarmos as metas do EFA, será necessário contar com melhores sistemas para a coleta, análise e distribuição de informações sobre os países, individualmente. A este respeito, desejo reiterar a importância de valorizar a qualidade e o conteúdo da educação. Não nos poderemos satisfazer, apenas, com medidas quantitativas.

A quinta e última sessão será dedicada ao "Monitoramento dos Avanços do EFA". Para que o Grupo de Alto Nível possa bem compreender o seu trabalho, especialmente para identificar meios de acelerar o progresso do EFA, é necessário que ele esteja bem informado. Nesse contexto, o "Observatório do EFA", alojado no Instituto de Estatística da UNESCO, desempenhará, certamente, um papel chave. Depois que o UIS (Instituto de Estatística da UNESCO), em Montreal, se tornar completamente operacional, estamos confiantes em que o próximo Relatório de Monitoramento sobre o



EFA, a ser apresentado na próxima reunião do Grupo de Alto Nível, no outono de 2002, corresponderá a todas as expectativas e necessidades. Aliás, essas últimas não se restringem à coleta e distribuição de dados estatísticos, mas se estendem a uma análise cuidadosa e sistemática dos dados relativos ao EFA, com vistas a informar os processos de formulação de políticas, de modo deliberado. O UIS será apoiado nessa tarefa pela UNESCO como um todo e por outros parceiros do EFA. Eu acrescentaria, ainda, que o Relatório de Monitoramento sobre o EFA também servirá como uma vital ferramenta de advocacia para uso do Grupo de Alto Nível, bem como, aliás, de todos aqueles associados de algum modo às ações do EFA.

Distintos Membros do Grupo de Alto Nível,

Nossas discussões ocorrerão num momento de renovadas ameaças, motivo pelo qual outras questões, particularmente as relacionadas com a segurança, ganharão maior destaque, em detrimento do setor social e dos programas educacionais. Dado o nosso engajamento comum, os nossos mandatos e a crença por todos nós compartilhada de que a educação e o EFA são vitais para a resolução dos problemas subjacentes ao nosso mundo desestabilizado, é importante que nós utilizemos a ocasião deste primeiro encontro do Grupo de Alto Nível para revitalizar o ânimo político que existe por trás do EFA. Temos de emitir um sinal forte e inequívoco de que o EFA precisa permanecer em posição de destaque na agenda internacional.

Agradeço a todos, antecipadamente, por seu árduo trabalho e dedicação durante os dois dias que passaremos juntos. A causa do EFA exige que façamos progressos, e estou certo de que assim agiremos.



Ciências e Meio Ambiente



*Florestas — Água — Povos nos Trópicos Úmidos: Passado, Presente e Futuro da Pesquisa Hidrológica para o Gerenciamento Integrado da Terra e da Água**

Senhoras e Senhores,

Gostaria, inicialmente, de agradecer ao Professor Datuk Ali, Vice-Chanceler da "Universiti Kebangsaan Malaysia", por seu generoso convite para que eu encerre esta reunião. Congratulo-me com os Comitês Organizadores Técnico e Local pelo resultado de quase três anos de esforços, no sentido de assegurar a apresentação exitosa deste evento. Esses esforços são particularmente importantes, uma vez que as suas recomendações serão encaminhadas ao 21º Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO), na próxima semana, para ação posterior.

Este evento ajudou a forjar vínculos mais estreitos entre a UNESCO, o Programa Hidrológico Internacional (PHI), a União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO) e o Centro para Pesquisa Florestal Internacional (CIFR). Novos elos, também, estão surgindo entre o IHP, o Fundo para a Vida Selvagem Mundial (WWF) e a União de Conservação Mundial (IUCN), para a elaboração de um projeto em conjunto sobre a hidrologia das florestas de chuvas tropicais de montanha, a partir de 2000. Recebo com entusiasmo essas informações sobre novos desenvolvimentos na cooperação entre diferentes agências.

Ao encerrar este encontro, gostaria de deixar-lhes duas mensagens:

- a necessidade de manter uma visão de longo prazo nos programas ambientais internacionais, para que possamos ter possibilidade de sustar o presente processo de degradação global dos recursos florestais, terrestres e hídricos, nos trópicos;
- a necessidade de um enfoque interdisciplinar, mobilizando as potencialidades

* Discurso pronunciado na Sessão de Encerramento do Simpósio Internacional em 4 de agosto de 2000, Kuala Lumpur.



de vários programas internacionais, no contexto de um esquema pan-tropical de ação continuada, a partir desta reunião.

No mundo de hoje, existe freqüentemente, no nível nacional, uma pressão crescente sobre as instituições de pesquisas ambientais, inclusive universidades, para que as mesmas adotem uma perspectiva de curto prazo. Isso é comandado por ciclos econômicos (de um a três anos) de financiamento e dirigidos para a produção de soluções técnicas rápidas para problemas emergentes do meio ambiente. Contudo, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas recebeu reconhecimento internacional graças à perspectiva de alcançar seus objetivos com base em mais longo prazo para o monitoramento e pesquisa. Realmente, os impactos devastadores de enchentes e secas durante a década de 1990, bem como as conseqüências hidrológicas dos terríveis incêndios florestais que ocorreram nesta região, constituem um alerta no sentido de que as políticas ambientais, de curto prazo, não são viáveis. Assim, embora haja pressão para soluções do tipo de "remendo rápido", podemos constatar as evidências crescentes da necessidade de uma visão de longo prazo. Acredito que uma situação como esta reclama uma liderança internacional de organizações como a UNESCO, que trabalhe por um melhor entendimento das transformações ambientais globais e o seu impacto sobre o tecido da sociedade.

A UNESCO foi fundada com um mandato para estabelecer programas de longo prazo, destinados a tratar de alguns dos mais desafiadores problemas globais, nas esferas de Ciência, Educação e Cultura. A UNESCO conserva esta posição única, que lhe habilita incentivar uma necessária visão de longo prazo em seus projetos. Uma vez que tais ações, raramente, produzem impactos imediatos ou espetaculares, nosso enfoque tem recebido uma cobertura apenas discreta dos meios de comunicação. Mas isto está mudando. No que diz respeito à água, já temos indicações das vantagens da perspectiva de longo alcance. Hoje, pode-se constatar que uma proporção significativa das práticas existentes em matéria de gerenciamento de recursos hídricos está ligada aos conhecimentos adquiridos com o *momentum* criado pela Década Hidrológica Internacional da UNESCO, que se iniciou em 1965. Esta mesma Década levou a avaliações muito mais precisas dos impactos da variabilidade



climática sobre a hidrologia. E, o que é de maior importância para este encontro, a mesma Década estimulou o estabelecimento de estudos experimentais de bacias, de médio e longo prazos, alguns dos quais, por exemplo, no norte da Austrália, na Guiana Francesa e aqui na Malásia.

Senhoras e Senhores,

Uma de minhas maiores preocupações, quando assumi minha atual função na UNESCO, consistiu em reforçar a ação deste organismo em relação ao uso da água. A água doce é um recurso natural escasso muito mal distribuído no mundo: cerca de um quarto da humanidade não conta com acesso direto à água potável. De fato, a degradação da qualidade da água, como consequência de ações antropogênicas, constitui, muito provavelmente, uma questão mais séria ainda que a da quantidade, além de ser um problema que se espalha tanto pelas zonas úmidas, inclusive os trópicos úmidos, como pelas zonas áridas.

Não podemos desconsiderar a possibilidade de uma crise mundial de água. Contudo, como disse no Segundo Fórum Mundial da Água, realizado em Haia, em março último, o suprimento de água não se esgotará enquanto soubermos usar a fonte da sabedoria humana. A ciência e a tecnologia têm de ser mobilizadas para que possamos resolver este problema global. Esse é o motivo pelo qual anunciei, em Haia, que a UNESCO organizaria o novo Programa Global das Nações Unidas para a Avaliação de Recursos Hídricos, para o qual foram mobilizadas 23 agências. Esta Avaliação incluirá um Relatório do Desenvolvimento Hídrico Mundial, a cada dois anos, e uma rede de informações sobre a utilização da água. Seu primeiro Relatório será publicado imediata e anteriormente ao 3º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em 2003, no Japão.

A iniciativa, que é liderada pela UNESCO e inclui a participação de várias agências, intitulada Hidrologia para o Meio Ambiente, Vida e Política, cujo sigla em língua inglesa corresponde à palavra "HELP" (isto é: "Ajuda", em português), passará a ser uma importante fonte de novos dados e melhor

entendimento técnico da transferência de água por meio de bacias de drenagem. Mais importante ainda, a agenda técnica será ditada por questões de política e de gerenciamento. O programa de pesquisas incluirá investigações na área de ciências sociais relacionadas ao uso da água. Serão medidas e analisadas não somente as mudanças hidrológicas como a modificação dos fatores que causam as referidas mudanças hidrológicas.

Os cientistas têm de compreender a necessidade desta mudança de paradigma e precisam estar atentos às necessidades da sociedade, empreendendo pesquisa científica em apoio à política. Acredito que os hidrólogos florestais constituem um dos poucos grupos que já se mobilizaram, no sentido de reformular sua agenda técnica, dentro dessa mudança de paradigma. Temos de avançar além das fronteiras imediatas da ciência, para as áreas mais amplas dos fatores institucionais, socioculturais e sócioeconômicos, a fim de buscar soluções.

Para atingir essa meta tão difícil, os programas internacionais precisam integrar as suas forças respectivas e desenvolver parcerias. Estamos começando a fazer isso dentro da estrutura da UNESCO. Os problemas ambientais mais importantes passaram a ser tratados, agora, mediante a ação conjunta dos seguintes órgãos: Programa Hidrológico Internacional, “o Homem e a Biosfera”, Programa Internacional de Correlação Geológica, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental e o Gerenciamento das Transformações Sociais. Em tais parcerias, é essencial o engajamento estreito de todos as partes interessadas, as comunidades e as ONG locais. Acolho, com satisfação, sua atenção para este tema, durante esta conferência. Há pouco, eu solicitava uma liderança internacional dotada de visão de longo prazo.

Enquanto a atenção global se volta para as perniciosas conseqüências do desflorestamento, alguns países, como a Índia nos Ghats Ocidentais, experimentam várias estratégias de reflorestamento. Os resultados de estudos de reflorestamento, como estes que acabo de mencionar, serão cada vez mais solicitados em outros países. A pesquisa nessa matéria pressupõe um enfoque multidisciplinar, e a UNESCO já entra com a sua contribuição, por meio do PHI, que colabora com o Departamento Florestal do Estado de Karnataka e



o Instituto Nacional de Hidrologia, da Índia. Faz-se necessário um programa de estudos de longo prazo, e espero que este encontro estimule uma cooperação mais estreita entre várias agências sobre a matéria.

A segurança nos assuntos relativos à água constituirá a questão ambiental chave do século vinte e um. Já se criou um interesse comum que envolve tanto a hidrologia quanto o gerenciamento adequado das florestas tropicais, as quais constituem a mais importante fonte de água potável do planeta. Para interromper a contínua degradação dos recursos florestais, terrestres e hídricos, precisamos reviver os valores visionários de longo prazo da Década Internacional Hidrológica. Este programa foi idealizado por um pequeno grupo de notáveis e previdentes cientistas que compreenderam, sem pensar em si mesmos, que os benefícios da Década não seriam materializados senão muito depois que suas carreiras já tivessem terminado.

Expresso, agora, a esperança de que deste encontro emergirá o mesmo tipo de visão, sob a forma de um enfoque multidisciplinar e de pesquisa integradora, para um melhor gerenciamento das florestas tropicais. O 21º Congresso Mundial da IUFRO, a se realizar na próxima semana, em Kuala Lumpur, propicia o fórum mais apropriado para debater as suas recomendações e assegurar que tal visão seja concretizada. E isso só poderá ser alcançado mediante a formação de novas parcerias entre agências que operam para uma meta comum. Posso assegurar-lhes que a UNESCO está disposta a dar sua plena contribuição nessa parceria.





*Bioética: implicações internacionais**

Senhor Presidente da Conferência Geral,
Senhora Presidente do Conselho Executivo
Excelentíssimos Ministros de Ciência,
Senhoras e Senhores,

É com muito prazer que os acolho nesta Mesa Redonda dos Ministros de Ciência sobre o tema da Bioética.guardo, com grande interesse, os nossos debates e discussões sobre esta matéria vital, que toca em questões geralmente fascinantes, mas por vezes muito perturbadoras. É meu desejo que, tomando por base os nossos valores comuns sobre a dignidade e os direitos humanos, e sobre as liberdades fundamentais, encontraremos uma considerável área comum para as nossas deliberações.

Os Senhores terão interesse em saber que, na expectativa desta reunião e com vistas a ampliar o escopo do debate público sobre a bioética, a UNESCO realizou um fórum de discussão interativa na Internet, entre 9 e 19 de outubro corrente. No decorrer de minha apresentação desta manhã, farei referência a alguns dos resultados dessa consulta.

Ocorreram, nos últimos anos, alguns desenvolvimentos de grande importância que aumentaram, enormemente, nosso conhecimento sobre as bases e mecanismos fundamentais da vida. E o ritmo dessa mudança não vai se reduzir. Nas áreas da genética e embriologia, por exemplo, fazem-se, no momento, avanços em terapia de genes, diagnose de pre-implantação e armazenagem de gametas e tecidos.

* Discurso pronunciado por ocasião da abertura da Mesa Redonda dos Ministros de Ciências "Bioética: Implicações Internacionais" em 22 de outubro de 2001, UNESCO, Paris.



As novas biotecnologias, bem como as ciências nelas baseadas, estão moldando o nosso futuro. E no entanto, surgiram sérias preocupações éticas, tanto da parte de especialistas como dentro da sociedade civil e da comunidade internacional. Juntamente com o nosso ampliado conhecimento e compreensão dos segredos da vida e nosso domínio mais sólido das técnicas de intervenção na natureza, é mister que reflitamos, de modo mais profundo, sobre o significado e as possíveis implicações desses desenvolvimentos. E temos de meditar com rapidez: dado o ritmo assombroso dessa mudança, esta reflexão se torna urgentemente necessária.

A razão pela qual a bioética se desenvolveu tanto nos últimos anos, pode ser encontrada na circunstância de que um certo número de avanços científicos e tecnológicos passaram a constituir sérias ameaças aos direitos humanos e ao respeito à dignidade da pessoa. Estamos todos de acordo que a pesquisa científica e suas aplicações deveriam visar a um único objetivo, a saber, o bem estar de toda a humanidade. Concordamos todos que nosso conhecimento e tecnologias científicas deveriam ser utilizadas, sempre, com sabedoria e sentido de responsabilidade. No entanto, já se passou a época de nossa inocência científica. Sabemos todos que, a despeito das melhores intenções, os progressos científicos e tecnológicos podem provocar conseqüências adversas, não desejadas, para a vida humana e o bem estar dos indivíduos.

A bioética constitui a nossa resposta, na área das ciências da vida e da biotecnologia. E ela exige de nós, em todos os nossos pensamentos e ações, que permaneçamos conscientes das implicações éticas das descobertas e dos resultados científicos. Essa reflexão ética, contudo, não pode limitar-se a mera ponderação posterior. Ela tem de ser integrada ao próprio processo de pesquisa científica e tecnológica. Não será, portanto, uma reflexão externa ou importada; ao contrário, a dimensão ética constitui uma prática inerente à ciência. E como ficamos, então, em matéria de liberdade de pesquisa? É claro que ela tem de ser respeitada. Contudo, a liberdade de pesquisa, embora constitua um valor real, não será absoluta ou onipotente sob a perspectiva da bioética. Torna-se necessário, portanto, conciliar princípios e valores diferentes, tarefa que constitui a verdadeira prova da sabedoria.



Embora, originalmente, ela tivesse uma natureza de modo geral reativa, a bioética de hoje também precisa ser antecipatória. É imperativo que nos mostremos absolutamente conscientes não somente dos desenvolvimentos em curso na ciência, como também de suas potenciais ramificações e futuras direções. O caráter premonitório da bioética exige que ela esteja verdadeiramente integrada, desde o início, ao processo de pesquisa. Torna-se importante, portanto, conceber o processo de pesquisa não como algo restrito à área privada dos cientistas, tecnólogos e suas instituições, mas como um tema de interesse público fundamental. Dado o papel dos Ministros da Ciência na promoção da pesquisa científica, voltamos nossa atenção para os Senhores, com o apelo de que a dimensão ética seja incorporada àquela atividade.

Os formuladores de políticas e os dirigentes, como os Senhores, têm de estar perfeitamente informados, se quiserem mostrar-se sensíveis a todas as matizes e implicações envolvidas numa determinada questão. Os Senhores têm de estar bem inteirados sobre o fundamento científico e sobre todos os possíveis aspectos e conseqüências de adotar uma certa linha de pesquisa científica. As implicações éticas devem ter lugar proeminente em suas cogitações.

A tarefa de tomada de decisões também precisa, naturalmente, ter como base o debate público. De modo similar, os cidadãos precisam estar, igualmente, conscientes do que está em jogo, o que é hoje possível, graças aos processos educacionais, às informações e aos debates públicos. Algumas das pessoas, por nós ouvidas pela Internet, salientaram a necessidade de popularizar e democratizar o tema da bioética para que ele se torne mais acessível às pessoas comuns.

Em alguns países já se formaram comitês nacionais de ética para examinar questões de bioética e suas implicações em matéria de política. Compostos de importantes elementos interessados na questão e representantes de relevantes matérias de estudo, esses comitês nacionais constituem um importante instrumento para focalizar o debate e a consulta sobre preocupações bioéticas.

A UNESCO, aliás, mantém-se pronta para ajudar países a estabelecer



tais comitês, que, inúmeras vezes, representam um papel vital no mais amplo contexto democrático de tomada de decisão nessa área.

Desse modo, a bioética serve como uma ponte vital entre a ciência e a condição humana. Ela nos guia em direção a reflexões cada vez mais abrangentes e profundas sobre a natureza e a vida, provendo-nos de princípios éticos e orientação apropriada para lidar com os progressos científicos e tecnológicos que estão ocorrendo. Nos debates bioéticos, contudo, a possibilidade de alcançar-se um acordo e consenso universal constitui matéria muito longe de ter sido equacionada. É claro que as questões de bioética são normalmente muito complexas e sensíveis, especialmente quando giram em torno de questões de vida e morte. Nesse debate ora em curso, os diferentes valores econômicos, sociais, filosóficos, culturais e religiosos influenciam os juízos e as decisões das pessoas.

No caso da pesquisa do embrião, por exemplo, existem diferentes leis e regulamentos, que variam de Estado para Estado, dependendo da respectiva percepção própria da situação do embrião. Além do mais, as questões suscitadas pelos avanços na genética e na proteômica suscitam diferentes implicações, conforme distintas tradições legais, intelectuais e éticas.

No entanto, a controvérsia constitui, a um só tempo, o combustível e o motor de qualquer debate ético significativo. O objetivo de tal debate não reside na imposição dos valores de alguém sobre os dos demais, mas na aplicação conjunta de distintas perspectivas e sistemas de valores sobre uma determinada questão, de modo a alcançar a decisão mais apropriada e defensável.

Apesar dessas dificuldades, acreditamos serem necessários um acordo geral e um conjunto de princípios em matéria de bioética. Acreditamos que é imperioso tentar fazer progressos substantivos nessa direção. A própria natureza dos problemas bioéticos confere aos mesmos uma relevância e importância universais. Os desenvolvimentos nas ciências da vida e na biotecnologia acarretam implicações não somente à totalidade da humanidade de hoje, como também sobre todas as gerações futuras. Se ocorrer a clonagem



humana reprodutiva em um país, todos os demais países serão afetados. Se for comprometida a idéia do genoma humano como herança de toda a humanidade, todo o gênero humano sofrerá as conseqüências. No campo da bioética, a universalidade é a regra.

Esse o motivo pelo qual é tão vital nessa área a cooperação internacional. E essa foi, de fato, a razão da convocação desta Mesa Redonda. Trata-se da primeira vez em que os Ministros da Ciência de todo o mundo se reúnem, especificamente para debater a questão da bioética. Esta reunião foi concebida com o propósito de levar a discussão internacional da bioética a um outro nível. E, também, se revelou um encontro muito oportuno, uma vez que o tema da bioética será, em breve, tratado pela Assembléia Geral da Nações Unidas.

É meu desejo que desta Mesa Redonda e desta Conferência Geral resulte uma mensagem clara e vigorosa, com dois principais aspectos: primeiro, que são realmente necessários um instrumento universal e um conjunto de princípios em matéria de bioética; e, em segundo lugar, que a UNESCO – na qualidade de único órgão dentro do sistema das Nações Unidas a que se confiou a responsabilidade da dimensão ética – é a instituição melhor equipada a levar esta matéria adiante.

Naturalmente que acolhemos o perfil elevado que o debate na Assembléia Geral da Nações Unidas trará para a questão da bioética. Também recebemos e respeitamos as contribuições que outras organizações no sistema das Nações Unidas trouxeram para os eventos e temas tratados na bioética. Esperamos, contudo que, nesta conjuntura crucial, os mecanismos estabelecidos pela UNESCO, todos altamente respeitados e operando perfeitamente, não venham a ser perturbados por força de uma desnecessária duplicação de esforços. A cooperação internacional relacionada à bioética já conta com um esquema de ação produtivo, responsável e bem conceituado, a saber, o esquema criado e mantido pela UNESCO. Este esquema, já dotado de suas dimensões internacionais, intergovernamentais e inter-agências, está muito bem situado para levar avante o debate sobre a bioética.



À luz das observações que precedem, permitam-me esboçar a agenda da Mesa Redonda e oferecer algumas breves explicações, como esclarecimento.

Durante a primeira sessão da Mesa Redonda, reveremos e examinaremos, em profundidade, os conceitos e princípios basilares da bioética. Este retorno se torna necessário porque um certo número de concepções, correntes há apenas dez anos, se revelaram obsoletas e antiquadas em virtude dos rápidos avanços nas ciências da vida e na biotecnologia, como também no corpo de doutrina da própria bioética. Alguns de nossos colaboradores informais, via Internet, indagaram como o princípio da solidariedade poderá ser harmonizado com o princípio da geração de lucros. Outros perguntaram se o direito à propriedade de seu corpo e o livre uso do mesmo não poderiam, paradoxalmente, incentivar o tráfico de órgãos humanos. É claro que questões interessantes continuam a surgir.

A segunda sessão é dedicada aos atuais desafios que estamos enfrentando em debates sobre a bioética. Além das questões relacionadas ao início e ao fim da vida humana, a bioética cobre, agora, numerosos temas suscitados por tratamentos médicos avançados e pesquisas científicas, tais como doação de órgãos, de tecidos e células, inclusive gametas; participação de seres humanos em pesquisa e tratamento experimental; acesso equitativo aos serviços de saúde; utilização científica, epidemiológica, diagnóstica e terapêutica da genética, e assim por diante. Estou certo de que, durante as próximas discussões, serão levantadas distintas questões referentes aos níveis nacional, regional e internacional. Na realidade, aqui estamos para ouvir todas as vozes e todas as preocupações que despontam das diferentes regiões do mundo. Temos a missão de compreender, perfeitamente, quais são as questões urgentes em jogo e como deveríamos tratá-las. Nossa consulta via Internet, aliás, constatou uma preocupação abrangente com respeito à dignidade dos seres humanos. Também foram suscitadas questões de eugenia e eutanásia.

A terceira sessão é dedicada a explorar a possibilidade de estabelecer-se um instrumento universal em matéria de bioética. A bioética tornou-se uma questão muito importante nas esferas internacional e política, como, por exemplo, em 30 de março de 2001, quando o Senhor Jacques Chirac,



Presidente da República Francesa, ao falar diante da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, mencionou a possibilidade de que se venha a elaborar um documento universal sobre bioética. De fato, e tendo em vista as razões já dadas anteriormente, a UNESCO está convencida de que seria de grande proveito para a comunidade internacional garantir para si própria um instrumento cobrindo todos os domínios da bioética. A vantagem de um tal instrumento é exemplificada pela Convenção sobre Direitos Humanos e Biomedicina, elaborada no contexto da estrutura do Conselho da Europa, adotada em 1997.

Como resultado, escrevi ao Secretário-Geral das Nações Unidas para propor-lhe que a sugestão do Presidente Chirac, que aliás considero uma idéia excelente, possa ser estudada e trabalhada pela UNESCO, valendo-se da sua competência na matéria. E a UNESCO, naturalmente, trabalharia em estreita cooperação com outras organizações internacionais pertinentes.

Como já mencionei, alcançar consenso sobre um texto de escopo universal, não é empreitada de fácil realização em reconhecimento dos diferentes enfoques da bioética, dentre as distintas culturas e civilizações. No entanto, a UNESCO já dispõe de experiência e competência consideráveis, com as quais pode contar. Como os senhores não ignoram, a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos é altamente apreciada pela comunidade internacional, desde que foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em sua 29ª sessão, em 1997, e endossada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua 53ª Sessão, em 1998. Esta Declaração, embora focalize especificamente o Genoma Humano, incorpora todos os princípios fundamentais relativos à bioética. Além do mais, o Artigo II da Declaração declara que "Não serão permitidas práticas que sejam contrárias à dignidade humana, tais como a clonagem de seres humanos."

Como já foi observado anteriormente, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua 6ª Comissão, programada para reunir-se em novembro de 2001, discutirá a possibilidade de que se elabore uma convenção internacional contra a clonagem reprodutiva dos seres humanos. A própria base de suas discussões



será o Artigo II, a que acabei de me referir, e que constitui a primeira declaração acordada internacionalmente contra a clonagem reprodutiva humana.

Como todos sabem, A Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos foi minutada pelo Comitê de Bioética Internacional da UNESCO (IBC), que é formado por renomados especialistas de todo o mundo. Uma das autoridades mais responsáveis pela Declaração do Genoma Humano, a Senhora Noelle Lenoir, foi a primeira presidente do IBC. Sinto-me encantado pelo fato de que ela está hoje entre nós e que a UNESCO, a sua casa natural, pode beneficiar-se de seus enormes conhecimentos e competência.

O IBC demonstrou sua elevada competência, tanto ao esboçar o texto da Declaração do Genoma Humano como no preparo de um certo número de relatórios de especialistas. Alguns trabalhos recentes do IBC incluem relatórios sobre "O Emprego de Células-Tronco em Pesquisa Terapêutica" e sobre "A Solidariedade e Cooperação Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento no que diz respeito ao Genoma Humano", os quais foram apresentados na sétima Sessão do IBC. Além disso, minutas de relatórios altamente elogiados – sobre "O Acompanhamento do Simpósio Internacional sobre Ética, Propriedade Internacional e Genética" e sobre "Coleta, Tratamento, Armazenamento e Uso de Dados Genéticos" – foram apresentadas na oitava sessão do IBC. Este último, exerce uma liderança notável nas discussões internacionais sobre bioética e estou convicto de que ele continuará assim agindo, no futuro.

O trabalho do IBC é altamente apreciado pelo Comitê Intergovernamental de Bioética (IGBC), ao qual se reporta o IBC. Os representantes e especialistas do IGBC examinam a produção do IBC e dela extraem as suas implicações para a política e legislação. O IGBC representa um mecanismo vital para promover a cooperação internacional na área de bioética.

Voltando-me agora para a quarta sessão da Mesa Redonda, discutiremos questões ligadas à elevação do grau de consciência, educação, informação e debate público em relação à bioética. A educação de bioética, que exige um

enfoque multidisciplinar, constitui um desafio novo no campo da educação. A UNESCO está pronta para ajudar a enfrentar o desafio, uma vez que conta com uma experiência longa e rica, na qualidade de organização mundial líder na área de educação.

Somos todos conscientes da crescente preocupação do público com respeito às questões bioéticas e a sua avidez por informações sobre as mesmas. Tudo isso foi confirmado por nossa consulta via Internet. Está perfeitamente clara a importância de envolver todas as partes e grandes setores interessados –dirigentes, pesquisadores, profissionais da área da saúde, pacientes, suas famílias e a comunidade como um todo – na discussão. Deveriam ser estabelecidos sistemas efetivos de disseminação de informações, de assistência ao processo de tomada de decisão e de avaliação das eventuais conseqüências.







*A Dimensão Ambiental do Diálogo entre Civilizações**

Excelentíssimo Vice-Presidente do Irã,
Dr. Töpfer, meu caro colega e Diretor Executivo do PNUMA,
Senhor Soyinka,
Excelentíssimos Ministros,
Senhoras e Senhores,

O ano de 2001 foi proclamado o "Ano das Nações Unidas para o Diálogo entre as Civilizações", mediante uma resolução apoiada, entre outros países, pela República Islâmica do Irã. A referida resolução convida o sistema das Nações Unidas para planejar e implementar os programas tidos como apropriados para promover a idéia de um diálogo entre civilizações. Embora a UNESCO não seja o órgão líder para este ano, decidi incorporar completamente o "Diálogo entre Civilizações" no Programa da UNESCO para o período 2002-2003. Este é o motivo por que acolho meu caro amigo e colega, Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, e lhe agradeço o amável convite para estar presente ao XXI Fórum Ministerial do Meio Ambiente Global, do PNUMA. Sinto-me, igualmente, estimulado pelo fato de que o Senhor decidiu realizar eventos especiais, como este Jantar de Trabalho, para celebrar este Dia das Nações Unidas para o Diálogo entre Civilizações.

Gostaria de descrever o que acredito ser, para a UNESCO, a idéia mestra deste conceito, o qual coloca o diálogo entre civilizações no âmago de sua constituição.

A idéia, aliás, não é nova. De fato, a Resolução 53/22 declara:

* Discurso pronunciado por ocasião do Jantar de Trabalho sobre o Diálogo entre Civilizações, no Fórum Ministerial do Meio Ambiente Global do UNEP em 8 de fevereiro de 2001, Nairobi.



"... permaneceu a interação mutuamente benéfica entre civilizações, ao longo da história humana, a despeito de empecilhos gerados pela intolerância, disputas e guerras." Ela também menciona que o diálogo sempre foi visto como um modo de atingir o entendimento, eliminar ameaças à paz e fortalecer a interação e o intercâmbio entre civilizações. Tudo isso é reforçado na Constituição da UNESCO, segundo a qual, por meio da "colaboração entre as nações" e "mediante o gradual conhecimento mútuo dos povos", poderemos "construir a paz nas mentes dos homens ...". Como podem ver, portanto, desde o seu início, a UNESCO tem sido responsável por promover o diálogo entre civilizações.

O diálogo, no mundo de hoje, tornou-se cada vez mais relevante e intenso. Ele implica o reconhecimento da diversidade e o respeito pela contribuição essencial e pela mesma dignidade de todas as culturas e seres humanos. Precisamos, todos, aprender a reconhecer que cada cultura tem um débito para com todas as demais. Estou pessoalmente convicto de que a própria globalização vicejará com o diálogo, com a interação e o intercâmbio. O diálogo, em todos os níveis, é especialmente crucial numa era de globalização. Chegamos ao ponto de aceitar a idéia de que nos encontramos numa situação de crescente interdependência. Nosso futuro está intrinsecamente vinculado à preservação de todos esses sistemas naturais globais que alicerçam a vida e, na verdade, à sobrevivência de todas as formas de vida.

Gostaria de compartilhar com os Senhores alguns pensamentos sobre as dimensões ambientais do Diálogo entre Civilizações. Para a UNESCO, a humanidade e o seu meio ambiente são indissociáveis. Não é por coincidência que a cultura e as ciências ambientais devem coabitar dentro de nossa Organização. Na realidade, a estrutura da UNESCO reflete uma convicção muito profunda de que cultura e meio ambiente são áreas interrelacionadas, e que essa interação beneficia a sociedade.

As civilizações, ao longo da história, acabam escolhendo uma dentre duas maneiras de tratar com a Natureza: algumas buscam dominar o seu meio ambiente natural; outras, dialogam com ele. A especificidade religiosa e cultural de cada civilização foi moldada por sua forma de relacionar-se com a

Natureza. A descoberta de outros ambientes e outras interpretações da Natureza, por meio do nomadismo, do comércio e até mesmo da guerra, inspirou as civilizações a reexaminar e transformar o seu próprio meio ambiente e a sua percepção do mundo.

Como resultado da observação do mundo natural, ao longo das eras, descobrimos que a sobrevivência e o desenvolvimento de uma espécie depende da sobrevivência e do desenvolvimento das demais. Ao perceber a importância da unidade e da diversidade, as civilizações passaram a reconhecer que a interação entre grupos diferentes é não só necessária, como mutuamente enriquecedora.

Uma vez que compreendamos o valor da pluralidade, seremos capazes de adotar um enfoque intercultural para lidar com o meio ambiente, que leve em consideração as distintas percepções da criação que as sociedades construíram ao longo dos tempos.

Com a mais absoluta convicção, concordo com o Dr. Töpfer, quando ele diz que "a dimensão ambiental da idéia de paz e segurança não pode ser mais posta de lado." Este é o motivo porque atribuí tal importância ao Diálogo entre Civilizações, não somente para o ano 2001, mas também no contexto de nossa Estratégia de Prazo Médio, que estamos preparando neste momento.

Estes são alguns dos objetivos prioritários que fixei para a UNESCO: melhorar a qualidade da segurança humana por meio de um melhor gerenciamento do meio ambiente e das mudanças sociais; proteger a diversidade cultural e encorajar o pluralismo e o diálogo entre culturas e civilizações; preservar o patrimônio oral e intangível, bem como as culturas, tradições e diversidade lingüística existentes; promover princípios e normas éticas para orientar não somente o desenvolvimento científico e tecnológico, como as transformações sociais.

O PNUMA, em seu relatório recente, Panorama Global do Meio Ambiente, declarou que "os valores culturais e espirituais da biodiversidade demonstraram que o desenvolvimento sustentável e a riqueza das culturas são interdependentes." O Estradas Férreas, as Estradas de Al-Andalus e as



Estradas Eslavas são todos programas da UNESCO que demonstram isso de modo muito claro. Não há uma só pessoa ou cultura que possa desenvolver-se sem a interatividade de outras pessoas ou culturas. Precisamos aprender a reconhecer que cada cultura é devedora de todas as demais culturas. Deveríamos entender que o turismo cultural também pode transformar-se em um dos mais férteis e desafiadores meios mediante os quais pode ser expresso o diálogo entre culturas e civilizações. O fato de encontrar outras pessoas também ajuda a apreciar a sua própria cultura e seu próprio patrimônio, bem como a compreender melhor o próprio meio ambiente natural.

O turismo cultural constitui, em si mesmo, uma espécie de educação informal. E a educação, tanto formal como informal, é essencial para relações internacionais pacíficas e para um desenvolvimento sustentável. Para lidar com os desafios e problemas em curso – tais como pobreza, analfabetismo, fome, enfermidades, degradação do meio ambiente e erosão da diversidade cultural –, torna-se necessário contar com cidadãos ativos e instruídos, bem como com dirigentes bem informados nas áreas política e econômica, capazes de fazer as opções corretas, quando confrontados com a necessidade de tomar decisões econômicas, sociais e ambientais complexas e interrelacionadas. A educação, para alcançar-se o desenvolvimento sustentável, torna-se a ferramenta essencial para tal fim. Sinto-me comprometido a avançar, mais ainda, nos esforços da UNESCO em prol da educação, nas áreas afins de educação para a paz e desenvolvimento sustentável.

A Convenção do Patrimônio Mundial está apresentando uma contribuição excepcional para a proteção da diversidade cultural e natural do planeta. A necessidade de redobrar esses esforços torna-se mais urgente num contexto de globalização e de alterações ambientais ao redor do globo. Portanto, a UNESCO adota um enfoque multidisciplinar com vistas à conservação desse patrimônio, tanto cultural como natural, de inestimável valor universal.

A Conferência Mundial sobre Ciência, que a UNESCO organizou em Budapeste, em 1999, também salientou a necessidade de preservar, prote-



ger, pesquisar e promover o legado cultural que pode ser encontrado em sistemas de conhecimento local, tradicionais e não escritos.

Esses sistemas seculares podem ser empíricos e transmitidos por via oral, mas não deixam de se constituir em expressões dinâmicas de uma percepção e entendimento do mundo e, como tal, contribuições valiosas para a ciência e a tecnologia. A referida Conferência apresentou uma série de recomendações a esse respeito, as quais pretendo aplicar por meio de nossos vários programas científicos.

No que lhe diz respeito, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, da UNESCO, já vem implementando o Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS). Em colaboração com muitos outros parceiros ao redor do mundo, o GOOS conta com um subsistema de oceanos abertos, para aprimorar a qualidade das previsões do tempo e de alterações climáticas, além de um outro, ao longo dos litorais, destinado a fornecer as informações necessárias para administrar e recuperar recursos vivos e ecossistemas costeiros.

A promoção de reservas da biosfera transfronteiriças, dentro do contexto do Programa do “O Homem e a Biosfera”, da UNESCO, continuará a ser praticada, como meio de enaltecer a paz e a administração conjunta de ecossistemas.

A UNESCO também representa o ponto de convergência para o Programa das Nações Unidas para Avaliação dos Recursos Hídricos Mundiais. E pretendemos intensificar o diálogo científico entre países que compartilham os recursos hídricos. Tal diálogo, pode-se verificar mais uma vez, depende, essencialmente, da compreensão mútua entre as diferentes culturas.

À guisa de conclusão, gostaria de enfatizar que o diálogo entre civilizações implica um verdadeiro sentido de responsabilidade entre nós, agências do sistema das Nações Unidas, em termos de cooperação. Espero, com interesse, poder discutir essas questões vitais, de modo mais pormenorizado, no correr dos próximos dias, e explorar as maneiras como o PNUMA e a UNESCO poderiam colaborar de modo mais frutífero ainda, no futuro.



*As Reservas da Biosfera e o Desenvolvimento Sustentável**

Senhor Presidente,
Excelências,
Distintos Delegados,
Senhoras e Senhores,

Sejam muito bem-vindos a esta décima-sexta sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB). Cinco anos após a Conferência de Sevilha sobre as Reservas da Biosfera, esta sessão se revela muito importante, quanto mais não fosse devido à circunstância de que ela se destina a passar em revista os progressos realizados na implementação da Estratégia de Sevilha para as Reservas da Biosfera.

Para realizar esta tarefa e definir prioridades para o futuro, este Conselho tem sob sua consideração as recomendações apresentadas na semana passada por uma reunião de especialistas internacionais, realizada em Pamplona, atendendo a generoso convite das autoridades espanholas. Permita-me agradecer-lhe pessoalmente, Senhor Presidente, por seu apoio em assegurar este local para o encontro, bem como, por seu intermédio, às autoridades locais e nacionais, o que permitiu o grande êxito desta reunião. Como ficou novamente revelado, a concepção de reserva da biosfera permanece muito viva e continua a despertar expectativas e gerar interesse em Estados Membros e Estados Não Membros. Continua sendo enorme o potencial da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

O MaB, como sabem todos, é o ponto de encontro entre as ciências naturais e as ciências sociais. Ao buscar desenvolver mecanismos para a conser-

* Discurso pronunciado por ocasião da Décima-Sexta Sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa “O Homem e a Biosfera” em 6 de novembro de 2000, UNESCO, Paris.



vação e o uso racional da biodiversidade como elementos chaves no gerenciamento da biosfera, o programa deve parte de seu sucesso a sua forte orientação pelos projetos de campo, em particular mediante as atividades da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. As cifras são impressionantes: nada menos que 368 reservas, em 91 países, representando imensa variedade de ecossistemas: sistemas costeiros e marinhos, terras alagadas de água doce, sistemas montanhosos, florestas tropicais e terras áridas. Se quisermos assegurar as futuras necessidades dos povos, é absolutamente vital que se faça o gerenciamento sustentável desses ecossistemas, juntamente com a conservação de sua biodiversidade.

A 160ª sessão do Conselho Executivo terminou, recentemente, o seu trabalho. Vejo com agrado que ele seguiu a minha proposta de agregar os programas da UNESCO. Trata-se de uma tarefa importante, embora ingrata, motivo pelo qual é essencial o apoio contínuo de nossos Estados—Membros nessa matéria. Desse modo, no que diz respeito ao domínio das ciências naturais, deveremos nos concentrar, particularmente, nos recursos hídricos e nos ecossistemas. Espera-se que o programa MaB desempenhe um papel chave a este respeito, em estreita cooperação com o Programa Hidrológico Internacional. Este Conselho deverá discutir o desenvolvimento futuro do programa. Não farei juízos antecipados de suas deliberações e conclusões sobre este tópico tão importante. Basta dizer que acolho, com muito agrado, algumas novas possibilidades já indicadas nos documentos que se encontram diante dos Senhores.

Permitam-me enfatizar apenas duas delas:

- Reforçar o uso das reservas da biosfera e sua Rede, como sítios chave para um desenvolvimento sustentável;
- Utilizar as reservas da biosfera para fins de conservação, pesquisa e educação, bem como para experimentar novos enfoques para a resolução de conflitos.

Nestes próximos dias, este Conselho estará discutindo, tendo em vista a decisão do Conselho Executivo, de examinar a conservação de geossítios, como se valer da rede MaB para esta nova atividade, o que tem, realmente, implicações para o MaB. Vejo, pessoalmente, nesta proposta, uma oportunidade de vitalizar a cooperação entre programas, especificamente o MaB e o Programa Internacional



de Correlação Geológica. Portanto, vejo esta iniciativa como merecedora de consideração.

As reservas da biosfera oferecem, igualmente, oportunidades para promover o conhecimento ecológico tradicional, tal como recomendado pela Conferência Mundial de Ciência. Aqui, novamente, percebo novas oportunidades de realçar a importância do trabalho interdisciplinar. Esta cooperação entre as disciplinas também foi, naturalmente, apoiada de modo veemente pela Reunião Conjunta dos Presidentes dos MaB, PICG, PHI e COI, no correr dos últimos anos. Tive, recentemente, a oportunidade de reunir-me com eles, mais uma vez.

Como declarei então, o desenvolvimento e o fortalecimento de parcerias constitui um ponto chave para o MaB, como aliás para todos na UNESCO. Uma outra área em que a UNESCO tem uma oportunidade de reforçar a cooperação entre parceiros reside na vinculação a acordos multilaterais sobre o meio ambiente. Vejo, com muita satisfação, portanto, que o MaB tem feito bons progressos, de modo particular ao desenvolver agendas conjugadas com a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção de Ramsar sobre Áreas Úmidas. Fiquei, também, muito satisfeito ao ouvir que, no recente Congresso da União para a Conservação Mundial, em Amman, na Jordânia, a idéia de reserva da biosfera recebeu um apoio muito forte.

Este Conselho também deverá designar novos sítios para inclusão na Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Meu entendimento é de que foram recebidas 25 indicações.guardo, com interesse, a decisão dos Senhores sobre essas várias indicações.

Senhor Presidente,

O Conselho Coordenador Internacional do MaB tem a desempenhar um papel vital no preparo das recomendações para a Conferência Geral da UNESCO, como também, para mim, no que se refere ao desenvolvimento do MaB, inclusive sua integração ao contexto sistêmico mais amplo das Nações Unidas. Temos importantes tarefas a completar, no sentido de garantir que os problemas ambientais do mundo sejam melhor entendidos e que soluções práticas sejam encontradas.





*A Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia**

Senhora Presidente da Comissão,
Senhor Secretário de Estado Parlamentar,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

É com prazer que dou as boas-vidas a todos os que aqui se encontram para participar desta Segunda Sessão da Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMECCT).

Gostaria de prestar um tributo ao Governo alemão que, em um amável convite, se ofereceu, generosamente, para hospedar, aqui em Berlim, esta Segunda Sessão da Comissão. A propósito, gostaria de agradecer, em particular, ao Senhor Wolf-Michael Catenhausen, Secretário de Estado Parlamentar do Ministério Federal da Educação e Pesquisa. Merece, também, muitos agradecimentos, a Comissão Nacional da UNESCO na Alemanha pela sua assistência financeira e organizacional, além do seu apoio entusiástico. Estou grato também pelo grande interesse demonstrado por este evento pelo Embaixador Klinger, Delegado Permanente da Alemanha na UNESCO. Na verdade, gostaria de ressaltar o grande interesse demonstrado pela Alemanha com relação aos temas e assuntos estudados pela Comissão, que tem como um dos seus Membros, naturalmente, a Senhora Dagmar Schipanski, Ministra da Ciência, Pesquisa e Artes do Estado da Turíngia.

A reflexão sobre os temas éticos e a busca de valores compartilhados representam um aspecto importante dos objetivos e das atividades da UNESCO. Com efeito, o mandato ético da Organização (que data de 1946

* Discurso pronunciado na Abertura da Segunda Sessão da Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMECCT) em 17 de dezembro de 2001, Berlim.



mas é hoje mais atual do que nunca) confia à UNESCO um dever único: trabalhar em prol da "solidariedade intelectual e moral da humanidade", agindo como "a consciência da humanidade". Para assumir este desafio, cabe à Organização desempenhar plenamente seu papel no fortalecimento da cooperação intelectual internacional e no cumprimento da sua vocação ética, em um mundo que busca valores comuns e novas referências para orientar o pensamento, o julgamento e a conduta.

128

A ética da ciência e da tecnologia representa um elemento fundamental do mandato da UNESCO, em todas as suas áreas de competência. A crescente percepção das implicações humanas e sociais do rápido progresso científico e tecnológico aparece, hoje, diante de nós, como uma das tendências mais importantes da sociedade moderna. Nunca antes o progresso científico e a inovação tecnológica influenciaram a vida das pessoas como acontece atualmente: o modo como trabalhamos, como produzimos riqueza, como convivemos, como interagimos uns com os outros.

Hoje, os temas éticos preocupam não só os governos e os especialistas. De modo geral, a sociedade civil se sente muito interessada e questiona, cada vez mais, os desenvolvimentos científicos e tecnológicos de uma perspectiva moral e ética, acentuando, assim, a fina linha divisória entre o que é possível e o que é aceitável. Os problemas levantados pelas mudanças derivadas das descobertas científicas e dos progressos tecnológicos, nos últimos anos, nos propõem oportunidades sem precedentes para seguir novas direções na reflexão ética.

Aqui, a UNESCO tem uma dupla função: de um lado, servir como um fórum intelectual e de discussão das políticas públicas; de outro, preparar instrumentos normativos. Ao executar essas tarefas, é evidente que pode ser necessário conciliar soluções de âmbito universal com abordagens regionais, na medida em que, na esfera ética como em outras, parece sábio equilibrar a globalização com a diversidade.

A reflexão ética é um processo que se renova perpetuamente, um questionamento constante das razões e conseqüências dos nossos atos. É mais do



que a simples definição de um código de práticas éticas. Implica em que o debate deva ser conduzido em público, com a participação informada dos cidadãos e das pessoas responsáveis pelas decisões a serem tomadas, devendo, assim, ser considerada uma questão de necessidade democrática.

Além disso, a reflexão ética precisa ser examinada de uma perspectiva pró-ativa. No nível internacional, ela exige uma visão e previsão abrangentes, recorrendo aos principais sistemas éticos do mundo, assim como em toda parte requer a participação da comunidade intelectual.

A criação pela UNESCO, em 1998, da Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMECCT), presidida por Sua Excelência a Senhora Vigdís Finnbogadóttir, Presidente da República da Islândia, de 1980 a 1996, foi um marco na elaboração de uma resposta global coordenada a esses críticos desafios. O mandato da Comissão é amplo, pois ela precisa atuar como um fórum intelectual para o intercâmbio de idéias e experiências, chamar atenção, oportunamente, para situações de risco, aconselhar os responsáveis pelas políticas públicas e promover o diálogo entre os cientistas, os responsáveis pelas decisões políticas e as comunidades. A Comissão começou a cumprir o seu papel examinando vários campos distintos que incluem os recursos hídricos, a energia, o espaço sideral e a sociedade da informação.

É preciso acentuar que a reflexão ética desenvolvida pela COMECCT no campo da ciência e da tecnologia é muito apreciada pela UNESCO em conjunto e é incorporada, integralmente, ao quadro das principais preocupações da Organização. A decisão da última Conferência Geral, no sentido de incluir a ética da ciência e da tecnologia como uma das suas cinco principais prioridades, é um sinal claro e vigoroso dessa atitude. Estou confiante de que, devido a sua experiência e capacitação, a UNESCO ocupa uma posição única para continuar a exercer um papel de liderança nesta área, como tem acontecido ao longo de muitos anos.

Permitam-me, agora, dividir com os Senhores o prazer que sinto em encontrar os membros da Comissão. Esta é uma ocasião apropriada para



agradecer a esses eminentes cientistas e especialistas que têm colaborado com a Comissão desde que esta foi criada, em 1998. Tenho grande satisfação em registrar a qualidade dessa colaboração, a profundidade da sua reflexão e o entusiasmo posto no trabalho em conjunto. Trabalho que tem despertado uma reação muito positiva em todos os níveis, com um efeito multiplicador que demonstra a importância de abrir um debate público sobre os valores éticos.

Desde que me tornei Diretor-Geral da UNESCO, há dois anos, tenho acompanhado com atenção o trabalho desenvolvido pela Comissão. A meu juízo, uma das suas grandes realizações no terreno da ética tem sido fortalecer o ponto de vista de que a avaliação da ciência e da tecnologia tornou-se um elemento essencial da administração democrática da sociedade.

Peço licença, agora, para olhar para o futuro, testemunhado pelos jovens cientistas que vieram de todo o mundo participar do Fórum Juvenil sobre a Ética da Ciência e da Tecnologia. Dou-lhes as boas-vindas, a eles e ao entusiasmo que trouxeram consigo. Nossa expectativa é de receber muitas idéias novas e desafiadoras de vocês, em áreas como a ética da ciência e em temas relacionados à sustentabilidade e à ética ambientais. Com esse fórum, a Comissão está passando a palavra a vocês e espera, com interesse, ouvir suas idéias, experiências e expectativas. De seu lado, a UNESCO ouvirá essas idéias com toda atenção e fará os melhores esforços para traduzi-las em realidade concreta.

Desejo concluir agradecendo calorosamente a Presidente da Comissão, não só pelo trabalho notável desenvolvido pelos seus membros mas, especialmente, pela devoção pessoal que ela pôs à serviço da COMCCT. Nos últimos quatro anos, sua competência, entusiasmo e empenho pessoal contribuíram, extraordinariamente, para fazer com que a Comissão se tornasse bastante conhecida em todo o mundo. Dessa forma, ela ajudou a gerar um diálogo global no campo da ética da ciência e da tecnologia, captando a atenção dos governos, da mídia e da opinião pública.

Sob sua liderança, os membros da Comissão trouxeram a reflexão ética para o primeiro plano, proporcionando diretrizes destinadas a garantir que a



ciência e a tecnologia beneficiem o conjunto da humanidade. Na verdade, a Comissão provocou a sensibilidade a questões éticas da ciência e da tecnologia que passaram a ser cruciais para o futuro do mundo. Por fim, e de não menor importância, o trabalho da Comissão demonstrou, claramente, que a UNESCO é a plataforma internacional ideal para enfrentar esses grandes desafios.

Senhora Presidente:

Com esta Sessão o seu mandato chegará ao fim. No entanto, à luz de tudo o que disse, acho que não podemos imaginar que a Comissão se veja privada da sua valiosa contribuição pessoal. Por este motivo, gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir-lhe oficialmente que permaneça como um membro integral da família intelectual da Comissão, tornando-se sua Presidente ad honorem. Na verdade, Senhora Presidente, a honra será nossa.

Gostaria de exprimir meus agradecimentos pessoais a alguns colegas da UNESCO. Em primeiro lugar, peço licença para prestar um tributo a Georges Kutukdjian e a Chantal Ralaimihoatra, ambos bastante conhecidos de todos pelo seu estreito envolvimento com a Comissão, desde o início e pela excelência do seu trabalho. Os dois deverão aposentar-se em breve da UNESCO, onde sentiremos muito a sua falta. Estou certo de que falo em nome dos membros da Comissão ao exprimir minha profunda apreciação por tudo que eles fizeram em favor da COMECCT.

Gostaria, também, de agradecer ao Senhor Pierre Sané, o recém-chegado Diretor Geral Assistente para as Ciências Sociais e Humanas, o apoio entusiástico dado à Comissão, cuja importância ele reconheceu imediatamente, procurando garantir que as questões, os temas e os problemas por ela considerados sejam abordados vigorosamente dentro dos programas e das ações da UNESCO, no futuro imediato.

Resta-me desejar que todos tenham uma reunião muito produtiva e exitosa, cujos resultados fico aguardando com grande interesse.



*Ética, Propriedade Intelectual e Genômica**

Senhor Presidente da Sociedade Internacional de Bioética,
Senhor Presidente do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que lhes dou hoje as boas-vindas à sede da UNESCO para este debate de três dias sobre um assunto tão atual e relevante. O número e a qualidade das pessoas aqui reunidas reforça a minha dupla convicção de que a ética é uma área fundamental do pensamento contemporâneo e de que, neste particular, a UNESCO ocupa uma posição única na comunidade das nações e dos povos.

O século vinte tem sido chamado de "século da matéria" e o século vinte e um será, com toda probabilidade, o "século da vida". No espaço de poucas décadas, nosso conhecimento dos seres vivos e do mundo que nos cerca foi sacudido em suas bases por descobertas com ramificações de grande abrangência. Graças às descobertas no campo da genética, da neurobiologia e da embriologia, pela primeira vez os seres humanos tiveram acesso a um conhecimento dos seus próprios mecanismos vitais e conquistaram, também, o poder de transformar os processos de desenvolvimento de todas as espécies vivas, inclusive a nossa. O impacto desse poder recentemente descoberto é imenso e ainda não mergulhamos nele em toda a sua profundidade.

Os progressos feitos na medicina e na biologia e os avanços cognitivos e práticos possibilitados pela sua associação com outras disciplinas – a informática, por exemplo – oferecem, agora, a esperança de uma vida melhor. O

* Discurso pronunciado na abertura do Simpósio Internacional sobre "Ética, Propriedade Intelectual e Genômica" em 30 de janeiro de 2001, Paris.



desenvolvimento das terapias genéticas nos permitirá tratar ou prevenir doenças genéticas até aqui incuráveis. O progresso farmacológico e o melhor conhecimento dos mecanismos da imunidade levaram a uma série de saltos de qualidade nas áreas dos enxertos e transplantes. O desenvolvimento das neurociências, da robótica e do processamento de imagens, na medicina, abriu uma nova era para a cirurgia. Está havendo um progresso contínuo na medicina pré-natal, na embriologia e na procriação assistida.

134

Não podemos deixar de nos maravilhar com os progressos havidos desde 1953, quando foi descoberta a estrutura helicoidal dupla do DNA, em toda a sua beleza. Tudo isso nos leva a crer que a humanidade está a caminho de eliminar doenças e outros flagelos que a vem perseguindo, há milhares de anos. No entanto, o progresso das ciências biomédicas provoca expectativas sem precedentes e, ao mesmo tempo, é fonte de perplexidade inusitada, sempre que se levanta o problema da sua legitimidade moral.

A própria UNESCO deve sua origem a esta busca fundamental, esta necessidade ética que surgiu, depois da "grande e terrível guerra" de 1939-1945; o desejo comum de assegurar o respeito pela "dignidade do homem". Em 1993, a UNESCO criou o seu Comitê Internacional de Bioética (CIB), cujo Presidente, Senhor Ryuchi Ida, aqui presente, gostaria de cumprimentar. O Comitê tem atualmente 36 membros, de todas as regiões do mundo, que atuam em sua competência pessoal e representam todas as disciplinas relacionadas com a bioética – biologia, medicina, direito, filosofia, sociologia, antropologia, etc. Paralelamente, foi criado, em 1998, um Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB), composto por representantes de 36 Estados Membros, eleitos pela Conferência Geral da Organização.

Será aceitável, do ponto de vista ético, tudo o que é tecnicamente possível? À medida que o potencial da biologia, da medicina e da genética se diversificam, e são encontradas novas formas de levar à prática tais potenciais, ficamos cada vez mais conscientes da inadequação das nossas referências morais e filosóficas, assim como dos hiatos existentes em nossas estruturas institucionais e legais. No fim do século vinte, o debate sobre a clonagem e,



mais recentemente, sobre a possibilidade da pesquisa com células tronco embrionárias, mostrou que muitas sociedades sentem a necessidade de refletir sobre essas implicações éticas, para, assim, adotar uma posição a respeito.

Dada a sua função de vigilância intelectual e ética, a UNESCO tem tanto a capacidade como a vontade de promover esse diálogo, hoje mais necessário do que nunca, e de coordená-lo. Podemos e devemos elaborar diretrizes que incluam princípios éticos compartilhados universalmente. O Comitê Bioético Internacional é o órgão adequado para essa coordenação. A pesquisa com células tronco embrionárias é atualmente uma das suas maiores preocupações e foi o tema de discussões em profundidade, realizadas no seu último encontro anual, em Quito, no Equador – discussões que prosseguem. Estou muito confiante em que o Comitê poderá administrar esse diálogo e elaborar diretrizes internacionais sobre o tema.

Incumbido de projetar um instrumento internacional sobre o genoma humano, o Comitê, sob a orientação esclarecida da Senhora Noëlle Lenoir, a quem gostaria de prestar uma homenagem especial, tem favorecido uma abordagem pragmática, baseando-se, em cada etapa, nos últimos progressos feitos pela genética e nas suas aplicações. Assim, por exemplo, o Comitê examinou as implicações éticas e legais da seleção e experimentação genética, do aconselhamento genético, a confidencialidade dos dados genéticos, a terapia genética, o acesso aos tratamentos experimentais, a genética das populações, o desenvolvimento de biotecnologias vegetais e animais e as neurociências. E tem optado por adotar a maior transparência possível, divulgando amplamente os resultados do seu trabalho. Em 1995, promoveu uma consulta internacional a mais de duzentas organizações intergovernamentais e não-governamentais, instituições nacionais e personalidades eminentes. Estimula a sinergia entre os comitês éticos nacionais de todo o mundo e todas as associações envolvidas nesse campo.

A Declaração Universal sobre o Genoma e os Direitos Humanos, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1997, é o primeiro instrumento de abrangência mundial no campo da biologia, da medicina e da genética. Sua principal virtude é manter um equilíbrio entre a garantia da observância dos



direitos e liberdades fundamentais e a garantia da liberdade de pesquisa. Ao endossá-lo, em 1998, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu a importância de definir princípios éticos para a aplicação da ciência aos seres humanos e antecipou a explosão ocorrida no campo da genética humana, com os debates e controvérsias que se seguiram, relacionados aos interesses econômicos em jogo.

A afirmação do Artigo Primeiro da Declaração Universal sobre o Genoma e os Direitos Humanos, de que "em um sentido simbólico [o genoma humano] é a herança da humanidade", firmou a pedra de toque para todas as aplicações subseqüentes da genética. E a validade dessa fundamentação não foi diminuída pelo nosso crescente domínio do vocabulário e depois da sintaxe da linguagem genética.

Dito isso, o rápido desenvolvimento da engenharia genética, especialmente a partir da década de 1970, levou a uma faixa muito mais extensa de patentes. A ampliação a novos setores da possibilidade de patentear, provocou, imediatamente, dúvidas e tensões e as reações a esse respeito variaram largamente de país a país, de cultura a cultura, dependendo dos protagonistas envolvidos e dos interesses em jogo.

Qualquer que seja a proteção dada a uma descoberta – e, como é natural, essa proteção é necessária – outro princípio sacrossanto precisa ser aplicado ao uso feito do progresso meteórico no seqüenciamento do genoma humano: livre acesso aos dados básicos em questão, um princípio crucial para a disseminação do conhecimento e a sua co-participação.

Em 14 de março de 2000, quando o seqüenciamento do genoma humano se aproximava da fase conclusiva, o Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Bill Clinton, e o Primeiro Ministro do Reino Unido, Senhor Tony Blair, divulgaram um comunicado conjunto preconizando o livre acesso aos dados sobre o genoma humano. Em 13 de abril de 2000, enviei-lhes e ao Senhor Yoshiro Mori, Presidente do G-8 e Primeiro Ministro do Japão, uma carta solicitando que a Reunião de Cúpula do G-8, a ser realizada em



Okinawa, em julho de 2000, divulgasse uma declaração reafirmando esse princípio. Em declaração datada de 9 de maio de 2000, salientei que era "importante e também urgente que a comunidade internacional, em conjunto, garantisse o livre acesso aos dados brutos fundamentais sobre o genoma humano, com base nos princípios éticos estabelecidos pela Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos."

Concluído em 26 de junho de 2000 o primeiro projeto de mapeamento do genoma humano, muitas outras pessoas se pronunciaram a favor da abertura do acesso a esses dados básicos. Fiquei muito satisfeito quando, em julho de 2000, a Reunião de Cúpula do G-8, em Okinawa, fez a declaração que eu havia sugerido. No mesmo sentido, houve a Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada em 8 de setembro de 2000, reafirmando a necessidade de garantir o livre acesso à informação sobre a seqüência do genoma humano.

Não obstante e embora tenha importância vital, esse princípio não resolve todos os problemas relacionados à proteção da propriedade intelectual associada aos genes. O progresso no seqüenciamento do genoma (e não apenas no genoma humano) abre perspectivas espantosas na agricultura, medicina e indústria. Contudo, embora hoje as aplicações correspondentes tendam a surgir com muito mais rapidez, a tecnologia ainda não está pronta. Além disso, a cada dia novas descobertas modificam as nossas percepções e objeções. Muda a posição dos vários atores envolvidos – empresários, instituições públicas de pesquisa, agências de patenteamento, investigadores e legisladores – chegando, às vezes, ao ponto da auto-contradição. Quanto à opinião pública, muitas vezes mal informada sobre esses temas complexos, é igualmente mutável. Em suma, todas as condições estão presentes para acrescentar à confusão e desencadear uma "guerra de patentes", na qual as paixões serão inflamadas pelo choque de convicções e interesses.

Penso, também, que temos todas as condições para uma revisão radical, um levantamento geral, em uma tentativa desapassionada de comparar práticas, políticas públicas e opiniões conflitantes. Por isso, insisti com a UNESCO para promover este encontro, com base na força da sua vocação ética e missão intelectual, dentro da comunidade internacional.



Estou, agora, finalizando as propostas relativas a nossa Estratégia de Médio Prazo para o período 2002-2007, que submeterei à Conferência Geral na sua próxima Sessão, no outono. Meu objetivo é concentrar os programas da Organização em cinco grandes prioridades, uma das quais é a ética da ciência e da tecnologia. As outras quatro são a educação básica para todos; os recursos hídricos e os ecossistemas; a diversidade, o pluralismo cultural e o diálogo entre as culturas e as civilizações; e o acesso à informação, especialmente no domínio público.

Embora uma agenda movimentada não me permita participar de todos os seus debates, prometo-lhes que estarei especialmente atento a eles. Tenho muita confiança de que eles darão um impulso considerável ao nosso pensamento sobre o assunto.

Agradeço a todos, de coração, por concordarem em tomar parte nas várias reuniões previstas, presidindo-as ou delas participando, com espírito de curiosidade e a mente aberta e com a firme decisão de fazer progredir o nosso intercâmbio de idéias.



Cultura





*Diversidade Cultural: os desafios do mercado**

Senhora Presidente da Conferência Geral,
Senhora Presidente do Conselho Executivo,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Ministros da Cultura,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Embaixadores
Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que dou-lhes as boas-vindas à UNESCO. Aqui, todos estão em casa. Há um ano, estávamos reunidos nesta mesma sala para a primeira Mesa Redonda. Diante dos desafios apresentados pelo processo de globalização, os senhores ministros da Cultura se empenharam em refletir, juntos, sobre questões específicas colocadas por esse processo, em termos de diversidade cultural. Novamente, estamos aqui reunidos, hoje, para prosseguir o debate e congratulo-me que tenham respondido, tão numerosos, a esse convite.

O objetivo de um encontro dessa natureza é, seguramente, nutrir o diálogo e possibilitar o intercâmbio de experiências e opiniões. Porém, lhes faltaria ambição caso não considerassem a criação de novas frentes de trabalho, a proposição de métodos e a definição de novas linhas de cooperação. Estes são, também, os resultados que esperamos.

Parece difícil, mas iremos consagrar dois dias aos nossos intercâmbios e passar em revista o conjunto de questões relacionadas à diversidade cultural. A Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, presidida pelo Sr. Javier Perez de Cuéllar, já realizou um trabalho notável nesse sentido e seu célebre relatório, *Nossa Diversidade Criadora*, ainda que de 1995, permanece bastante atual e constitui poderosa fonte de inspiração para nossa reflexão.

* Discurso pronunciado por ocasião abertura dos trabalhos da Mesa Redonda dos Ministros de Cultura em 11 de dezembro de 2000, UNESCO, Paris.



Faço questão de agradecer às Senhoras Horn e Gnali, bem como aos Senhores Gyamtsho e Achâari, por terem aceito a difícil tarefa de presidir as quatro sessões que pontuarão os debates. Da mesma forma, desejo agradecer à Senhora Lalumière e aos Senhores Lehman, Hartridge, Moneta, Falkowski, d'Almeida e Weber pelas apresentações que farão no início de cada sessão. Não duvido que saberão, com grande pertinência, semear os germes de intercâmbios animados e frutuosos.

142

O tema escolhido para esta Mesa Redonda refere-se, portanto, à diversidade cultural diante dos desafios do mercado. Já que é verdade que a matéria-prima da globalização é composta, em grande parte, pela importante interação dos intercâmbios econômicos entre as sociedades. Os senhores serão levados a se manifestar sobre questões que adquiriram importância crescente há alguns anos na agenda internacional. Hoje, múltiplos atores participam desse debate – os Estados, certamente, mas, também, o setor privado e a sociedade civil, em seu conjunto.

Por esse motivo, fiz questão de convidar, como observadores, representantes de organizações internacionais e não-governamentais para estar ao lado dos Senhores e Senhoras Ministros e Chefes de Delegação. Espero que tenham, também, a oportunidade de se expressarem, caso não haja limitações na pauta. Tudo foi organizado para que a maior parte das sessões seja consagrada aos debates. Eu mesmo esforçar-me-ei em ser breve para permitir, sem demora, o início da sessão.

A quarta sessão será essencialmente consagrada à análise dos elementos preliminares que poderão constituir o esboço de uma Declaração sobre a Diversidade Cultural. Se esta análise consta na agenda de trabalho, é porque o Grupo de Peritos sobre Diversidade Cultural, que se reuniu aqui mesmo, na sede da UNESCO, há algumas semanas e que se encontra na origem da idéia da Declaração, recomendou que esses elementos lhes fossem submetidos por ocasião desta Mesa Redonda. Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Senhor Rudder, que presidiu o Grupo de Peritos, de ter aceito o convite para apresentar amanhã, à tarde, as conclusões do grupo.



Esta Declaração, como poderão constatá-lo na leitura do primeiro esboço, extrapolará, em muito, o marco específico dos debates desta Mesa Redonda, na tentativa de expressar princípios políticos fortes relativos ao conjunto das áreas de interesse da diversidade cultural e que constituem, precisamente, os campos de especialização da UNESCO. Pois, ao lado dos mercados e dos bens econômicos, desdobram-se outras dimensões da vida das sociedades, feitas do simbólico, do coletivo e da vida espiritual: o político, formação democrática da vontade coletiva por meio do debate; a cultura, desdobramento criativo e regenerador da identidade viva do corpo social, em todos os níveis; o saber e a pesquisa, condição primeira da sobrevivência coletiva (desde os saberes elementares da vida cotidiana até as ciências mais sofisticadas, passando pelas artes e técnicas); a educação, longo processo indispensável a todas as demais dimensões e criadora permanente, pela transmissão, da ação humana.

Essas dimensões não podem se reduzir, apenas, à lógica do mercado. São de uma outra ordem, consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob a forma de direitos e que o sistema das Nações Unidas recebeu o mandato de defender. São, para citar apenas os direitos da área de competência da UNESCO, o direito à educação, ao acesso e participação na cultura, o direito à informação e à liberdade de expressão, bem como o direito à liberdade de pesquisa científica. Esses direitos devem ser defendidos como universais e poder ser exercidos mundialmente.

Precisamos hoje – diante da privatização cada vez maior da vida científica, social e cultural – buscar proteger e reforçar o caráter de "bens públicos" da educação, da cultura e da ciência. O status particular dessas áreas deve ser reconhecido e sua submissão a fins comerciais regulamentado, de modo a criar condições de acesso para todos.

Em um contexto de "mercantilização" dos produtos educativos e, mais amplamente, de desregulamentação dos sistemas de ensino, é preciso defender o serviço educativo como um bem particular, lutar contra a padronização e o empobrecimento dos currículos por meio da promoção da diversidade das referências culturais e lingüísticas, no âmbito dos conteúdos de



ensino, juntamente ao compartilhamento de atitudes e valores comuns que favoreçam a "convivência".

Em um contexto no qual 90% da pesquisa científica são realizados nos países desenvolvidos e 60% são feitos pelo setor privado, é preciso combater o abismo crescente entre os que efetivamente possuem os meios de usufruir dos rápidos progressos científicos e os demais. Neste caso, também precisamos defender as conquistas científicas como "bens públicos mundiais" e fixar regras éticas que permitam colocá-las a serviço de todos, consolidando, assim, as bases da paz e do desenvolvimento sustentável.

Enfim, em um contexto de trocas globalizadas, é preciso explorar o formidável potencial que representam para um melhor conhecimento recíproco entre os povos e as culturas. Novos espaços de expressão, criatividade, interação, intercâmbio e inovação emergem. É preciso empenhar-se para que beneficiem o conjunto da humanidade. Não devem traduzir-se em uniformização e empobrecimento culturais, nem se reduzir apenas à troca mercantil.

A UNESCO tem papel fundamental a exercer em todos esses campos e se mantém, decididamente, ao lado de todos para apoiar as iniciativas que respondam a esses desafios. Como?

De um lado, estimulando a reflexão e o diálogo entre todos os atores da sociedade, a fim de permitir a emergência e a elaboração de princípios e de normas de caráter universal, capazes de orientar a ação. A reunião de hoje é um excelente exemplo. As propostas que lhes serão submetidas para a formação de uma "Aliança Global para a Diversidade Cultural" ilustram muito bem o papel de facilitador que a UNESCO pode desempenhar no cenário internacional.

Por outro lado, desenvolvendo uma ação normativa e empenhando-se para sua aplicação. No campo educativo como no cultural, instrumentos existem há muito tempo, quer se trate do Acordo de Florença sobre a Importação de Bens Educativos, Científicos e Culturais (1950), da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação no campo do Ensino

(1960), das diversas convenções internacionais sobre o reconhecimento mútuo dos diplomas e estudos, da Convenção referente às Medidas a Serem Tomadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e a Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais (1970) ou da Convenção da UNIDROIT sobre os Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados (1995).

O próximo instrumento em elaboração na área do patrimônio imaterial deveria garantir – à semelhança do que já existe para o patrimônio material e que mostrou sua utilidade e extrema pertinência – a proteção das tradições orais, dos valores e relações simbólicas que são veiculados, na qualidade de matrizes da criatividade.

Concluo, agora, para respeitar a promessa de não me estender em demasia. Acompanharei, como bem podem imaginar, atentamente, os debates que, sem dúvida, serão profícuos.





*Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade**

Vossa Majestade,
Vossa Alteza,
Senhor Presidente,
Eminentes membros do Júri,
Senhoras e Senhores,

É para mim um enorme prazer encontrar-me entre os senhores, hoje, por ocasião da abertura dos trabalhos do júri que procederá à primeira Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Faço questão de saudar os eminentes membros desse primeiro júri que nos dão a honra de se associar a nossa iniciativa, bem como a todas as pessoas e organizações que se propuseram a participar desse empreendimento. Estou convencido de que estamos em um caminho muito importante que marcará um momento histórico de nossa Organização.

Gostaria de cumprimentar, em especial, o Presidente de júri, Senhor Juan Goytisolo, cujo papel pioneiro em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial – em particular a tradição oral marroquina que tão bem soube homenagear, em seus numerosos romances – destinava-o, naturalmente, ao desempenho dessa função.

É igualmente uma grande alegria saudar os nove membros do júri que já se haviam reunido em junho último, por ocasião da reunião extraordinária que convoquei, a qual nos permitiu avançar na concepção e organização do programa e na definição das modalidades do processo de candidatura, além de terem apoiado a idéia de avançar, paralelamente, na área da ação normativa.

* Discurso pronunciado por ocasião da abertura da Cerimônia de Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade em 11 de maio de 2001, Paris.



Considerarei, devido à importância e ao lugar que a Proclamação irá, indubitavelmente, ocupar nos próximos anos, que o número de membros do júri deveria ser aumentado a fim de dotá-lo da maior diversidade possível de especialistas e torná-lo o mais amplamente representativo do conjunto das regiões do mundo. O Conselho aprovou minha proposta e, por conseguinte, tenho o prazer de acolher, hoje, nove novos membros do júri, cuja experiência e vasto conhecimento enriquecerão esta primeira deliberação e lançarão luz aos debates, permitindo considerar as propostas em toda sua diversidade.

Senhoras e Senhores,

Esta cerimônia é o resultado do esforço e da reflexão pioneira empreendida pela UNESCO, há mais de 20 anos. É desnecessário lembrar que a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, significou um passo decisivo em matéria de sensibilização e proteção ao patrimônio cultural e natural. Tornou-se um dos carros-chefe da ação da UNESCO e não há quem não lhe reconheça a utilidade e extrema pertinência.

Quando presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, senti sobremaneira o desequilíbrio geográfico entre os sítios inscritos na Lista do Patrimônio. Tal desequilíbrio traduzia, de fato, a fraqueza do nosso dispositivo, que, voltado para a proteção do patrimônio material, negligenciava o patrimônio imaterial, deixando de lado, assim, numerosos elementos culturais fundamentais no mapa da diversidade cultural.

Desde que assumi a direção da Organização, verifiquei que essa questão havia ensejado muitos debates e reuniões, sem jamais, entretanto, chegar a ações concretas.

É nesse contexto que desejo colocar a questão do patrimônio imaterial, nossa primeira prioridade para os próximos anos e dedicar-lhe, cada vez mais, recursos materiais e humanos. As propostas que fiz nesse sentido à 160ª Sessão do Conselho Executivo, em outubro passado, foram, unanimemente, aplaudidas. Inscrevem-se no marco mais amplo dos compromissos da UNESCO em

favor da diversidade cultural na qual o patrimônio imaterial constitui, indubitavelmente, seu aspecto mais vulnerável.

É também nessa perspectiva, que ensejei desenvolver dois eixos paralelos no que se refere ao patrimônio imaterial, sendo um em curto prazo: a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade; o outro, uma frente de trabalho, a longo prazo: a preparação de um instrumento normativo sobre a matéria. Foi nesse contexto que se organizou, em Turim, graças ao apoio da Itália, em março último, uma reunião de especialistas. Essa reunião nos permitiu refinar o conceito mesmo de patrimônio imaterial: este engloba os processos de criação dos saberes e fazeres que todas as populações são depositárias e a criatividade que os conforma, os produtos que geram, bem como as fontes e espaços necessários para sua vitalidade e perenidade, o que inclui as línguas, artes do espetáculo, tradição oral, celebrações, rituais sociais, cosmogonias, sistemas de conhecimento, crenças e práticas ligadas à natureza. Essa reunião nos permitiu, também, avançar na elaboração do instrumento normativo, verificar sua pertinência, objetivos e princípios que lhes são subjacentes. Submeterei, em breve, por ocasião da próxima sessão do Conselho Executivo, documento de trabalho sobre esse assunto amplamente inspirado em estudo preliminar, por mim solicitado nos debates de Turin, assim como em documento a respeito da Proclamação que estamos prestes a celebrar.

Cada qual sabe que a elaboração de um instrumento normativo é tarefa de grande fôlego. Porém, há urgência. Por isso, a UNESCO quis, sem demora, sensibilizar todos os Estados-membros sobre a importância de salvaguardar o patrimônio imaterial. É nesse espírito que a UNESCO lançou o programa de Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, que se constitui, de algum modo na segunda vertente de nossa ação em favor do patrimônio imaterial, paralelamente ao instrumento normativo. Além da mobilização da cooperação e da solidariedade internacionais para empreender as ações de salvaguarda e de promoção, a experiência adquirida e as informações obtidas pelo projeto da Proclamação serão muito úteis para a elaboração do futuro instrumento normativo.



A cerimônia de hoje é resultado do longo processo de candidatura realizado em conjunto, pelos Estados-membros da UNESCO. O Secretariado recebeu mais de 60 pedidos e analisou, do ponto de vista administrativo, 36 dossiês de candidatura propostos pelos Estados. Esses dossiês apresentam uma descrição detalhada do bem cultural submetido à apreciação do júri, assim como um plano de ação para os próximos dez anos, com ênfase na revitalização do bem cultural em seu contexto original.

Trinta e dois dossiês foram, em seguida, encaminhados, à organizações não-governamentais especializadas, tais como o Conselho Internacional para a Música Tradicional (ICTM), a União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas (IUAES) e o Comitê Internacional Permanente de Lingüística (CIPL).

Apoiando-se nesse trabalho prévio, os membros do júri deverão apreciar o valor cultural, social, histórico e estético das candidaturas, as ameaças que sofrem e a qualidade dos planos de salvaguarda e de promoção propostos.

Como poderão constatar, a variedade das áreas apresentadas pelos Estados-membros é digna de nota: teatro, música tradicional, celebrações e rituais, tradições orais ou processos tradicionais de tomada de decisão jurídica.

Espero que a proclamação das obras-primas mereça ampla divulgação a fim de que um vasto público compartilhe a emoção que a riqueza das diferentes expressões culturais provoca.

Senhoras e Senhores,

A primeira Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade constitui importante etapa na mobilização coletiva em favor da preservação da diversidade cultural. É, também, um momento significativo para a UNESCO, única organização internacional a ter um mandato específico na área da cultura. Pretendo, aliás, para marcar esta primeira Proclamação e enfatizar sua importância, convidar alguns laureados a



apresentar, durante a Conferência Geral, em outubro próximo, a obra-prima proclamada.

Sem dúvida, o júri de eminentes especialistas saberá escolher, da forma mais criteriosa possível, ainda que, nessa área, tais escolhas sejam especialmente difíceis. São bem mais difíceis nessa primeira proclamação, pois as escolhas servirão de exemplo, de modelo para as futuras proclamações. Formulo, portanto, votos de sucesso nas deliberações dos próximos três dias.

Saibam que não pouparei esforços para assegurar financiamentos para a implementação de planos de ação de salvaguarda das obras selecionadas. Proclamarei, publicamente, sexta-feira à tarde, os resultados das deliberações.

Iniciaremos, também, em seguida a preparação da segunda proclamação que será realizada em dois anos. Estou convencido de que o aprendizado propiciado pelo conjunto do processo que nos levou a esta Proclamação será extremamente útil para avançar na segunda vertente de nossa ação: o projeto do instrumento normativo.

Antes de deixá-los trabalhar, permitam-me renovar minha gratidão ao Governo japonês que deu o impulso decisivo para o lançamento desse programa e que, ainda, continua a garantir-lhe generoso apoio.





*Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado**

Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que lhes dou as boas-vindas à Quinta Reunião dos Estados Membros da Convenção para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado, de 1954. Este encontro se realiza logo depois da Trigésima-Primeira Sessão da Conferência Geral da UNESCO que será lembrada como um evento marcante no que concerne à proteção da herança cultural. Ao tomar a importante providência de adotar a Convenção Internacional para a Proteção da Herança Cultural Submarina, a Conferência Geral completou o quadro legal internacional relacionado à proteção do patrimônio cultural tangível.

A Conferência Geral abriu, também, um novo e relevante caminho de padronização em relação à proteção do patrimônio cultural intangível. Tenho a satisfação de informar que fui autorizado a iniciar os trabalhos preparatórios de uma convenção internacional relativa à proteção do patrimônio cultural intangível, a ser elaborada nos anos vindouros.

Entrementes, é cada vez mais evidente que precisamos fortalecer e ampliar nossa capacidade de prevenir e proteger, elaborando um sistema de sanções contra os que destroem e danificam, deliberadamente, nosso patrimônio cultural. Naturalmente, a Convenção de Haia já proporciona um bom exemplo de como essas sanções podem funcionar. A necessidade dessa Convenção não tem diminuído com a passagem do tempo: seja inter ou intra-estatal, o conflito armado cada vez mais inclui ataques ao patrimônio cultural. É triste constatar que algumas pessoas não atribuem importância à proteção e conservação da propriedade cultural em meio a conflitos violentos. Com efeito,

* Discurso pronunciado pelo por ocasião da 5ª Reunião dos Estados Membros da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado em 5 de novembro de 2001, Paris.



para essas pessoas, o patrimônio cultural do inimigo é um alvo legítimo.

No entanto, as sanções disponíveis, nos termos da Convenção da Haia, estão limitadas às circunstâncias do conflito armado ou da ocupação. Surge, agora, contudo, um evento novo e preocupante no mundo que é a tentativa de destruir parte da identidade de um povo destruindo seu patrimônio cultural. A demolição das estátuas de Bamiyan, no Afeganistão, não foi provocada por um conflito mas sim pela ação de um poder ocupante. À luz desses tipos chocantes de destruição deliberada, a Conferência Geral me convidou a preparar um Projeto de Declaração contra a Destruição Intencional do Patrimônio Cultural. É imperativo reagir rápida e efetivamente a essas novas ameaças que põem em risco a herança cultural de determinados povos e também a herança comum da humanidade. Torna-se necessário um novo sistema de prevenção para responder a essas novas realidades.

Senhoras e Senhores,

Volto-me agora para a agenda principal desta reunião dos Estados Membros da Convenção, que tem três objetivos principais. O primeiro é avaliar a implementação da Convenção e dos seus dois Protocolos, desde a última reunião deste tipo, realizada em novembro de 1999; o segundo é identificar os problemas surgidos nessa implementação; o terceiro, buscar novas soluções. Claramente, é uma agenda séria, com conseqüências abrangentes.

Com satisfação registro o fato de que o número de Estados que são Partes da Convenção de Haia totaliza, agora, cento e um, representando todos os grupos geográficos da UNESCO. Gostaria que mais Estados acedessem à Convenção para fortalecer ainda mais o seu caráter universal.

Contudo, a rigidez da Convenção não pode ser medida, exclusivamente, pelo número de países signatários. Portanto, em suas discussões, há vários problemas que precisarão ser levantados. A convenção estará sendo implementada, igualmente, por todos os Estados participantes? Estará sendo implementada por todos eles, de forma consistente? Todos os Estados



Membros terão tomado as medidas necessárias para garantir a salvaguarda da propriedade cultural e o respeito por ela? Esses Estados adotaram todas as medidas necessárias, administrativas, legais, militares e técnicas para que a Convenção seja operacionalizada dentro do seu território? Os mesmos temas precisam ser levantados com respeito aos Protocolos de 1954 e de 1999. Estou certo de que estes são os tipos de questões que serão consideradas durante as suas deliberações.

Nossa reunião é a segunda desde que o Segundo Protocolo foi adotado pela Conferência Diplomática de Haia, em março de 1999. Como sabem, este novo instrumento ainda não entrou em vigor. No entanto, há agora nove Estados que são parte do Segundo Protocolo, o que é um sinal encorajador. No entanto, onze mais aceitações, acessões, aprovações ou ratificações são necessárias para tornar o novo instrumento operativo e permitir o estabelecimento do Comitê para a Proteção da Propriedade Cultural no Caso de Conflito Armado.

Assim, aproveito esta oportunidade para conclamar os países que ainda não são parte do Segundo Protocolo a que agilizem os passos necessários para esse fim. Desejo também lembrar-lhes que uma série de medidas previstas pelo Segundo Protocolo são não só necessárias, nos casos de conflito armado, como ajudarão, também, nos casos de desastre natural e na luta contra o roubo de obras de arte.

Gostaria de salientar uma consideração crucial: a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil na implementação da Convenção. Este assunto emergiu com grande clareza em um importante encontro realizado em Bregenz, em setembro, promovido pela Sociedade Austríaca para a Proteção da Propriedade Cultural, dentro do quadro do Programa Sociedade para a Paz da OTAN. O encontro mostrou a importância de uma colaboração estreita entre os militares e a sociedade civil para melhor proteger a propriedade cultural.



Senhoras e Senhores,

Ao mesmo tempo em que rejeitamos categoricamente a idéia de um inevitável "choque de civilizações", precisamos também reconhecer, realisticamente, que os ataques contra o patrimônio cultural dos inimigos se tornaram um instrumento de guerra. Neste ponto, volto a salientar a importância das sanções contra os que destroem o patrimônio cultural. Precisamos reconhecer que esses ataques não decorrem simplesmente do "calor do momento", mas são calculados, premeditados, deliberados. Com efeito, são parte de uma estratégia de hostilidade, especialmente nos conflitos inter-étnicos. Precisamos enfrentar essas duras realidades. Ao fazê-lo, não podemos cansar nem duvidar da importância do nosso trabalho, ou permitir que frustrações e desapontamentos embarguem os nossos passos. Posso assegurar-lhes que a UNESCO permanece firme na sua determinação de fazer tudo o que pode para proteger o patrimônio cultural do mundo, em toda a sua rica diversidade.

Não pouparei esforços no meu empenho de proteger e preservar o patrimônio cultural do mundo. No seu trabalho, a UNESCO depende do apoio dos governos e de uma variedade de sócios. Gostaria de usar esta oportunidade para agradecer a todos eles a assistência e o estímulo recebidos nos nossos esforços para divulgar mais amplamente a Convenção e os seus dois Protocolos, para torná-los mais respeitados e a sua implementação mais completa. Tenham a certeza de que o seu trabalho dentro desta Quinta Reunião dos Estados Membros da Convenção é vitalmente importante para prosseguirmos na luta pela proteção da propriedade cultural, quando quer e onde quer que ocorram conflitos armados.

*Indústrias Culturais e Novas Tecnologias da Informação**

Senhor Secretário-Geral,
Excelentíssimos Senhores,
Senhoras e Senhores,

É para mim uma honra especial abrir, juntamente com o Senhor Secretário-Geral, esta Conferência Internacional que me dá a oportunidade de visitar o Conselho da Europa, pela primeira vez, após minha eleição para o cargo de Diretor-Geral da UNESCO.

Gostaria que interpretassem minha presença, em resposta ao amável convite que me foi feito, como sinal da importância que atribuo à cooperação entre nossas instituições, cooperação ao mesmo tempo antiga, regular e fecunda. A multiplicação recente de nossas iniciativas conjuntas, evidenciando, claramente, nossa vontade comum de compartilhar e de enriquecer, mutuamente, abordagens e pontos de vista, é, para mim, fonte de grande satisfação.

O objeto da reunião de hoje ilustra muito bem isso. Como sabem, a UNESCO foi criada com o objetivo "de atingir gradualmente" – e cito nosso próprio Ato Constitutivo – "por intermédio da cooperação entre as nações do mundo nas áreas da educação, da ciência e da cultura, a paz internacional e a prosperidade comum da humanidade".

Se nos concentramos hoje na área cultural, e mais precisamente nas indústrias culturais, qual pode ser o sentido, no raiar do século XXI, da injunção à "cooperação entre as nações do mundo" para um futuro de paz e prosperidade?

* Discurso pronunciado por ocasião da abertura da Conferência Internacional sobre as Indústrias Culturais e Novas Tecnologias da Informação no Conselho da Europa, em 19 de novembro de 2001, Estrasburgo.



Creio que a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que a Conferência Geral da UNESCO acaba de adotar por aclamação, há alguns dias, constitui, em grande parte, resposta a essa questão, da mesma maneira que a Declaração do Conselho da Europa, adotada por seu Comitê de Ministros, a 7 de dezembro de 2000. Quero, aliás, expressar minha imensa satisfação que o Conselho da Europa tenha, de certa forma, impulsionado, em um primeiro texto de referência, amplamente orientado para a evolução das políticas culturais de seus Estados-membros e associados, uma tomada de consciência comum sobre uma questão que me parece de fundamental importância, no contexto mundial atual. Esse texto foi, de fato, fundamental para o trabalho empreendido pela UNESCO.

Com a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, a comunidade internacional, em seu conjunto, adquiriu um instrumento normativo de grande envergadura para afirmar a importância que atribui à diversidade cultural, enfatizando, com toda razão, o fato de ser esta diversidade intrínseca à própria humanidade. Qualificada como "patrimônio comum da humanidade", ela é considerada, também, tão necessária para o gênero humano quanto a biodiversidade para a natureza. Compreende-se, então, porque se afirma que o respeito à diversidade cultural, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e compreensão mútuas, são as melhores garantias para a paz e a segurança internacionais.

Ao levar em consideração os novos desafios do processo de globalização, a Declaração insiste sobre a noção de direitos culturais, os quais se deve aplicar tanto entre Estados quanto no interior dos próprios Estados, bem como no caráter dinâmico de cada cultura a qual se referencia em suas próprias tradições, mas que desabrocha ao contato com as demais. Esta é a importância fundamental do diálogo entre culturas e civilizações, como bem o lembrou o Senhor Secretário-Geral.

É revelador que numerosos países tenham insistido em sublinhar que essa Declaração constitui, para eles, um marco de referência ético-universal, cujos princípios devem inspirar e passar o conjunto das políticas nacionais



e internacionais, em uma conjuntura que torna mais urgente do que nunca afirmar a igual dignidade de todas as culturas.

Ao afirmar a necessidade de dar assistência aos países em desenvolvimento, ou em transição, na promoção de sua cultura e na implantação de indústrias culturais viáveis e competitivas, nos planos nacional e internacional, é também a noção de solidariedade que os Estados desejaram claramente expressar e que, de alguma forma, é um apelo à cooperação internacional crescente para a implantação concreta dos princípios prescritos na Declaração. Creio que tanto a UNESCO quanto o Conselho da Europa podem fornecer uma contribuição fundamental a esse respeito.

O artigo 8 da Declaração estipula – e creio que aí tocamos no âmago do objeto do nosso encontro de hoje – que "diante das mutações econômicas e tecnológicas atuais que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se atribuir atenção particular à diversidade da oferta criadora, à correta consideração dos direitos dos autores e artistas, assim como à especificidade dos bens e serviços culturais que, por serem portadores de identidade, de valores e de sentidos, não devem ser considerados como mercadoria ou bens de consumo como os demais". Cada Estado é, portanto, convidado –em respeito a suas obrigações internacionais – a definir sua política cultural e a implantá-la pelos meios que considerar mais bem adaptados a sua realidade.

A UNESCO, ao lançar o projeto experimental denominado Aliança Global para a Diversidade Cultural, desejou marcar um avanço nesse sentido, o qual me parece muito promissor. A Aliança Global visa promover a diversidade cultural, ao incentivar, em especial, o estímulo às pequenas e médias empresas culturais, nos países em desenvolvimento ou em transição. Trata-se de favorecer não apenas as indústrias culturais associadas diretamente a modos tradicionais de produção, como o artesanato e, em grande parte, o livro, mas também as indústrias ditas modernas como o cinema, as editoras, as gravações musicais e produções multimídia, fundamentadas em suportes eletrônicos e que devem se beneficiar, mais ainda, com as tecnologias avançadas. Ao permitir, assim, o surgimento de indústrias culturais concebidas e desenvolvidas nesses países,



busca-se não apenas o desenvolvimento de um mercado local, acrescido dos benefícios econômicos que se pode esperar, mas também a participação efetiva desses países no mercado mundial que, ao mesmo tempo, será enriquecido por grande quantidade de expressões culturais.

A Aliança Global apresenta numerosos traços originais.

Reveste-se de um caráter bastante inovador em termos de parceria, pois associa autoridades públicas, setor privado e sociedade civil de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável.

Contudo, provavelmente, sua maior originalidade é que a Aliança foi concebida para que os benefícios dessa cooperação multilateral sejam compartilhados pelos diversos parceiros, diferenciando-se, dessa forma, dos esquemas tradicionais "de mão única" de ajuda ao desenvolvimento.

Meus colegas da UNESCO que participarão das diversas oficinas e mesas redondas terão a oportunidade de apresentar-lhes, detalhadamente, essa iniciativa. O que desejo enfatizar é que a Aliança Global, se conseguir atrair – o que espero sinceramente – numerosos parceiros, responderá simultaneamente e com eficácia à exigência de um mercado mais equilibrado, em termos de diversidade cultural, à maior equidade em termos de desenvolvimento e à melhor aplicação dos princípios do direito autoral e da propriedade intelectual.

O papel da UNESCO será múltiplo. Por um lado, será de facilitar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, assim como entre os diversos parceiros. De outro, se será empreender ações de sensibilização e de diagnóstico in loco, a pedido dos Estados que assim o desejarem. Por fim, será em relação ao combate à pirataria que a UNESCO, provavelmente, desempenhará seu papel principal: continuará a ajudar os governos que assim o quiserem a adotar e a harmonizar as legislações sobre direitos autorais, mas também a implantar medidas de prevenção à pirataria, voltadas precisamente para o desenvolvimento das capacidades locais. Será enfatizado, por exemplo, o reforço à formação dos agentes



diretamente envolvidos, tais como membros do judiciário, fiscais alfandegários e policiais.

Senhor Secretário-Geral,
Senhoras e Senhores,

A saber se as novas tecnologias da informação e da comunicação podem servir à diversidade cultural, creio que foi possível compreender que respondi que sim, mas...

Sim, mas com a condição de que essas tecnologias estejam acessíveis ao conjunto das regiões do mundo, o que ainda está longe de ser o caso.

Sim, mas com a condição de que esse acesso não esteja restrito ao recebimento de conteúdos relativamente homogêneos, produzidos alhures, mas que expresse a produção multipolar, rica de conteúdos variados, modelada pelos contextos culturais e lingüísticos nos quais foram concebidos.

Doravante, o potencial extraordinário das tecnologias da informação não escapa mais a ninguém e são consideradas pela UNESCO como instrumento principal a ser explorado em numerosas áreas. Na educação, ampliam, consideravelmente, as possibilidades de acesso ao saber e, juntamente com sistemas educacionais tradicionais e formais, podem abrir novos caminhos para responder às diferentes necessidades de aprendizado das sociedades e das pessoas. Na área das ciências, oferecem oportunidades novas e variadas de acesso, de compartilhamento e divulgação da informação e da pesquisa, em grande escala e de modo interativo. São, igualmente, portadoras de imensas possibilidades, como acabo de dizer, para a promoção da diversidade cultural e lingüística, estimulando o verdadeiro diálogo intercultural e trocas inéditas entre diversas expressões artísticas, em particular por meio das indústrias culturais. Suscitam, também, o aparecimento de novos modos de criação e novos públicos.

Se hoje atingem apenas pequena porção da população mundial, são levadas a tornar-se a mola mestra na construção das novas sociedades do saber



em emergência e determinarão novos modelos de crescimento e de criação de riquezas. Devemos, portanto, para progredir para um mundo mais equitativo e para sociedades mais participativas e solidárias, explorar essa nova situação tecnológica e trabalhar para que o abismo entre ricos e pobres não seja agravado por abismos entre os que têm acesso à informação e tecnologias, bem como os culturalmente presentes ou culturalmente ausentes.

É um imperativo ético que compartilhamos, disto estou convencido. Resta-nos encontrar os meios de alcançá-lo no interesse, bem entendido, de todos.

No momento em que se delineiam os contornos de um sistema genuinamente global, aquém e além das relações entre Estados, faz-se sentir a necessidade da definição de novas regras do jogo, do estabelecimento de normas e princípios de regulamentação ou simplesmente de funcionamento que possam ser aceitos por todos, fundamentados em valores reconhecidos e partilhados por todos.

Aproveitemos esta oportunidade para reafirmar nosso compromisso em prol da cooperação multilateral que é, certamente, o único marco para apreender e tratar os problemas aos quais nosso mundo está hoje confrontado.

Hoje, a paz, a segurança e a prosperidade internacionais podem, de fato, resultar apenas da vontade coletiva, concertada e organizada em escala mundial. E, provavelmente, é este o sentido que é preciso dar à outorga do Prêmio Nobel da Paz, em conjunto às Nações Unidas e a seu Secretariado-Geral, "pelo trabalho em prol de um mundo mais bem organizado e pacífico".



Patrimônio Cultural Imaterial:

*o papel da UNESCO e as áreas de ação prioritárias**

Excelentíssima Senhora
Dona Ruth Cardoso,
Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura,
Excelentíssimos Senhores,
Senhoras e Senhores,

Estou particularmente feliz de, juntamente com os senhores, abrir esta reunião, que marca uma etapa decisiva no trabalho empreendido pela UNESCO em prol do patrimônio cultural imaterial.

Quero inicialmente exprimir minha sincera gratidão ao governo brasileiro bem como às autoridades estaduais e locais pela generosa acolhida. A hospitalidade oferecida aqui no Rio não é fortuita: o Brasil é um país onde o reconhecimento da miscigenação e da diversidade de patrimônios culturais desempenhou papel fundamental na construção da identidade nacional e testemunha a importância que o país atribui à diversidade cultural.

Como é sabido, um texto base foi recentemente adotado por unanimidade e aclamado pela Assembléia Geral da UNESCO: refiro-me à Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

Pela primeira vez, a comunidade internacional dotou-se de um instrumento normativo de grande envergadura para afirmar seu apego à diversidade cultural. Numerosos países quiseram enfatizar que essa Declaração constitui um marco de referência ética universal cujos princípios devem inspirar e per-

* Discurso pronunciado por ocasião da Reunião Internacional sobre Patrimônio Cultural Imaterial: o papel da UNESCO e as áreas de ação prioritárias em 22 de janeiro de 2002, Rio de Janeiro, Brasil.



meiar o conjunto das políticas nacionais e internacionais em uma conjuntura que torna mais urgente que nunca afirmar que todas as culturas são igualmente dignas.

Para mim é fonte de grande satisfação ter chegado, por meio de paciente trabalho de concertação e de consulta, a esse texto que, estou certo, marca uma etapa. Porém, esse texto é muito mais do que uma simples Declaração. É uma incitação para cada um à ação urgente e determinada para preservar, divulgar e valorizar os tesouros do patrimônio cultural da humanidade.

A Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, subscrita até hoje por 167 Estados, marcou uma etapa decisiva para a sensibilização e a proteção do patrimônio, cujo papel é crucial para nutrir nosso conhecimento sobre as diversas culturas. Essa Convenção tornou-se um dos carros-chefe da ação da UNESCO e todos reconhecem sua utilidade e extrema pertinência. Com a adoção, durante a última sessão da Conferência Geral, da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático doravante o conjunto do patrimônio material encontra-se protegido.

Porém, mesmo tratando-se de elemento fundamental no mapa da diversidade cultural, o patrimônio imaterial foi até então bastante negligenciado provavelmente devido à sua natureza móvel e à dificuldade de apreendê-lo totalmente. De certa forma permaneceu como o "parente pobre" de nossa ação. Foi preciso esperar 1989 para que Conferência Geral adotasse uma Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular, hoje o único texto jurídico internacional sobre a matéria.

Convinha, portanto, remediar esse desequilíbrio, abandonando a visão exclusivamente monumentalista que até então havia acompanhado a noção de patrimônio cultural. O caráter por vezes efêmero do patrimônio imaterial e sua vulnerabilidade extrema pediam de nossa parte, com urgência, uma ação em prol de sua valorização, salvaguarda e mesmo de sua revitalização.

É este sentido que é preciso atribuir à primeira Proclamação das 19 Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade em maio de 2001, que permitiu empreender um primeiro processo de reconhecimento oficial de manifestações culturais de valor excepcional, sensibilizando, ao mesmo tempo, governos e grupos envolvidos pelo valor e importância desse patrimônio para sua transmissão e divulgação.

Cerca de 100 dossiês de candidaturas estão sendo aguardados para a segunda Proclamação, que será realizada em maio de 2003. É quase o dobro apresentado na primeira Proclamação o que demonstra claramente o interesse dos Estados-membros. O impacto local desse reconhecimento, como podem julgar pelos documentos sobre esse assunto que lhes foram distribuídos, é, aliás, surpreendente.

Por conseguinte, o princípio de um instrumento normativo adaptado ao patrimônio imaterial, que acaba de ser endossado pela Conferência Geral, e que nos reúne hoje, marca uma nova etapa importante.





*Comunicação,
Informação e
Informática*



O Papel das Tecnologias de Informação e Comunicação no Contexto de uma Economia Global Baseada no Conhecimento

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Meus agradecimentos, Senhor Presidente, por permitir-nos debater o tema crucial da tecnologia da informação e o desenvolvimento. O ECOSOC está respondendo à altura o desafio representado por novas situações, novas perspectivas, novas necessidades e preocupações geradas pela revolução da informação global. O relatório apresentado a esta Sessão do ECOSOC pelo Secretário-Geral, Senhor Kofi Annan, e o seu Relatório do Milênio, nos proporcionam uma base muito sólida para trabalharmos em conjunto nesse campo. Os desafios prementes identificados pelo Secretário-Geral no Relatório do Milênio e todas as novas iniciativas, metas e recomendações que propôs, podem beneficiar-se com o emprego da tecnologia da informação para o desenvolvimento. Seu relatório ao ECOSOC mostra como muitos caminhos abertos para a nossa ação podem beneficiar-se com o papel altamente complementar de diferentes membros da família das Nações Unidas.

Uma das missões fundamentais da UNESCO é promover o "livre intercâmbio de idéias e conhecimentos", assim como "manter, ampliar e difundir o conhecimento". Ao criar a Organização, seus Estados Membros "determinaram" – para usar as palavras da sua Constituição – "desenvolver e ampliar os meios de comunicação entre os seus povos". Mais de cinquenta anos depois, a emergência de uma economia global baseada no conhecimento, no uso das tecnologias da informação e comunicação, inimaginável meio século atrás, torna a missão fundamental da UNESCO mais relevante do que nunca.

* Discurso pronunciado no plenário do ECOSOC em 6 de julho de 2000, Nova York.



No entanto, as extraordinárias possibilidades técnicas da tecnologia da informação e comunicação não substituem a decisão política dos fundadores da UNESCO de ampliar os meios de comunicação entre os povos. Tem-se observado, muitas vezes, que o computador não é uma solução, mas apenas uma tecnologia. Em outras palavras, ao formular políticas públicas na área das tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento, precisamos manter sempre em mente certos princípios fundamentais. A liberdade de expressão, o direito à educação e o acesso à informação são acentuados na Declaração Universal dos Direitos Humanos como as pedras fundamentais da participação efetiva do cidadãos na sociedade civil. Hoje, as tecnologias da informação e comunicação abrem possibilidades antes inexistentes para implementar esses direitos fundamentais.

No entanto, ao avaliar o potencial dessas tecnologias precisamos também responder à pergunta: para que servem elas – para que serve a economia do conhecimento? Se estamos de acordo em que a economia não é um fim em si mesma, mas um meio para a existência e, se possível, para a prosperidade de uma sociedade e dos seus membros, temos que chegar à conclusão de que o nosso objetivo, no que respeita à economia do conhecimento, deve ser a construção de uma "sociedade do conhecimento", baseada no conhecimento compartilhado.

As tecnologias da informação e comunicação podem habilitar os indivíduos e oferecer-lhes um meio de alcançar a soberania pessoal. É o que podem fazer se as políticas públicas estimularem, ativamente, a sua utilização nesse sentido. Estamos todos seriamente preocupados com os riscos do chamado "divisor digital". Concordamos todos com a necessidade de utilizar essas tecnologias na luta contra a pobreza e a exclusão. Se não o superarmos, o divisor poderia deixar-nos com uma "economia do conhecimento" cuja geografia consistisse, em última análise, em pequenas ilhas de extraordinária riqueza perdidas em um abismo oceânico de carências. Não se trata apenas de uma questão técnica. Não podemos incorrer no mesmo erro cometido no passado em relação ao desenvolvimento. É preciso integrar, plenamente, nossa abordagem das tecnologias da informação e comunicação às dimensões sociais, culturais e técnicas do desenvolvimento humano sustentável.



Será necessário recorrer a todas as forças combinadas da cooperação internacional para superar o "divisor digital". Em conjunto, as Nações Unidas têm um papel crucial a desempenhar para construir um quadro orientado no sentido da governança global da Sociedade da Informação. Dentro da comunidade das organizações internacionais, a UNESCO não pode propor-se a construir a infra-estrutura ou a fornecer equipamentos, mas pode oferecer uma contribuição igualmente essencial a nossa parceria nesse empreendimento: as tecnologias da informação e comunicação de nada valem se não houver usuários habilitados. A UNESCO apresenta a vantagem única de ter como seus sócios naturais as próprias comunidades profissionais que produzem, disseminam, compilam e conservam a informação e o conhecimento.

Em todos os países, dos mais industrializados aos mais endividados, os professores, cientistas, jornalistas, acadêmicos, pesquisadores e artistas, juntamente com a comunidade empresarial, são os primeiros a usar o E-Mail e a INTERNET. Nos campos de competência da UNESCO – educação, ciência, cultura e comunicação – já estamos reunindo um rico acervo de experiências nos modos de vincular e acessar em rede, eletronicamente, essas comunidades profissionais, para aplicar os nossos programas. Elas são, em si mesmas, mais do que grupos-alvo, são intermediários vitais entre todos os outros segmentos da sociedade.

A UNESCO se empenha em utilizar seus sócios, seus vínculos e redes, junto a seus parceiros profissionais, para chegar até aqueles que não podem ser alcançados diretamente pelas tecnologias da informação e comunicação, em especial os que estão sob maior risco de serem inteiramente excluídos da revolução do conhecimento: as populações rurais, os pobres urbanos, os analfabetos e os marginalizados. Os primeiros a se colocar on-line em um país em desenvolvimento podem atuar como canais de retransmissão, fornecendo informação e habilitando o trânsito do conhecimento nos dois sentidos: off-line e on-line. Porque não se trata de uma via de mão única: tanto em termos de contato como de conteúdo, no cyberspace precisamos garantir que o mundo on-line abrigue todas as culturas e todas as línguas. Essa função de retransmissão nos dois sentidos, on-line e off-line, entre o conhecimento humano e



a sua expressão é o passo inicial e mais urgente na luta contra o "divisor digital" e deve prosseguir mesmo quando o "acesso para todos" se tornar uma realidade para um número crescente de comunidades.

No relatório submetido a esta reunião histórica, o Secretário-Geral recomenda muitas áreas em que a UNESCO está bem colocada para contribuir no sentido de alcançarmos a meta do "acesso para todos". Registrei em particular:

- * O enfoque no desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem;
- * A promoção do conhecimento como um bem público global;
- * O estímulo à diversidade cultural e lingüística e ao conteúdo local no cyberspace e, ainda;
- * O diálogo sobre a info-ética.

Na área da educação, a UNESCO trabalhará em conjunto com o Sistema das Nações Unidas para utilizar o potencial da INTERNET de modo a aumentar a participação dos estudantes e o fornecimento de recursos educacionais. Minha Organização tem um importante papel consultivo a desempenhar em relação aos Estados Membros na definição e implementação das políticas públicas sobre educação e as tecnologias da informação e comunicação, em todos os níveis de aprendizagem: primário, secundário e universitário. Igualmente importante é o nosso papel na promoção do uso dessas tecnologias na educação informal e no aprendizado ao longo de toda a vida. Um esforço significativo nessas duas áreas da educação é essencial para que a nova sociedade da informação seja uma sociedade do conhecimento inclusiva.

Não se trata, apenas, de proporcionar educação na nova sociedade do conhecimento, mas também para essa nova sociedade. A sociedade rápida e conectada a que estamos chegando exige uma nova ênfase na capacitação necessária para adaptar-se e responder às mudanças, para tratar com fluxos de informação ágeis e crescentes. Ao lado da alfabetização e do conhecimento dos números, todos os indivíduos precisarão estar habilitados a resolver problemas, a praticar a análise e a avaliação. Estes serão os novos "fundamentos", essenciais para lidar com a taxa acelerada de acumulação do conhecimento. Trata-se, por-



tanto, de proporcionar uma educação que habilite as pessoas a adaptar-se à sociedade do conhecimento.

Para isso, os países em desenvolvimento e suas comunidades educacionais precisam ter amplo acesso às tecnologias da informação e comunicação de conteúdo educativo e aplicadas à educação, produzidas com fundos públicos. A comunidade internacional e, em particular, o Sistema das Nações Unidas, devem esforçar-se para promover o compartilhar da experiência educacional e do conteúdo dos cursos e, em particular, devem tornar amplamente disponíveis os materiais educativos de domínio público. Uma possível abordagem consistiria em associar todas as fontes relevantes em um Portal Mundial de Educação que a UNESCO se propõe a iniciar, em colaboração com os parceiros interessados nos âmbitos internacional e nacional. Esse Portal seria um centro de referência reconhecido na rede mundial.

As pessoas precisarão dispor de uma maior variedade de caminhos para obter uma educação contínua nas várias etapas das sua carreira. Neste ponto reside a maior força da INTERNET para facilitar a educação on-line. O investimento na educação deveria não apenas ser ampliado mas também incluir recursos para facilidades e oportunidades na educação ao longo de toda a vida, juntamente com o nível necessário de apoio dado pelas tecnologias da informação e comunicação. Neste sentido, ajudaria muito a aplicação de taxas concessionárias para o acesso à INTERNET pelas escolas, instituições acadêmicas e bibliotecas públicas. Esses esquemas, chamados às vezes de "e-rates", têm sido promovidos com sucesso em vários países, notadamente nos Estados Unidos da América.

O recente Fórum Mundial de Educação, reunido em Dacar, no Senegal, adotou um Marco para a Ação que promete uma nova e importante abertura, tanto em termos de quantidade como de qualidade da educação. Posso garantir-lhes que o papel de liderança da UNESCO na implementação das medidas adotadas em Dacar, com base na coordenação, no fortalecimento e na ampliação das parcerias do programa Educação para Todos, tornará fundamental o acesso de todos às tecnologias da informação e comunicação nos seus esforços no campo da educação.



De um modo mais geral, na sua abordagem às tecnologias da informação e comunicação, a UNESCO estimula as políticas públicas nacionais a promover a informação de domínio público e a garantir o fornecimento de informação e de aplicações para melhorar a educação, a saúde, o ambiente e a governança da sociedade. A disponibilidade do domínio público e de outras informações herdadas são um elemento indispensável para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, para todos. Uma estratégia importante para o desenvolvimento dos recursos do conhecimento é o aumento do volume da informação de domínio público disponível na INTERNET. Com este objetivo, os governos e os institutos financiados com verbas governamentais, como as universidades, deveriam ser equipados e fortemente estimulados a tornar disponíveis as suas informações de domínio público.

Uma abordagem prática ao trabalho no sentido de manter o necessário equilíbrio entre as prioridades consiste em estimular atividades piloto envolvendo o governo, a sociedade civil, as organizações não governamentais, universidades, escolas e o setor privado para que colaborem no fornecimento de acesso universal ao conhecimento. Nesta área, a UNESCO deu início a um certo número de atividades piloto de aprendizagem, tais como a criação de Centros de Informação Comunitária de objetivo múltiplo, incluindo rádios comunitárias ligados à INTERNET.

Outras preocupações fundamentais da UNESCO são as questões relativas à diversidade cultural e lingüística, à liberdade de expressão na INTERNET e às ameaças à privacidade. Nesse contexto, o novo programa Informação para Todos, que a nossa Organização levará adiante a partir do próximo mês de janeiro, proporcionará uma plataforma para a colaboração e as parcerias internacionais relativas ao acesso à informação e suas conseqüências éticas, legais e sociais no uso das tecnologias da informação e comunicação. A UNESCO já está abordando esses temas por meio do seu Programa de Info-Ética, cujas atividades têm por objetivo reafirmar a importância do acesso universal à informação de domínio público e definir os meios para que ela possa ser atingida e mantida na infra-estrutura global de informação. O objetivo é estimular a cooperação internacional na promoção dos princípios da igualdade,

justiça e respeito mútuo na Sociedade da Informação que está emergindo, assim como identificar e estimular o debate sobre os principais temas éticos na produção, acesso, disseminação, preservação e uso da informação no ambiente eletrônico.

Com base na sua experiência de defesa da liberdade de expressão e da democracia nos meios tradicionais, a UNESCO está agora empenhada, ativamente, na defesa desses princípios no cyberspace – não isoladamente, mas como uma parceira na campanha desenvolvida pelo sistema global das Nações Unidas para superar o "divisor digital" e para criar uma sociedade do conhecimento, aberta e inclusiva.







*Iniciativa do Divisor Digital Global**

Senhoras e Senhores,

É com prazer que a UNESCO participa deste evento que focaliza um dos principais desafios da nossa época: a superação do divisor digital.

A Dot Force é um exercício de grande importância, iniciado pelos países industrializados mais ricos e poderosos (G-8) e, na verdade, para a UNESCO esta participação é importante. Por quê razão?

Se a preocupação principal da comunidade mundial é superar o divisor digital para instituir sociedades do conhecimento, este é precisamente o objetivo da UNESCO. Uma das nossas missões fundamentais é promover o livre intercâmbio de idéias e de conhecimento; manter, aumentar e disseminar o conhecimento. Para usar a linguagem de Davos, o conhecimento é o nosso "negócio". Não construímos infra-estrutura nem fornecemos equipamentos, mas o nosso foco se concentra nos usuários e na interface com o homem, mediante o trabalho que executamos no campo da educação, das ciências, da cultura e da comunicação.

Para que as sociedades do conhecimento possam algum dia criar raízes, como é devido, e ter uma aceitação global, precisamos mirar além do apelo da técnica e do engenho das tecnologias de informação e comunicação para focalizar as dimensões humanas do divisor digital: a diversidade cultural e lingüística do seu conteúdo, a habilitação da sociedade civil, a privacidade e os temas éticos, assim como o acesso, especialmente com a salvaguarda do domínio público.

* Discurso pronunciado por ocasião da Sessão sobre a Iniciativa do Divisor Digital Global na Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial em 29 de janeiro de 2001, Davos, Suíça.



Não haverá informação para todos sem educação para todos, meta que tem a prioridade máxima. Tanto para o setor público como para o setor privado. A comunidade empresarial está cada vez mais preocupada com o futuro dos sistemas educacionais. A agenda do programa Educação para Todos, adotada no ano passado em Dacar, tem como meta combater a pobreza e garantir o desenvolvimento e o crescimento mediante a expansão das realizações e da qualidade da educação. Neste campo, a UNESCO é a agência líder no Sistema das Nações Unidas. Estamos determinados a utilizar, plenamente, as tecnologias da informação e comunicação para traduzir as metas políticas elevadas em progresso prático e tangível, no nível pragmático.

A UNESCO tem demonstrado, repetidamente, o seu valor como um fórum neutro e respeitado, com vantagens comparativas significativas, além dos temas substantivos que acabo de mencionar:

- * possui acesso direto aos governos;
- * mantém laços antigos e confiáveis com associações profissionais e organizações da sociedade civil, inclusive organizações influentes da mídia;
- * conta, igualmente, com um relacionamento florescente com o setor privado.

Nesta era de globalização, esses são importantes pontos de entrada para iniciar o novo e necessário diálogo sobre a política global, envolvendo todos os atores em cena.

Por isso, tomei a iniciativa de sugerir um novo fórum internacional – a Aliança Global para a Diversidade Cultural. Essa aliança deveria unir todos os atores, do Norte e do Sul, e encetar ações concretas de apoio aos países em desenvolvimento no que diz respeito à regulamentação dos direitos de autor para o desenvolvimento das indústrias culturais da Era da Informação.

Essa não é a única iniciativa desde a nossa experiência de associação com professores, cientistas, artistas, bibliotecários, arquivistas, profissionais dos meios de comunicação e seus respectivos grupos e associações, assim como com o setor privado. E, nossos amplos campos de competência são, em conjunto, um capital único dentro do Sistema das Nações Unidas.

Por exemplo: já se encontra em atividade um grupo consultivo informal, composto pelas principais organizações profissionais nos nossos diferentes campos. Por meio da UNESCO, esse grupo poderia transformar-se em um sócio importante no diálogo global e nos seus esforços para superar o divisor digital.

Concluindo, o que nos interessa são as pessoas. Milhões de pessoas têm sua vida muito distanciada do que vemos a nossa volta neste lugar. Na semana passada, na aldeia remota de Kothmale, em Sri Lanka, a UNESCO reuniu representantes tradicionais de países em desenvolvimento para partilhar sua experiência e suas visões, na busca de novas formas de combinar técnicas populares com as novas tecnologias da informação para o desenvolvimento das comunidades. Foram eles que me pediram para trazer-lhes esta mensagem.







*Cultura de Paz e o
Diálogo entre as Nações*



Diálogo entre as Religiões^{*}

Sua Alteza Real,
Senhoras e Senhores,

Não posso deixar de começar com a expressão do meu mais profundo agradecimento às autoridades da República do Uzbequistão, e ao Presidente Islam Karimov, pelos seus notáveis esforços, que tornaram possível esta reunião.

Nosso encontro em Tashkent acontece às vésperas da observância, pelas Nações Unidas, de um ano dedicado ao Diálogo entre as Civilizações, a partir de janeiro de 2001. Justamente na semana passada, em Nova York, em 5 de setembro, um dia antes da Assembléia do Milênio das Nações Unidas, dei início à abertura formal desse ano internacional, juntamente com o Secretário Geral Kofi Annan e o Presidente Muhammad Khatami, da República Islâmica do Irã, frente a uma reunião de eminentes Chefes de Estado e intelectuais renomados, vindos de todo o mundo. Durante as frutíferas discussões, nas sessões da manhã e da tarde, os participantes concordaram amplamente que só mediante o diálogo entre as civilizações e as religiões será possível superar memórias antigas de ressentimentos históricos e atos de menosprezo cultural.

É reconfortante observar que, em reação a surtos de violência sectária, em todo o mundo as nações e os povos estão se mobilizando contra o racismo, o ódio aos estrangeiros e à intolerância, com a percepção crescente de que os nossos destinos estão associados. Não é acidental o fato de que os representantes das grandes tradições religiosas da humanidade, que constituem componentes tão essenciais da identidade cultural da humanidade, estão se

^{*} Discurso pronunciado no Congresso Internacional para o Diálogo entre as Religiões em 14 de setembro de 2000, Tashkent.



aproximando uns dos outros, em busca de um melhor entendimento universal.

Naturalmente, "civilização" e "cultura" não são sinônimos. É certo que muitas culturas definiram a sua personalidade e, na verdade, conseguiram sobreviver através de séculos pela devoção a uma determinada tradição religiosa. Outras culturas, porém, não se identificaram necessariamente a uma única crença. Por exemplo: a civilização da minha terra natal, o Japão, tem aceito que os ensinamentos de diferentes escolas espirituais podem coexistir e até mesmo complementar-se, harmonizando-se entre si. Esta atitude, que era também generalizada nas antigas Grécia e Roma, ressurgiu no Ocidente moderno. E não há dúvida de que os grandes encontros internacionais do nosso tempo, entre civilizações e entre tradições religiosas, refletem um impulso generoso dirigido para a promoção da sabedoria da paz. A paz duradoura implica o reconhecimento recíproco da diversidade enriquecedora existente dentro da única família humana. Diálogos como este que hoje nos reúne e com os quais a UNESCO está comprometida de forma tão crucial, contribuem de modo significativo para promover o pensamento comum em temas essenciais como a paz, a globalização, os direitos humanos universais e o desenvolvimento sustentável para todos.

Examinar em conjunto nossas raízes espirituais é enfrentar as realidades fundamentais da condição humana. Nos últimos dois séculos, grandes avanços científicos na arqueologia, antropologia e paleontologia, notadamente aqui, nos antigos cemitérios da Ásia Central, estabeleceram, sem sombra de dúvida, que as configurações mais antigas conhecidas da identidade humana envolviam cerimônias e rituais de caráter religioso, com os quais os membros da nossa família humana procuraram definir o sentido espiritual da nossa sorte comum, na vida e na morte, sobre esta terra e debaixo do céu. O estudo comparativo das religiões nos permite investigar as representações duradouras da própria mente do homem: todas as explorações da psicologia profunda pressupõem essa abordagem essencial, religiosa e cultural, ao mesmo tempo humanista e científica, que é a procurada pelos membros deste Congresso.

As tremendas revoluções conceituais, técnicas e científicas dos últimos

séculos levaram a um radical questionamento e a uma reavaliação do papel das religiões tradicionais; em alguns casos, até mesmo a perseguições, em contrapartida. À medida que chega ao fim um dos séculos mais revolucionários e também mais tormentosos da experiência humana nos séculos, simbolicamente, no limiar de um novo milênio, é apropriado suspender a respiração por um momento e refletir, em conjunto, nossa herança espiritual comum.

Um Congresso como este, nos ajuda a explorar os meios e modos de reduzir os aspectos mais negativos das atitudes religiosas comuns, especialmente os que incitam mais diretamente à intolerância sectária, ao ódio ou ao conflito. Ao contrário, devemos utilizar as fontes abundantes de documentação espiritual para acentuar a contribuição positiva das religiões, especialmente nos campos da ética e dos valores humanos. Permitam-me, assim, focalizar alguns dos aspectos mais brilhantes da nossa herança religiosa, especialmente à luz do diálogo e do encontro de mentes que estão ocorrendo aqui.

Há alguns milhares de anos, as percepções religiosas ajudaram a fomentar a intuição da natureza comum da humanidade e a realização da solidariedade humana. Reunimo-nos aqui, apropriadamente, na região onde nasceu o zoroastrismo, e onde o budismo firmou por muito tempo raízes das mais profundas: duas antigas tradições universais que dirigiram sua mensagem não a um grupo ou comunidade em particular, mas a toda a humanidade. Aqueles de nós que cresceram na Ásia Oriental têm consciência de que o budismo, seus ensinamentos, escrituras, rituais e arte nos chegaram dos mosteiros e centros espirituais que floresceram em toda a Ásia Central e no próprio Uzbequistão. Os estudiosos que se concentraram no estudo das espantosas ramificações culturais da Rota da Seda mostraram as influências profundas que se irradiaram da Ásia Central, alcançando, inclusive, as tradições espirituais da Ásia Ocidental, como o judaísmo, quando as terras do Mediterrâneo, por sua vez, exploraram mensagens filosóficas e religiosas de abrangência universal.

Com efeito, as grandes crenças religiosas do mundo vêm trocando lições ao longo de séculos. Como sistemas espirituais coerentes e organizados, as religiões certamente não se cancelam mutuamente devido a esses emprésti-



mos e influências mas, ao contrário, se enriquecem reciprocamente. A Ásia Central é um dos pontos de encontro mais fascinantes do mundo para o estudo dessas influências recíprocas e de enriquecimento da espiritualidade.

Para aqueles dentre nós criados dentro da tradição budista, aprender mais sobre a sutil fertilização cruzada do budismo e do Islã nas monarquias medievais da Ásia Central, não cessa de constituir uma fonte de admiração. Ficamos surpresos ao descobrir que a história legendária de Ibrahim ibn Ad'ham, um príncipe da Ásia Central, considerado pela tradição islâmica como um dos fundadores do misticismo sufista, acompanha, em paralelo, a história de Buda: o jovem filho do monarca que, ouvindo um chamado mais profundo ao emergir do abrigo ilusório representado pelas muralhas do jardim palacial, tornou-se um dos maiores mestres espirituais da sua família cultural.

Isso não significa, naturalmente, que se deva reduzir o sufismo a uma forma de derivação disfarçada do budismo da Índia ou da Ásia Central. Muito pelo contrário, todos sabemos que a tradição sufista é uma das disciplinas espirituais do Islã de raízes mais vigorosas e que alguns dos seus maiores mestres medievais viveram em regiões tão distantes como a Espanha árabe. No entanto, é profundamente emocionante notar que a visão sufista guiou a abordagem tolerante e muito bem informada das outras religiões, especialmente o hinduísmo, manifestada pelos governantes descendentes da dinastia real mais famosa da Ásia Central medieval: os timuridas. Príncipes timuridas do século XVI, como Akbar, patrocinaram o que foi provavelmente o diálogo entre religiões mais aberto da história, de todos os tempos e todos os lugares, até este final do século XX. As percepções sufistas convenceram Akbar da convergência última, nos níveis espirituais mais profundos, das crenças da humanidade como aspectos variados do coração humano. Sob o governo de Akbar, os crentes de todas as fés tinham direitos iguais, em um espírito de respeito universal. O resto do mundo levou algum tempo para chegar a esse ponto!

A história da religião mostra um desenvolvimento paralelo a essa percepção espiritual da universalidade humana no crescimento e na definição de



padrões éticos universais. Os filósofos argumentaram, convincentemente, que a ética pode subsistir como um padrão moral por si mesma, independentemente de qualquer sistema metafísico. No entanto, é um fato histórico verificado que os líderes espirituais das grandes religiões do mundo se destacaram como defensores dos direitos humanos universais.

Um dos episódios religiosos mais emocionantes na história deste planeta aconteceu há quase quinhentos anos na ilha caribenha que hoje abriga as repúblicas do Haiti e de São Domingos. Foi nesse lugar que o Padre Las Casas pregou do seu púlpito, aos conquistadores cristãos da ilha, contra a escravização dos povos indígenas, considerando-a um terrível erro moral e afirmando que negar a plena humanidade de qualquer parte da família humana, nas Américas ou na África, era pecar contra os ensinamentos do próprio cristianismo. Hoje, Las Casas é reverenciado, do Norte ao Sul, como uma figura ética exemplar do cristianismo nas Américas: um líder religioso que buscou forças nas fontes da sua tradição espiritual mais profunda para sustentar a dignidade humana universal que agora assumimos, finalmente, como algo normal. Na nossa época, tivemos Martin Luther King, que arriscou a vida pelos mesmos ideais.

Considerações como estas revelam o motivo por que estou tão feliz por ter podido inaugurar, ontem, a Cátedras UNESCO de Estudos Comparativos das Religiões Mundiais, na Universidade Islâmica de Tashkent, uma das várias Cátedras, distribuídas por todo o mundo, que promovem o diálogo entre as religiões e culturas, examinando de forma objetiva a sua interação e influência recíproca em determinados contextos históricos.

Os participantes deste Congresso Internacional para o Diálogo entre as Religiões se reúnem, aqui, no momento em que, em toda parte, os seres humanos estão fazendo as perguntas mais urgentes sobre o significado da posição que ocupamos na terra e no universo; no momento em que as referências mais familiares das nossas vidas, economias, estruturas sociais e ambiente visível parecem prontas a serem varridas – e mesmo soterradas – pelas forças que chamamos de "globalização". Mas a "globalização" apresenta, também,



um aspecto altamente positivo: nunca antes todos os povos do mundo estiveram tão conscientes do nosso destino comum, como beneficiários das dádivas do planeta. Para enfrentar o desafio apavorante da "globalização", precisamos adaptar-nos. Muitos de nós estão buscando suas raízes espirituais: uma herança espiritual que nos sustenta e nos distingue, generosamente. É preciso, porém, que não nos divida.

Como organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas, a UNESCO se preocupa, profundamente, como é natural, com a irrupção de conflitos armados locais, alimentados pela pobreza e a injustiça social mas que são nutridos, também, por preconceitos étnicos ou sectários. Em favor da paz mundial, a UNESCO, de seu lado, deseja promover uma cultura – e um espírito internacional – de tolerância e respeito mútuo baseados necessariamente, em um conhecimento mútuo mais amplo e mais profundo.

Não existe, hoje, nenhum povo etnicamente "puro", nenhuma civilização culturalmente "pura" e nenhuma tradição espiritual religiosamente "pura": todas são uma mistura fértil de muitas contribuições. Além disso, hoje, nenhuma comunidade cultural ou religiosa vive isolada. Majoritárias ou minoritárias, todas as religiões precisam encontrar formas de ajustar-se e aprender a conviver entre si, em harmonia, na vida das sociedades contemporâneas. Um dos desafios importantes do novo século será promover, desde a infância, o conhecimento, a compreensão e um respeito profundo por todas as tradições espirituais do mundo, por meio da educação. Este objetivo educacional é um dos mandatos fundamentais da UNESCO.

Por isso, meu maior desejo é ver congressos como este contribuindo para essa meta, ajudando a apagar as chamas da intolerância sectária e ampliando a luz da sabedoria espiritual – trilhando os caminhos abertos por homens como Akbar e Las Casas.



*A Cultura da Paz: uma idéia em ação**

Senhora Presidente do Comitê de Articulação ONG-UNESCO,
Senhor Presidente do Comitê ONG da Junta Executiva,
Embaixador Chowdhury,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

No dia 20 de novembro de 1997, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como Ano Internacional para a Cultura da Paz. A intenção era "mobilizar a opinião pública, no nível nacional e internacional, com o objetivo de estabelecer e promover uma cultura da paz" e "focalizar o respeito pela diversidade cultural e a promoção da tolerância, solidariedade, cooperação, diálogo e reconciliação".

A "Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz", adotados pela Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 1999, complementaram aquela proclamação. O conjunto da sociedade civil e, especialmente, as organizações não-governamentais, receberam papéis fundamentais na promoção prática da cultura da paz. Organizações como as aqui representadas foram instadas a fortalecer parcerias entre si, com os governos e com o Sistema das Nações Unidas, para promover um genuíno "movimento global para uma cultura da paz".

Hoje, faltando um mês para terminar o ano 2000, podemos dizer que o apelo da Assembléia Geral foi atendido: 72 milhões de pessoas – mais de um centésimo da população mundial – assinaram o Manifesto 2000, comprometendo-se a praticar, na sua vida diária, os princípios de uma autêntica cultura

* Discurso pronunciado na Conferência de Organizações Não-Governamentais sobre o Ano Internacional para a Cultura de Paz em 24 de novembro de 2000, Paris.



da paz. Esse número reflete, claramente, a abrangência da mobilização havida, em mais de 160 países, graças ao trabalho de milhares de organizações que, como todas as suas, emergiram das fileiras da sociedade civil.

Os senhores mobilizaram suas redes nacionais para divulgar o Manifesto 2000, executar ações pioneiras, planejar exibições, realizar concertos e promover campanhas de sensibilização do público. Durante todo o ano, produziram também estojos de treinamento, organizaram cursos e realizaram brilhantes iniciativas escolares.

Dirijo meus agradecimentos em particular às ONGs que têm status oficial junto à UNESCO, pela forma como responderam ao desafio do Ano Internacional, em janeiro de 1999. Essas organizações se juntaram a nós para definir, por meio do Comitê de Ligação, a própria estrutura e os arranjos para a nossa parceria e a Carta assinada entre elas e a UNESCO tornou-se um modelo para outras parcerias nacionais e internacionais.

O *momentum* alcançado durante o Ano Internacional deveria ser sustentado. Na próxima década, poderemos ampliar e fortalecer essa ação, pois as Nações Unidas decidiram transformá-la na Década para uma Cultura da Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo.

Senhoras e Senhores,

Estes dois dias lhes darão a oportunidade de fazer um levantamento da contribuição das ONGs ao Ano Internacional para a Cultura da Paz. Acima de tudo, poderão desenvolver trabalhos práticos tendo em vista a próxima década, desenvolvendo propostas para um Plano de Ação a ser adotado, no próximo ano, pela Conferência Internacional das ONGs.

A UNESCO tem um grande interesse por esses trabalhos, especialmente agora que está prestes a preparar seu Projeto de Programa e Orçamento para 2002-2003, assim como seu Projeto de Estratégia de Médio Prazo para 2002-2007, com um tema unificador: "A UNESCO contribuindo para a paz



e o desenvolvimento humano em uma era de globalização".

Os temas escolhidos para os vossos grupos de trabalho correspondem aos oito campos principais do Programa de Ação de uma Cultura para a Paz das Nações Unidas. Cinco desses campos foram também selecionados pela Junta Executiva da UNESCO, durante sua última sessão, como futuras prioridades da nossa Organização:

- * Educação básica, e em especial a educação para uma cultura da paz;
- * recursos hídricos e ecossistemas, no quadro do desenvolvimento econômico e social sustentável;
- * diversidade, pluralismo e diálogo entre as culturas, para promover a compreensão, tolerância e solidariedade. O Ano de Diálogo entre as Civilizações das Nações Unidas (2001) estabeleceu a mesma prioridade e a UNESCO garantirá a criação de um vínculo estreito com a Década;
- * acesso mais amplo à informação, especialmente a informação de domínio público, para apoiar a comunicação participatória e o livre fluxo de informação e conhecimento.
- * Com respeito à prioridade atribuída à ética da ciência e tecnologia, proponho que o tema seja incluído, também, nas vossas deliberações, já que o projeto Cultura da Paz tem em si mesmo uma natureza ética.

Senhoras e Senhores,

O Secretário-Geral das Nações Unidas apresentou à Assembléia Geral um documento para a Década que acentua duas abordagens paralelas a serem seguidas: fortalecer nossas parcerias dentro do Movimento Global e promover a educação em benefício de todas as crianças do mundo.

De um lado, o Movimento Global "precisa ser continuado e fortalecido para envolver a todos, em todos os níveis da sociedade, na transição de uma cultura da guerra e violência para uma cultura da paz e não-violência".

Contaremos para isso com a participação continuada dos senhores, como nossos parceiros no nível internacional.



Ao mesmo tempo, no nível nacional, o Movimento estará repousando também na rede de comitês e pontos focais nacionais instituídos pela UNESCO durante este Ano Internacional, notadamente as Comissões Nacionais da Organização. Os níveis internacional e nacional continuarão a complementar-se e a reforçar-se mutuamente.

Através da INTERNET, os sistemas de informação e comunicação poderão manter o envolvimento constante de todos os participantes para o intercâmbio de idéias, o acesso ao Movimento e a garantia da sua completa visibilidade.

Por outro lado, ao longo desta Década, estaremos focalizando, em especial, as crianças. Entre as medidas específicas (e passarei a citar o documento das Nações Unidas), "deve ser dada prioridade à educação, inclusive o ensino às crianças da prática da paz e da não-violência. Em todas as outras áreas de ação para uma cultura da paz, deve haver especial consideração pelas crianças". Por isso, também o Fundo das Nações Unidas para a Infância estará associado de perto aos esforços da UNESCO de promover tanto a educação formal como a informal, em todos os níveis.

"A educação deve ser abordada na acepção mais amplo do termo – não apenas a educação formal dada nas escolas mas, igualmente, a educação informal fora das escolas, em toda a gama das instituições sociais, inclusive a família e a mídia. Deve envolver a plena participação dos governos, das organizações inter-governamentais e da sociedade civil. Sua estratégia deve acompanhar a adotada pelos ministros da educação do mundo com respeito à educação para a paz, os direitos humanos e a democracia: uma abordagem compreensiva e holística, envolvendo todos os parceiros educacionais e os vários agentes de socialização, inclusive as organizações não-governamentais e as organizações comunitárias, em um processo de participação democrática."

Senhoras e Senhores,

No curso de suas discussões, estou certo de que encontrarão os meios



de promover o tipo de educação que pode nutrir uma autêntica cultura da paz: uma cultura cuja importância a UNESCO só recentemente teve a iniciativa de acentuar, no Fórum de Dacar do programa Educação para Todos.

O próprio conceito de cultura da paz nos proporciona a força unificadora, motora e de alta motivação de que necessitamos para reunir tantas energias complementares como as representadas pelos governos, a família das Nações Unidas e as suas organizações não-governamentais.

Diariamente, a UNESCO enriquece esse conceito por meio dos seus programas nos campos especializados da educação, ciência, cultura e comunicação.

A palavra "parceria" sugere, por si mesma, uma variedade de energias operando em conjunto e multiplicando os meios de ação disponíveis. A esse respeito, o Embaixador Chowdhury teve uma expressão particularmente feliz quando descreveu esta iniciativa mundial como "uma grande aliança de movimentos existentes".

Estou muito satisfeito em poder dar as boas-vindas da UNESCO aos representantes das vossas organizações internacionais, e estarei acompanhando os resultados das sessões com a maior atenção. Desejo a todos completo êxito no vosso importante trabalho e a todos expresse meus agradecimentos.





*O Papel da UNESCO na Consolidação da Cultura de Paz e do Diálogo entre as Civilizações**

Excelentíssimos Senhores,
Senhoras e Senhores,

É para mim um grande prazer tomar a palavra por ocasião deste importante Colóquio Internacional sobre o "Diálogo entre as Civilizações em um Mundo em Mutação", convocado pela Organização Islâmica para a Educação, as Ciências e a Cultura – ISESCO. Quero agradecer aos organizadores do colóquio, e em particular ao Diretor-geral da ISESCO, Sr. Andulaziz Otham Altwaijri, pela oportunidade de compartilhar com os senhores as perspectivas e a visão da UNESCO sobre essa questão.

O diálogo entre as civilizações – e, acrescentaria, ainda que não especificamente mencionado no intitulado Ano das Nações Unidas que lhe é consagrado, o diálogo entre as culturas, pois, intrinsecamente vinculado a ele – coloca numerosos desafios ao mundo contemporâneo e é rico de potencialidades. A UNESCO quis celebrá-lo com brilho especial, pois ele se encontra no centro de suas preocupações e é portador de imenso potencial pacificador.

O diálogo entre as culturas e as civilizações não é simples retórica, é uma realidade histórica a qual cada um deve tomar consciência. Não há civilização que não se tenha enriquecido pelo contato, pela interação e pelo intercâmbio com as demais. No seio de uma mesma civilização, as contribuições são igualmente múltiplas e as civilizações estão, portanto, em permanente diálogo não apenas com as demais, mas com si próprias. É por isso que se pode dizer que cada civilização é profundamente intercultural e que, conseqüentemente, é impensável querer hierarquizá-las ou contrapô-las. A UNESCO empenha-se, precisamente, em lembrar e demonstrar essa realidade e considera fundamen-

* Discurso pronunciado por ocasião da sessão de encerramento do Colóquio Internacional da ISESCO sobre o Diálogo entre as Civilizações em 12 de julho de 2001, Rabat.



tal que seja introduzido nos currículos, em especial de história e geografia, elementos fundamentais para a edificação de uma cultura de paz.

Esse diálogo é desafiador para a UNESCO em numerosas áreas de sua competência: cultura e patrimônio, naturalmente, mas também as variadas relações que as sociedades mantêm com seu meio ambiente, as formas com as quais expressam solidariedade, colocam em prática conhecimentos científicos e tecnológicos e traduzem experiências e valores, por meio da literatura e das artes.

O lançamento deste Ano foi escolhido em setembro de 2000, em Nova York, às vésperas da Cúpula do Milênio, nas Nações Unidas. Reuni, em Mesa Redonda, Chefes de Estados e Dirigentes do mundo inteiro para uma troca de pontos de vista sobre como o diálogo entre as civilizações poderia propiciar a eclosão de um novo paradigma nas relações internacionais, que considerasse valores comuns e que, ao mesmo tempo, preservasse e respeitasse a diversidade cultural. As propostas inovadoras e audaciosas apresentadas se revestiram de caráter ainda mais importante, por emanar de personalidades que exercem as mais altas responsabilidades em seus países.

Desde esse importante evento, organizamos numerosas manifestações internacionais que, certamente, não enumerarei aqui. A vontade política expressa nas múltiplas reuniões, congressos, colóquios e seminários realizados sob a égide do diálogo entre as civilizações constitui um fato absolutamente excepcional e portador de esperança. Nos últimos meses, pronunciei-me em várias reuniões e fóruns importantes cujo tema principal era o diálogo entre as civilizações: no Centro de Estudos Islâmicos da Universidade de Oxford, no Conselho de Administração do PNUMA, em Nairobi, no Kenia, assim como no Colóquio Internacional sobre a Civilização do Vale do Indus, em Islamabad, para citar apenas alguns.

A UNESCO esteve também presente na Conferência de Teerã, bem como na Conferência Internacional sobre o Diálogo entre as Civilizações realizada em Vilmnius, na Lituânia, em abril último, e que marcou outro grande momento na celebração deste Ano Internacional para o Diálogo entre as Civilizações.



No momento, dedicamo-nos intensamente a preparar a Conferência conjunta ONU/UNESCO a realizar-se em Tóquio e em Kioto, em duas semanas. Terei a oportunidade de presidir uma sessão na qual estará também presente o Diretor-geral da ISESCO, o que me alegra, bem como numerosos outros Secretários-Gerais de agências regionais. Outro acontecimento que esperamos com interesse é a próxima Cúpula da Francofonia, a realizar-se em Beirute, em outubro de 2001.

Este Ano será coroado por reuniões especiais da Assembléia Geral das Nações Unidas, nos próximos dias 3 e 4 de dezembro. Porém, estas reuniões não marcarão o encerramento da ação da UNESCO nesse campo. Pois, como dizia há pouco, o diálogo entre as civilizações está no âmago do seu mandato. A UNESCO é, aliás, a única organização multilateral que se comprometeu, formalmente, em sua Estratégia de Médio Prazo, a tratar questões complexas induzidas pelo diálogo entre as civilizações, nos próximos seis anos. Não duvidando que nossa ação nesta área se estenderá muito além desse período.

Senhoras e Senhores,

Desejaria, hoje, evocar uma dimensão particularmente importante do diálogo entre as civilizações: o diálogo entre as religiões que implica tanto o diálogo com as demais religiões, quanto no seio de uma mesma religião. Este se inscreve não apenas no espírito do Ano das Nações Unidas para o Diálogo entre as Civilizações, mas, também, no Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, temas centrais da Conferência Internacional a realizar-se no próximo mês, em Durban.

De fato, a questão essencial que tanto o diálogo entre as civilizações quanto o combate ao racismo e à exclusão levantam, é o lugar da ética nas relações entre as sociedades, os povos e indivíduos. Esta questão é particularmente significativa diante dos desafios humanos e sociais da globalização. A espiritualidade é uma profunda fonte da ética. E a ética está na base de toda ação da UNESCO. O diálogo entre as religiões constitui, conseqüentemente, um campo privilegiado de diálogo entre as civilizações.



Numerosos conflitos entre religiões são parcialmente alimentados pela defesa da identidade de uma religião, ou de uma tradição espiritual, que exclui as demais. Além de fatores políticos que podem ser identificados aqui e acolá, esses isolamentos antagônicos decorrem do desconhecimento da longa história que une os povos, suas culturas, religiões e tradições espirituais. Um dos objetivos do diálogo entre as religiões é apresentar as dinâmicas de interação entre as tradições espirituais e suas culturas específicas, enfatizando contribuições e empréstimos mútuos que ocorreram por intermédio da descoberta de um patrimônio comum e do compartilhamento de valores. Torna-se, portanto, necessário unir esforços em prol de ações conjuntas para reinventar formas de "convivência" entre os povos, cujo passado, conflituoso ou solidário, constrói a memória coletiva.

No momento em que assistimos, em todo o mundo, a movimentos centrífugos reivindicatórios de especificidades culturais, cujas conseqüências são, por vezes, mortíferas, é nosso dever promover e estabelecer um ambiente de diálogo intercultural e entre as religiões. Acrescentaria que é igualmente importante buscar meios para reduzir as percepções negativas de um ou outro aspecto de uma religião e suprimir, desta forma, a possibilidade de que possam ser causa direta de conflito ou de manipulação para fins destruidores. Ao contrário, é preciso insistir sobre a contribuição positiva das religiões, particularmente, no campo da ética e dos valores. Nesse sentido, a dimensão educativa do diálogo entre as religiões para a promoção do conhecimento recíproco é essencial. É preciso despertar, o mais cedo possível, para o outro, em sua semelhança e diferença.

A UNESCO, por intermédio do Programa do Diálogo entre Religiões "Convergências Espirituais e Diálogo Intercultural", trabalha para que o diálogo entre as culturas, religiões e tradições espirituais alimente os objetivos fundamentais da construção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável. Esse diálogo contribui, significativamente, para a reflexão sobre questões essenciais e atuais, tais como a paz, a globalização, os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento e as formas de exclusão social ou religiosa.



No que se refere à cultura de paz, alegro-me em informar-lhes que a UNESCO foi designada a agência líder do Sistema das Nações Unidas para a Década Internacional para a Promoção de uma Cultura de Não-Violência e da Paz em benefício das Crianças do Mundo (2001-2010). Ao dar prioridade às ações da Organização na área de educação e enfatizar, particularmente, a necessidade do ensino da prática da não-violência e da paz, esperamos avançar, de modo significativo, para a adoção de uma cultura de paz, pelas gerações futuras. As 70 milhões de pessoas que, no mundo inteiro, assinaram o Manifesto 2000 e que se comprometeram a praticar uma cultura de paz e de não-violência, testemunham a mobilização internacional sem precedentes da sociedade civil e constituem um verdadeiro sinal de esperança. Este Colóquio, naquilo que contribui para reforçar o espírito de diálogo de todos aqueles que aspiram à paz e à convivência enriquecedora, no respeito das diferenças do outro, constitui esperança maior.

Felicito, de fato, a ISESCO, por ter tomado esta iniciativa estimulante. Por intermédio deste Colóquio, a Iseesco associa seus esforços aos de numerosos e importantes atores do cenário mundial que estão convencidos de que o diálogo entre as civilizações implica em caminho fecundo para a compreensão mútua, a tolerância e a paz, em um mundo em rápida mutação. Essa mobilização constitui, em si mesma, uma prova do vigor do diálogo, de sua capacidade de transcender e de apaziguar as discórdias. Enfatiza, uma vez mais, a comunhão de interesses e preocupações da UNESCO e da ISESCO, destacadas em nosso Acordo Base de 1984 e que se expressou, desde então, em frutífera colaboração entre nossas duas organizações.

O mais recente nesse esforço comum e que considero bastante positivo, é o projeto, preparado em comum acordo, de organizar, durante este ano, uma Conferência Internacional de Especialistas do Direito Islâmico que permita esclarecer a posição do Islã sobre a preservação do patrimônio cultural e, em particular, do patrimônio pré-islâmico. Essa iniciativa encontra sua origem na profunda comoção causada pelo crime contra a cultura cometido recentemente contra os Budas, em Bamyán, no Afeganistão, e traduz nossa determinação em encontrar novos meios de diálogo capazes de impedir, no futuro, tais



destruições. Ilustra bem o necessário diálogo que se deve instaurar no seio de uma mesma religião.

Alegro-me, por outro lado, que este Colóquio tenha lugar no Marrocos, país conhecido por sua capacidade de promover, internamente, o diálogo entre diferentes correntes civilizatórias e diversas comunidades religiosas e por seu engajamento ativo em prol do diálogo, além de suas fronteiras. Fico ainda mais feliz que este Colóquio ocorra em Rabat, pois foi aqui, nesta cidade, que, em 1995, foi lançado o Programa do Diálogo entre Religiões "Rotas da Fé", resultado de uma iniciativa marroquina, em particular de sua Majestade o Rei Hassam II, cuja lembrança e realizações são tidas por todos em elevada estima.

O Marrocos encontra-se, hoje, entre os países onde os direitos humanos são ensinados nas escolas primárias, pois a educação para a tolerância é verdadeiramente o principal instrumento para a edificação de uma cultura de paz.

Além do mais, os marroquinos sempre se empenharam em valorizar o patrimônio cultural como precioso veículo de diálogo entre as culturas e civilizações. Como mostra, de modo brilhante, a bela cidade de Fez, a salvaguarda de nosso patrimônio comum testemunha não apenas a história, a sabedoria e a criatividade do espírito humano, mas também a inspiração mútua, os intercâmbios e o diálogo, os quais constituem sua fonte inextinguível. Quando a Praça Djemaa el Fna, em Marrakech, foi recentemente proclamada obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade, na primeira proclamação do gênero adotada pela UNESCO, foi distinguido não apenas o valor excepcional desse patrimônio humano, mas, também, seu caráter de espaço único de diálogo intercultural.

Senhoras e Senhores,

No momento em que nunca foi tão fácil se comunicar, vemos emergir novas formas de intolerância, discriminação e conflitos. A UNESCO constitui, portanto, um precioso espaço de diálogo, um laboratório de idéias e um local de engajamento da comunidade internacional.



É preciso antecipar e definir, à luz dos princípios éticos que defendemos, as questões mais cruciais que se colocam para o mundo em nossas áreas de competência e identificar estratégias e políticas apropriadas para respondê-las. A UNESCO é um fórum para abordar problemas éticos, normativos e intelectuais de nossa época, para favorecer os intercâmbios multidisciplinares e a compreensão mútua e deve empenhar-se – sempre que possível e desejável – para o estabelecimento de acordos universais sobre essas questões.

Felizmente, não estamos sós nessa empreitada. Este Colóquio demonstrou o quanto é importante a contribuição trazida por pensadores eminentes e pesquisadores com horizontes múltiplos, refletindo, da maneira mais ampla possível, a dimensão desse diálogo em um mundo multifacetado; um mundo no qual a relação com o outro se tornou tão íntima e onde as noções de responsabilidade individual e de "bem comum" adquirem cada vez mais importância.

Não podemos modificar – o que não seria desejável – o sentido da palavra "diálogo". Porém, podemos imprimir-lhe nova força, refinar seu sentido, seu destino e valorizar o potencial de integração que comporta para o mundo contemporâneo. Aí se encontra a maioria dos esforços empreendidos pela UNESCO, durante o Ano das Nações Unidas para o Diálogo entre as Civilizações e a base sobre a qual a Organização pretende mobilizar seus numerosos parceiros – hoje e nos próximos anos. A reunião de hoje prova que a ISESCO se encontra entre os nossos mais fiéis parceiros.





A UNESCO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Senhor Presidente da República,
Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo dos Países
Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,
Distintos Ministros,
Distintos Membros do Corpo Diplomático,
Caros colegas, Diretores Executivos e outros Representantes,
Senhoras e Senhores,

Com grande prazer uso a oportunidade que me é concedida de dirigir-me a vós por ocasião da Terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar minha maior gratidão ao Governo de Moçambique pela sua hospitalidade e pela notável energia que dedicou à realização desta Conferência. Gostaria, também, de unir a minha voz às congratulações oferecidas a Sua Excelência, o Senhor Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique, a propósito da sua eleição para o cargo de Presidente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta Terceira Conferência se reúne em um momento simbólico para a comunidade de língua portuguesa, por mais de um motivo: além do quinto centenário da descoberta do Brasil, o quarto de século da independência da maioria dos países africanos de língua portuguesa está sendo celebrado no mesmo ano em que Portugal assume a Presidência da União Européia. Tenho grande satisfação com o fato de que, para marcar essas comemorações, alguns dos Estados dos senhores escolheram a sede da UNESCO para organizar eventos culturais prestigiosos, alguns dos quais tive o prazer de participar.

* Discurso pronunciado na 3ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos países de Língua Portuguesa em 17 de julho de 2000, Maputo.

A contribuição dada à humanidade pelos povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é inestimável. Como antigo Presidente da Comissão do Patrimônio Mundial, meu pensamento se volta, naturalmente, para a ilha de Moçambique, um dos tesouros da herança cultural da humanidade. Não posso, também, deixar de mencionar a extraordinária contribuição dos navegadores portugueses ao conhecimento geográfico e oceanográfico, bem como a contribuição de Paulo Freire às ciências da educação. Por fim, que posso dizer das canções de Cesária Évora ou das esculturas de Makonde ou Chokwé – hoje com posição firmemente estabelecida na galáxia artística –, e de todos os escritores, tais como Saramago, Craveirinha, Jorge Amado e Pepetela que fizeram "da sua linguagem o seu país", como Fernando Pessoa coloca apropriadamente?

A UNESCO está convencida de que a promoção do diálogo entre as culturas é um pré-requisito para o estabelecimento de uma paz duradoura e que esta deve incluir a diversidade lingüística. O ensino de línguas e a educação multi-lingüística que os países dos senhores estão estimulando, com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, são fatos essenciais no desenvolvimento da comunicação e da compreensão entre os povos. Hoje, mais de duzentos milhões de pessoas falam português. Essa comunidade que possui grande diversidade cultural e amplos recursos naturais inclui muitos países cuja população (muitas vezes refugiados ou pessoas deslocadas) está vivendo abaixo da linha de pobreza. A luta determinada desses países contra a pobreza e seus esforços incisivos no campo da educação estão no centro das preocupações da UNESCO.

Quatro anos depois de criada, a CPLP pode congratular-se por haver instituído uma dinâmica global baseada na cooperação Sul-Sul e no envolvimento da sociedade civil. Os países de língua portuguesa formam um grupo importante dentro da nossa Organização, ajudando a manter a diversidade das nossas atividades. Para ampliar ainda mais essa contribuição, a UNESCO se prepara para assinar um acordo de cooperação com a CPLP. Não posso deixar de saudar esse desenvolvimento, pois o vínculo da minha Organização com os objetivos da Comunidade – uma organização intergovernamental que cobre quatro continentes – se baseia na própria essência da Constituição da UNESCO.



Excelências,
Senhoras e Senhores,

Como parte da contribuição da UNESCO para a eliminação da pobreza e a criação de um clima de paz social, gostaria, agora, de fazer um apelo em favor de um grupo de países que é afetado, de forma particular: refiro-me aos países africanos de língua portuguesa. A UNESCO decidiu preparar um plano de cooperação com esses países. Como uma agência especializada do Sistema das Nações Unidas, nosso papel será criar sinergias, mobilizar recursos e estimular novas parcerias para a implementação do plano. Apelo, assim, à comunidade internacional, e em particular aos governos, fundações, empresas públicas e privadas e à comunidade artística e intelectual para contribuir financeiramente e em qualquer outra forma apropriada – seja com doações, material cultural e educacional, instalações ou projetos de pesquisa – para implementar as atividades e projetos da UNESCO, nesses Estados. A nossa Organização tem a competência necessária para garantir resultados e para assegurar visibilidade a qualquer projeto que se queira patrocinar nesses países, mas precisaremos de auxílio e apoio para ter êxito. Espero que haja uma resposta em grandes números a este apelo, demonstrando, assim, que não há melhor remédio do que a solidariedade e generosidade focalizadas em objetivos comuns.

Só me resta desejar o melhor êxito no vosso trabalho que, estou convencido, fortalecerá ainda mais os estreitos vínculos recíprocos forjados pela bela língua portuguesa dos senhores, ao longo dos anos.





*Aspectos Políticos do Diálogo entre as Civilizações**

Senhor Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas,
Senhor Secretário-Geral para a Francofonia,
Senhora Secretária Executiva da Comunidade dos Países Lusófonos,
Senhor Diretor-Geral da Alecso,
Senhor Diretor-Geral da Iesco,
Magnífico Reitor da Universidade das Nações Unidas,
Excelentíssimos Senhores,
Senhoras e Senhores,

É para mim um grande prazer e uma honra presidir esta sessão especial da Conferência consagrada aos "Aspectos Políticos do Diálogo entre as Civilizações".

O tema que nos reúne esta manhã é inusitado: praticamente, não temos o hábito de associar civilizações e política. Porém, se é inusitado não deixa de ser profundamente necessário. Lembra-nos que o diálogo entre as civilizações não diz respeito, unicamente, às esferas intelectual e cultural, mas que possui forte dimensão política, no sentido mais nobre do termo – ou seja, que favorece a vida em comum, não apenas nas comunidades e nos Estados, mas também em esferas sub-regional, regional e mundial.

O diálogo entre civilizações exige, de fato, uma vontade política afirmada no mais alto nível, em todas as regiões e áreas culturais do mundo. Esta vontade que pode, em alguns lugares, expressar-se com coragem, é indispensável ao êxito desse diálogo. Aqueles que entre nós participaram da Mesa Redonda organizada por iniciativa da República Islâmica do Irã para o lançamento deste Ano Internacional foram, aliás, testemunhas privilegiadas.

* Discurso pronunciado por ocasião da Conferência Internacional sobre o Diálogo entre as Civilizações em 3 de agosto de 2001, Kioto.



Alegro-me, portanto, especialmente, que dirigentes de organizações que representam áreas geográficas e culturais muito extensas tenham aceito nosso convite: nos beneficiaremos, assim, da sabedoria acumulada das comunidades africanas, francófonas, lusófonas, árabes e islâmicas.

Antes de lhes passar a palavra, permitam-me, entretanto, enfatizar o que parece ser uma das dimensões mais fundamentais do diálogo entre as civilizações e que comporta uma implicação política forte: refiro-me à ética.

O diálogo entre as civilizações coloca, novamente, de fato, no centro de nossas preocupações, a intuição ética fundamental, base do sistema das Nações Unidas, segundo a qual nosso bem comum mais precioso é a paz. A necessidade de diálogo entre as civilizações repousa sobre essa exigência, que nada mais é do que a consciência da impossibilidade de isolamento dos seres humanos e das culturas. Sem diálogo, as culturas e as civilizações declinam e estão fadadas ao desaparecimento. Foi o que o grande intelectual francês Paul Valéry expressou com espantosa lucidez, ao término da Primeira Guerra Mundial: Sabemos doravante que somos mortais. Este aviso, voltado sobretudo para as civilizações européias, poderia, ainda hoje, ser dirigido com bastante atualidade a qualquer cultura e civilização: em um momento de globalização acelerada e interdependência crescente, as civilizações e culturas têm uma necessidade vital de contato, inovação, interação, intercâmbio e diálogo em um mesmo patamar de dignidade, portanto, de tolerância.

Mas não nos enganemos. Esse diálogo entre as civilizações impõe responsabilidades e respeito a determinadas regras, não somente em nível interpessoal, mas também na área pública e na vida política. Deve fundamentar-se no engajamento voluntário dos seres e das sociedades de respeitarem, mutuamente, no interesse comum, um conjunto de princípios e direitos essenciais. Consequentemente, é um processo fundamentalmente democrático e pluralista, que não pode ser concebido fora do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. O diálogo entre as civilizações nos impõe conciliar e reconciliar, em um espaço novo criado pela globalização, a universalidade dos direitos e a diversidade da condição humana.



Não podemos esquecer, também, que o diálogo entre as culturas e as civilizações pode e deve se estabelecer, igualmente, no seio das próprias sociedades, cada vez mais heterogêneas e diversificadas. Conclama, portanto, a participação de todos, em especial as mulheres e os jovens, o conjunto dos atores da sociedade civil. Isso é também um ato político, cujo alcance nem sempre é compreendido em todos os países. Como enfatizaram os chefes de Estados e intelectuais reunidos por ocasião do lançamento do Ano Internacional, na sede das Nações Unidas, no dia 5 de dezembro último, a convite da UNESCO e da República Islâmica do Irã, *dialogue begins at home* – o diálogo começa em casa, em cada comunidade, em cada Estado, em cada sub-região, em cada continente e entre homens e mulheres.

Todos os continentes do mundo – da África à Europa, passando pela Ásia e Oriente Médio – sofrem conflitos freqüentemente assassinos, alimentados pela intolerância e pela ignorância mútuas das culturas e comunidades, pela discriminação sob todas as formas, pela xenofobia e o racismo. Em suma, pela ausência ou fracasso do diálogo e do entendimento.

Promover o diálogo entre as civilizações parece-me, nessas condições, uma medida muito pertinente para promover a paz, não apenas em âmbito mundial, mas também regional e sub-regionalmente. Estou convencido de que se trata de condição indispensável para a solução real dos conflitos no sentido do estabelecimento de uma paz duradoura entre os povos e as comunidades, divididas pela incompreensão, por animosidades ou ódios, às vezes, profundos. Fundado na escuta do outro, na compreensão e no respeito mútuo, esse diálogo torna-se um ato profundamente político.

Pessoalmente, estou convencido – e fiz questão de repeti-lo ao longo do Ano Internacional – que aprender a conhecer a cultura do outro, escutar o que este outro tem a dizer, permite dissipar o ódio, a ignorância e a desconfiança mútuas e ajuda a construir a paz. Devemos, por conseguinte, aprender a conhecer o que cada cultura deve às demais. Devemos, ao mesmo tempo, reconhecer que as civilizações não são imutáveis, que se transformam e se redefinem constantemente, em função das circunstâncias e de novas interações.



Trata-se de uma obra que só pode realizar-se plenamente e de modo duradouro a longo prazo, por meio de contínuo e paciente trabalho de abertura e de reconciliação. Quer se trate da política interna dos Estados ou da política internacional, é uma ação que devemos conduzir com determinação – e nossa reunião de hoje, creio, demonstra que desejamos nos engajar.

Isso não é, entretanto, assim tão simples. Historicamente, o termo "civilização" carrega representações estereotipadas e errôneas: a suposta "civilização" de alguns, freqüentemente, foi entendida em oposição à suposta "barbárie" de outros. Muitas vezes, levou ao estabelecimento de hierarquização entre as civilizações e a antagonismos entre civilizações "dominantes" e "dominadas" que foram, ao longo da história, fonte de numerosos conflitos e guerras assassinas. O termo serviu, particularmente, como justificativa ideológica para a colonização e para políticas de assimilação forçada, equivalendo, nesse sentido, à rejeição da civilização do outro, da dignidade intrínseca da pessoa humana e da própria noção de diálogo. Precisamos combater essa visão arcaica das civilizações, sinônimo de exclusão, quando civilização deveria ser sinônimo de inclusão, quando civilização impõe o que Jacques Delors denominou, em seu relatório para a UNESCO sobre educação para o século XXI, "aprender a conviver".

As considerações éticas devem, portanto, dominar nosso enfoque. Devem estender-se, além da cultura, para as ciências e tecnologias. A UNESCO espera impulsionar a ação nesse campo capital, o qual permanece ainda mal apreendido.

A UNESCO está, também, convencida de que o diálogo entre as civilizações impõe, igualmente, o reconhecimento e a promoção de expressões da diversidade cultural. Em um mundo cada vez mais interdependente e na era da globalização, é preciso cuidar para que uma cultura não venha a dominar as demais. A valorização da diversidade cultural – o que o relatório da Comissão presidida por Javier Pérez de Cuéllar denomina "nossa diversidade criadora" –, especialmente em benefício das culturas menos representadas, e em particular nos intercâmbios de bens e serviços culturais, constitui ato profundamente



político em âmbitos nacional, regional e mundial. A globalização deve permitir a livre expressão dessa diversidade que constitui, ao mesmo tempo, uma riqueza e um bem comum da humanidade.

Como é do conhecimento de todos, a UNESCO atualmente está elaborando uma Declaração sobre a Diversidade Cultural, que deverá implantar as bases necessárias para tal reconciliação e ajudar a valorização dos bens culturais de todas as partes do mundo, especialmente no seio dos países em desenvolvimento.

A ação da UNESCO, em prol da preservação do patrimônio mundial, graças à Convenção de 1970, é agora amplamente conhecida e apreciada. Preservar o patrimônio é, com certeza, preservar a diversidade; é dar oportunidade a cada um de nós de poder ir ao encontro do outro, por meio dos monumentos edificados, das paisagens modeladas e dos vestígios materiais que deixam atrás de si. É permitir o diálogo entre as civilizações. Contudo, as línguas, a literatura oral, a música, a dança, os jogos, as mitologias, os ritos, os costumes, os saberes artesanais, a arquitetura, bem como as formas tradicionais de comunicação são, também, admiráveis testemunhos da diversidade das culturas e merecem, da mesma forma, nossa atenção. Foi para completar o dispositivo que existe há mais de 30 anos que a UNESCO realizou, este ano, a primeira proclamação de 19 obras-primas do patrimônio imaterial da humanidade, a fim de consagrar os exemplos de espaços culturais ou formas de expressão popular e tradicionais mais notáveis. Estamos elaborando um instrumento normativo que deveria, à semelhança da Convenção do Patrimônio Mundial, permitir a valorização – com a ajuda dos países e comunidades concernidas – de patrimônios culturais por longo tempo negligenciados. Esses atos exigem coragem e, antes de tudo, coragem política, pois instauram, de fato, a diversidade e o diálogo entre culturas, no fundamento da história e evolução de toda sociedade.

Senhoras e Senhores,

A educação é o instrumento fundamental que nos permitirá desen-

volver o diálogo em longo prazo entre as culturas e civilizações e assegurar a participação de todos e de todas nesse diálogo. Digo sim "em longo prazo" pois o tempo da globalização e das novas tecnologias é, muitas vezes, o tempo da urgência e do imediato; o tempo do curto prazo é o que limita a capacidade do ser humano de controlar seu destino. Entretanto, é na longa duração que os povos constroem os valores que dão sentido à vida, estruturam as relações e dão forma e substância à identidade. Devemos dar, novamente, o justo valor ao tempo da educação e da cultura, da expressão artística, da criatividade e do diálogo, ao tempo do aprendizado das línguas, sem o qual nem a educação nem o diálogo têm sentido. A educação – entendida como educação de qualidade para todos, em especial a educação das meninas e mulheres – constitui, também, – em um mundo onde cerca de 135 milhões de crianças não estão escolarizadas e cerca de 900 milhões de adultos são analfabetos – um compromisso político fundamental, cujas exigências estão plenamente refletidas nos objetivos estabelecidos na Cúpula de Dacar, realizada no ano passado, sob a coordenação da UNESCO.

Devemos reconhecer, ainda, que a história constitui não apenas o palco principal, mas, igualmente, um instrumento privilegiado para compreender, ler e promover as interações entre povos e culturas. A UNESCO, por meio da divulgação de histórias regionais e gerais, mas, também, pelo lançamento de grandes projetos de diálogo intercultural – Rota da Seda, Rota Al-Andaluz, Rota dos Escravos, Rotas da Fé – colocou em evidência processos históricos e contemporâneos que favorecem a compreensão positiva entre as culturas pela descoberta de um patrimônio comum e de valores compartilhados. Esses projetos permitiram compreender melhor as forças constitutivas da memória dos povos que podem tanto alimentar o preconceito e a incompreensão quanto contribuir para renovar o diálogo entre as civilizações, culturas, religiões e tradições espirituais.

A leitura atenta dos grandes conflitos, antigos ou modernos, entre povos geograficamente separados, mas, sobretudo, entre povos vizinhos, revela que os antagonismos, desconfianças, incompreensões e ódios foram construídos ou alimentados pela maneira como cada povo escreve sua história e a dos outros,



a ensina e a transforma em elemento central de seu patrimônio e identidade. A história constitui, portanto, um desafio fundamental para a promoção do diálogo e da reconciliação entre as civilizações e culturas.

E, nesse sentido, é necessário promover, urgentemente, uma aproximação ética da história. Trata-se, antes de tudo, de fazer com que cada povo, em seu legítimo direito de escrever sua própria história, seja plenamente consciente da construção que opera em sua memória, identidade, imagem e visão do outro (vizinho, amigo ou inimigo tradicional). Deve esforçar-se em observar o maior rigor científico e estar determinado a fazer prevalecer a ética do diálogo, da abertura e do respeito mútuo.

Em última análise, a história deveria ser o cenário onde se constroem identidades plurais e patrimônio comum em respeito aos valores mais positivos da humanidade. É nesse espírito que a UNESCO estimula a retomada da pesquisa histórica, o ensino da história e a revisão dos manuais de ensino, com vistas a valorizar os processos de diálogo, de enriquecimento mútuo e de convergências entre culturas.

Além da própria história, somos chamados a repensar o conjunto da educação. A educação deve ajudar as novas gerações a abarcar a complexidade de um mundo onde cada objeto pertence a um conjunto de relações e não poderia ser imaginado fora do meio com o qual mantém laços estreitos. Nesse vasto conjunto, no qual tudo está relacionado, não existem fenômenos isolados: é um estreito relacionamento, conforme a imagem paradoxal bem conhecida – o batimento das asas de uma borboleta e o desencadear de uma tempestade. A idéia de uma "reliance" universal, para retomar a expressão do filósofo Edgar Morin, nos convida a pensar a totalidade dos fenômenos em contexto mundial e a permanecer conscientes de nosso pertencimento comum a um único planeta.

Senhoras e Senhores,

O grande desafio dos próximos anos é simples: trata-se de "humanizar

a globalização". Devemos reconhecer que a diversidade cultural, espiritual e lingüística da humanidade, longe de constituir um obstáculo ao diálogo, garante sua riqueza. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar que os desequilíbrios existentes em matéria de desenvolvimento constituem obstáculos à criação, em âmbito internacional, de espaços de diálogo onde seres e culturas encontram-se no mesmo patamar de dignidade. Não podemos, também, ignorar o difícil caminho que conduzirá ao reconhecimento das normas e princípios éticos que deverão guiar, no futuro, com base em negociações bilaterais ou multilaterais, o diálogo entre as culturas e as civilizações. A tarefa pode parecer imensa. Porém, é a única que pode gerar a paz no espírito dos homens e a solidariedade intelectual entre as nações.

Como podemos nos orientar para a ética do diálogo entre as civilizações? Como reconhecer a importância contemporânea da diversidade cultural? Que contribuição a educação de qualidade para todos pode trazer? Para debater essas grandes questões e outras mais, temos a sorte e o privilégio de receber eminentes personalidades e dirigentes de organizações regionais. Passarei a citá-los, na ordem em que intervirão em nosso debate:

- Senhora Vigdís FINNOBOGADOTTIR, ex- Presidente da República da Islândia, amiga de longa data da UNESCO. Presidente da COMEST – Comissão Mundial de Ética dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos – e Embaixadora de Boa Vontade da UNESCO para as Línguas.
- Senhor Boutros BOUTROS-GHALI, Secretário-Geral da Organização Internacional para a Francofonia e ex-Secretário-geral das Nações Unidas, autor nas Nações Unidas da Agenda para a Democracia e da Agenda para o Desenvolvimento, que permanecem fonte de inspiração para vários dentre nós. Dirige, na UNESCO, um grupo de reflexão internacional sobre a democracia, cujas conclusões serão publicadas brevemente.
- Senhor Amara ESSY, recentemente eleito Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA), ex-Ministro de Relações Exteriores da Costa do Marfim e Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas.
- Senhor Giandomenico PICCO, representante pessoal do Secretário das Nações Unidas para o Ano Internacional do Diálogo entre as Civilizações.



Quero agradecer seu engajamento pessoal em prol deste Ano Internacional e lhe dizer que a UNESCO acompanha, com muito interesse, os trabalhos do grupo de eminentes personalidades, sob sua coordenação, sobre essas questões.

- Senhor Abdulaziz Othman ALTWAIJRI, Diretor-Geral da Organização Islâmica para a Educação, as Ciências e a Cultura (ISESCO).
- Senhora Dulce Maria PEREIRA, Presidente da Fundação Palmares, dedicada à promoção da cultura africana no Brasil e Secretária Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- Senhor Mongi BOUSNINA, Diretor-Geral da Organização Árabe para a Educação, a Cultura e a Ciência (ALECSO), ex-Ministro da Cultura e Delegado Permanente da Tunísia junto à UNESCO.

Gostaria, para concluir, oferecer à reflexão dos senhores um provérbio africano que ilustra, de modo admirável, a primazia dos valores essenciais:

na floresta, quando os galhos das árvores brigam entre si, suas raízes se abraçam.





*Diálogo entre Civilizações: teoria e prática**

Senhor Presidente,
Distinto Ministro,
Senhor Diretor Geral da Organização Educacional, Científica e Cultural Islâmica, Senhor Abdulaziz Othman Altwaiji,
Senhor Diretor Geral da Organização Educacional, Cultural e Científica da Liga Árabe,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Há quase quatro meses, em Rabat, no Marrocos, falei na sessão de encerramento do simpósio internacional sobre o diálogo entre civilizações da Organização Educacional, Científica e Cultural Islâmica, o que me proporcionou a oportunidade de saudar as numerosas iniciativas nacionais e internacionais dos nossos Estados Membros destinadas a celebrar o Ano das Nações Unidas do Diálogo entre Civilizações. Naquela ocasião, salientei a importância da dimensão religiosa no diálogo entre civilizações, e lembrei a força do seu potencial para a construção da paz. Estávamos convencidos de que poderíamos tornar esse diálogo um fator importante para reduzir a tensão no nosso mundo globalizante. No seu discurso, esta manhã, o Presidente Ben Ali expôs, com grande profundidade de sentimento o quanto ele participa dessa convicção.

Os trágicos acontecimentos em Nova York, no dia II de setembro último, tornaram essa visão cruelmente relevante. Tendo despertado a condenação sem reservas de atos percebidos por toda a comunidade internacional como ameaças à paz e à segurança internacionais, a tragédia fez com que o diálogo entre civilizações voltasse a ocupar o centro das nossas preocupações,

* Discurso pronunciado por ocasião da Abertura do Simpósio "Diálogo entre Civilizações: teoria e prática", promovido pela Organização Educacional, Científica e Cultural Islâmica e o Ministério da Cultura da Tunísia em 12 de novembro de 2001, Tunis.



num momento em que algumas pessoas procuram criar uma associação vergonhosa entre o terrorismo e a crença religiosa.

Diante de conceitos contraditórios da história e análises contendo o mais profundo pessimismo, e uma visão aterrorizadora da globalização como fenômeno que está fora de controle e, na verdade, seria incontrolável, com efeitos inevitavelmente devastadores, a impressão de que o diálogo entre as culturas e civilizações é a chave para qualquer solução duradoura se difunde para além do círculo daqueles que sempre adotaram esse ponto de vista.

É bem verdade que o atual processo de globalização, que na sua abrangência não tem paralelo, pode provocar uma preocupação legítima, e gerar muitas teorias complicadas a respeito das suas conseqüências no médio e no longo prazos. No entanto, embora possa trazer riscos, em especial o de marginalizar as culturas mais vulneráveis, esse processo tem igualmente um potencial sem precedentes como meio de expressão e fonte de inovação.

Os prognósticos mais pessimistas podem ser contrabalançados pelas visões mais otimistas do futuro – alguns diriam utópicas. Elas sustentam que são as mulheres e os homens que constróem a história, e não o contrário, e que o destino da humanidade não é um fenômeno natural sobre o qual o homem não tem influência, mas, sobretudo, é uma construção cultural, a conseqüência direta de ações e planos deliberados. Afirma a crença de que a potencialidade humana por ser realizada, e que os indivíduos podem adquirir uma autonomia genuína; que é possível aceitar a diversidade e pluralidade do mundo e dos seus habitantes, vendo-a na verdade como uma oportunidade e não uma ameaça; e, finalmente, a crença de que essa tolerância pode trazer consigo um sentimento de solidariedade com os outros, com os que são diferentes de nós.

Não foi esta visão utópica, pretendendo a construção de um mundo melhor para a humanidade, que presidiu ao nascimento das Nações Unidas e da UNESCO, assim como de todas as organizações que, como a UNESCO, estão trabalhando para construir um mundo digno da humanidade? O que nos leva a outra pergunta: pode toda a humanidade partilhar o mesmo objetivo?



Pode a humanidade considerar-se de forma unificada, acima das suas diferenças?

Há alguns dias, a adoção unânime, por aclamação, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, pelos 185 Estados Membros da UNESCO representados na 31a. Sessão da sua Conferência Geral foi, com certeza, altamente significativa no presente contexto, embora os seus trabalhos preparatórios tenham começado há quase dois anos.

Pela primeira vez, a comunidade internacional munuiu-se de um instrumento compreensivo para estabelecer padrões, confirmando seu compromisso com a diversidade cultural. Muitos países declararam que consideram essa Declaração um quadro ético de validade universal, cujos princípios devem informar e inspirar todas as políticas nacionais e internacionais neste momento em que é mais urgente do que nunca afirmar a igual dignidade de todas as culturas.

Levando em conta os novos desafios associados à globalização, a Declaração enfatiza o conceito de direitos culturais que devem ser aplicados entre os Estados, assim como dentro deles, e acentua a natureza dinâmica de todas as culturas, que se fortalecem com suas próprias tradições e florescem quando entram em contato com outras culturas.

Ao afirmar a necessidade de permitir aos países em desenvolvimento e aos países em transição a promoção das suas culturas e a criação de indústrias culturais que sejam viáveis e competitivas nos níveis nacional e internacional, a Declaração reflete, claramente, o conceito de solidariedade a que me referi anteriormente.

Descreve a diversidade cultural e o patrimônio comum da humanidade, como sendo tão necessários para humanidade quanto a biodiversidade o é para a natureza. Conseqüentemente, a defesa da diversidade cultural é tida como um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana; e é uma responsabilidade de cada Estado, de acordo com suas obrigações internacionais, determinar a sua política cultural e implementá-la pelos meios considerados os mais apropriados.



Ao adotar a Declaração, juntamente com as linhas principais de um plano de ação, os Estados Membros da UNESCO deram um passo decisivo no sentido de "humanizar" a globalização. Não é este um bom motivo para ser otimista? O conceito de diálogo entre civilizações, celebrado neste ano de 2001, e ao qual foi devotado este simpósio, representa, seguramente, um segundo motivo. De fato, o diálogo entre as culturas e civilizações não pode ser concebido fora de um contexto de diversidade, de diferenças. Conforme Marcel Mauss escreveu, com razão, "Não existem povos não-civilizados. Há somente povos de civilizações diferentes." Este diálogo foi certamente praticado no passado, onde descobrimos a evidência de mesclas e de enriquecimento recíprocos; e, no presente e no futuro é, e continuará a ser, um instrumento de comunicação e compreensão, um sinal de tolerância e de paz.

O diálogo é um processo dinâmico que está em constante evolução. É um elemento que integra de tal forma a vida das sociedades e dos indivíduos que nem sempre podemos distinguir o quê, no comportamento, na linguagem ou na arte, é produto da cultura local e o que vem de fora dessa cultura, ou representa uma herança do passado. Paradoxalmente, as reações, por vezes fortes, aos estrangeiros e àqueles que têm uma cultura diferente, podem ser acompanhadas da adoção inconsciente de práticas culturais ou códigos (relacionados com a alimentação, o vestuário ou a música) de outras terras. Com efeito, a diferença entre a "nossa" terra e os países "estrangeiros" deixou de ser absolutamente clara. Na verdade, poderemos ter que abandonar a idéia do diálogo, que é o resultado da vontade, em favor da noção de um processo natural e espontâneo de caldeamento que sinaliza uma abertura para o mundo de hoje, uma receptividade a novos desenvolvimentos e à capacidade de forjá-los, em uma única estrutura abrangente.

Porque a estrutura plural das sociedades de hoje é não só um fato mas poderia tornar-se um ideal, desde que não ignoremos as divisões, os excessos e até mesmo os crimes cometidos em nome da cultura, ao rejeitar outras culturas. Se a idéia de civilização ainda tem hoje algum sentido, vinculado a um conceito nobre e inteiramente respeitável de participação cultural, esse sentido é definido em termos da transformação dessa diversidade cultural por uma

decisão racional de construir uma identidade múltipla, nutrida pelo contato com uma variedade de culturas. Poderíamos mesmo afirmar que, hoje, ser "civilizado" significa estar aberto à oportunidade de receber elementos de uma variedade de fontes culturais. Este é o único modo como o "diálogo entre civilizações" pode livrar-se de conflitos agudos e agônicos, baseando-se, ao contrário, na certeza de que só o contato com a diversidade das culturas do mundo pode dar a cada cultura individual uma nova vida, levando-a à formação de processos criativos completamente novos. Para citar Octavio Paz, "toda cultura nasce de um encontro, uma mistura ou um confronto. É o isolamento que conduz à morte das civilizações".

Senhor Presidente,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Outra fonte de otimismo é o amplo apoio recebido pela idéia de uma Década Internacional de Diálogo entre Civilizações. Sabemos assim que o ano de 2001 terá visto o nascimento de um movimento bem mais abrangente para promover um diálogo que é ao mesmo tempo importante e urgente.

Esta é também uma boa oportunidade para repensarmos a natureza do diálogo que esperamos (e pelo qual oramos), incluindo não só governos e as elites nacionais mas também as entidades da sociedade civil, o setor privado e a mídia. Em outras palavras, esse diálogo deveria integrar todas as vozes, de forma harmoniosa, para construir um novo modelo de relações humanas. Saúdo a mensagem que nos foi transmitida esta manhã pelo Presidente Ben Ali, quando disse que "A luta contra a pobreza, a marginalização, a injustiça, a opressão, a violência e o terrorismo são uma responsabilidade internacional que nos impõe a definição de uma nova abordagem à vida da comunidade internacional"

Ao enfrentar esta desafio a UNESCO está preparada para cumprir o seu papel, em concerto com o Sistema das Nações Unidas. Neste particular o seu relacionamento antigo, quase orgânico, com a sociedade civil terá sem dúvi-



da uma grande utilidade, e estou convencido de que a Organização Educacional, Científica e Cultural Islâmica será um dos nossos parceiros mais importantes.

O Prêmio Nobel foi concedido este ano às Nações Unidas e ao seu Secretário-Geral, Kofi Annan, "pelo seu trabalho em prol de um mundo melhor organizado e mais pacífico". Foi um reconhecimento do papel essencial que as Nações Unidas podem desempenhar, em conjunto, em estreita cooperação com todos os Estados. O Prêmio demonstra claramente que hoje a paz e a segurança internacionais só podem ser alcançadas com base em uma intenção claramente formulada e cuidadosamente concebida, manifestada sob a forma de diálogo, e através do diálogo.



Assuntos Contemporâneos





*Rumo a uma Comunidade de Democracias**

Excelências,
Distintos participantes,
Senhoras e Senhores,

Agradeço aos organizadores, especialmente ao Governo da Polônia, a oportunidade dada à UNESCO de se dirigir a esta conferência. É significativa a nossa presença no seu país, Excelência, e na verdade nesta região. Os grandes passos feitos no sentido da democracia, nos últimos anos, dão aos senhores credenciais valiosas para hospedar este encontro tão oportuno.

As intervenções que já ouvimos confirmam o consenso crescente tanto a respeito dos valores fundamentais subjacentes à democracia como sobre o cuidado e a flexibilidade necessários no modo como diferentes pessoas consideram a natureza e o ritmo da sua consolidação. Na verdade, não existe um modelo único e diferentes práticas democráticas precisam necessariamente respeitar o que cada cultura tem de específico.

A democracia é um processo dinâmico, ameaçado, constantemente, pelo menor desequilíbrio social, ao mesmo tempo alimentado, constantemente, pelos esforços, a imaginação e a inovação. Nesse ponto está sua superioridade com relação a outras formas de governança: é o único sistema político capaz de corrigir as suas próprias disfunções.

A Constituição da UNESCO é tão válida hoje como na época em que foi escrita. Lembro o que diz o seu Preâmbulo: "a grande e terrível guerra que agora terminou foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios

* Discurso pronunciado por ocasião da Conferência Ministerial "Rumo a uma Comunidade de Democracias" em 27 de junho de 2000, Varsóvia.



democráticos da dignidade, igualdade e respeito mútuo entre os homens ..." Sim, a negação dos princípios democráticos. Temos, portanto, um mandato para instalar nas mentes dos homens e das mulheres as defesas da paz e da democracia sem as quais nenhum direito humano e nenhum progresso podem ser plenamente garantidos.

Desde a queda do Muro de Berlim e o novo contexto internacional criado por esse momentoso evento, a UNESCO tem intensificado as suas ações em favor da democracia, procurando criar ou fortalecer redes de pesquisadores, organizações da sociedade civil, promotores e educadores da democracia e dos direitos humanos. Ampliou, também, o seu trabalho no campo da liberdade de expressão, essencial em uma democracia, garantindo a legitimidade do Império da Lei e o sucesso e sustentabilidade do desenvolvimento. Homens e mulheres, até aqui condenados ao silêncio, podem, assim, expressar suas opiniões e aspirações e participar do seu próprio desenvolvimento. Em suma, a liberdade de expressão introduz a democracia no desenvolvimento. É o que precisamos compreender quando consideramos essa interdependência.

Democracia é um assunto de governos em termos de salvaguardar o quadro das instituições, mas não pode ficar limitado, simplesmente, ao seu funcionamento ou à sua continuidade, por meio de mecanismos como as eleições ou a política multi-partidária. Cumprindo suas responsabilidades como líderes políticos, os senhores estão aqui para considerar as crescentes aspirações democráticas dos seus povos. E as suas respostas precisarão, certamente, atribuir às vozes, cada vez mais poderosas e internacionais da sociedade civil, o lugar que lhes cabe.

A UNESCO é um fórum intelectual e ético para o diálogo e o intercâmbio, afastado alguns passos do caráter imediato das contingências políticas, alguns passos mais perto do calor da familiaridade cultural dos homens. Nestas condições, está pronta para contribuir ainda mais para esse impulso essencial em favor da dignidade humana individual.

Uma Organização reformada que tenho lutado para construir, desde que fui eleito, em novembro último, focalizará, ainda mais nos seus planos e atividades, as necessidades básicas dos países membros. E o que é mais básico do que a democracia?

Espero, com interesse, trabalhar de perto com os Senhores nos resultados desta Conferência e na "Declaração de Varsóvia".







*Qual a Agenda para a Segurança Humana no Século XXI? **

Senhores Diretores,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Permitam-me dar-lhes as boas-vindas à UNESCO, na oportunidade desta primeira reunião internacional de diretores de pesquisa sobre a paz e instituições de treinamento.

Como parte do Ano Internacional para a Cultura da Paz, este encontro possui um tema extremamente atual: "Qual a agenda para a segurança humana no século XXI?". Embora a Guerra Fria pertença ao passado, o mesmo não se pode dizer dos muitos conflitos territoriais, étnicos e religiosos que subsistem aqui e ali, no terreno fértil da intolerância, discriminação, degradação ambiental e pobreza extrema.

Quando o Sistema das Nações Unidas foi instituído, em meados do século vinte, atribuiu à UNESCO um mandato especial, no ponto de cruzamento do conhecimento e das aspirações do homem, para estimular todas as abordagens que pudessem fortalecer a dignidade humana individual, a auto-percepção e a realização pessoal.

Esta reunião servirá para reafirmar, vigorosamente, certos valores – paz, democracia, justiça, tolerância e liberdade de expressão – que a Organização vem defendendo desde a sua fundação. Atenderá, também, às injunções da sua Constituição, no sentido de "contribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações por meio da educação, ciência e cultura, para aumentar o respeito universal pela justiça, pelo império da Lei, os

* Discurso pronunciado na I Reunião Internacional de Diretores de Pesquisa sobre a Paz e Instituições de Treinamento em 27 de novembro de 2000, Paris.



direitos humanos e as liberdades fundamentais que são afirmadas para os povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, linguagem ou religião."

Muitos dos senhores já estão envolvidos, de perto, no trabalho da nossa Organização em favor da paz nos campos da pesquisa, educação e treinamento. As deliberações deste encontro contribuirão, sem dúvida, para fortalecer esse trabalho.

O tema que os traz aqui se articula com as propostas da UNESCO para orientação das suas futuras atividades, pois o Projeto de Estratégia de Médio Prazo para 2002-2007 da Organização tem como título "UNESCO: contribuindo para a paz e o desenvolvimento humano em uma era de globalização".

Em cada um dos seus campos de competência – educação, ciência, cultura e comunicação – a Organização devotará todas as suas energias à ajuda prestada aos Estados para lidar, resolutamente, com os riscos e ameaças que pairam sobre a humanidade. A erradicação da pobreza, a preservação dos ecossistemas (em particular os recursos hídricos), o respeito pelos direitos humanos e a diversidade cultural, assim como a promoção de uma ética da ciência e da tecnologia, estão entre as prioridades que a UNESCO estabeleceu para o prosseguimento desta sua batalha.

A segurança humana é um conceito global e inclusivo. Alguns dos seus aspectos – a pobreza extrema, o terrorismo, o tráfico de drogas, a degradação ambiental, a imigração ilegal e a AIDS – ultrapassam as fronteiras dos países. Por isto, a cooperação internacional é essencial para chegarmos a resultados tangíveis. Precisamos, portanto, agir em conjunto, sem mais tardar.

Há dez anos, a comunidade internacional adquiriu consciência da extensão que tem o problema. Em 1992, o Conselho de Segurança reconheceu, expressamente que as ameaças não-militares à paz exigiam uma ação urgente tanto quanto os conflitos entre os Estados, ou no seu interior.

Dois anos mais tarde, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano,



de 1994, do PNUD, a respeito da segurança humana, deu início a um amplo debate que ajudou a enriquecer, substancialmente, o conceito de "segurança humana", dando ímpeto às ações de grande envergadura para conter o impacto das ameaças a essa segurança. Estou pensando, especialmente, na iniciativa do Canadá de tornar o conceito de segurança humana mais funcional, para estabelecer uma agenda específica de políticas públicas, assim como na prioridade atribuída à promoção da segurança democrática pelo Conselho da Europa. Penso, também, no Japão, cuja iniciativa facilitou a criação de um fundo de segurança humana nas Nações Unidas, em março de 1999, com uma contribuição de 90 milhões de dólares e que se prepara, agora, para financiar uma campanha de informação, educação e comunicação sobre a prevenção do HIV/AIDS na China, a ser lançada brevemente pela UNAIDS e a UNESCO.

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, de 1995, em Copenhague, também salientou a tarefa urgente de enfrentar a pobreza, em especial a pobreza extrema, assim como a exclusão social, dois temas que estão sendo cobertos pelo trabalho de uma ampla coalizão de organizações internacionais, inter-governamentais e não-governamentais. O mesmo se aplica aos campos da segurança alimentar, segurança ambiental e certas outras áreas que hoje denominamos de "novas dimensões da segurança".

Para a UNESCO e o conjunto da comunidade internacional, uma das chaves mais importantes da segurança humana e de todas as formas de desenvolvimento – individual, social, econômico e sustentável – é a educação. Em abril de 2000, o Fórum de Dacar sobre o programa Educação para Todos confirmou esse fato, de modo marcante.

Não haverá paz duradoura sem o desenvolvimento endógeno sustentável, que ataca as causas fundamentais da segregação, da pobreza e exclusão arraigadas. A educação preenche seu verdadeiro objetivo ao habilitar os indivíduos a tomar suas próprias decisões, passando a controlar a própria vida.

Muito caminho foi trilhado desde a época, há não muito tempo, quando pensávamos na segurança em termos de defesa, e os recursos para a segu-



rança eram destinados exclusivamente à compra de armas!

No entanto, ainda falta muito para que a segurança humana se torne uma preocupação central de todas as sociedades.

Não tenho dúvidas de que as suas deliberações nos ajudarão a percorrer o caminho para tal fim.

Desejo-lhes, assim, o melhor êxito nos seus trabalhos. Podem contar com o firme apoio da UNESCO.



As Novas Faces da Guerra e as Causas das Características dos Conflitos Contemporâneos

Senhor Presidente da Assembléia Nacional
Presidentes de Comissões,
Membros do Parlamento,
Senhoras e Senhores,

Estou muito satisfeito com o título deste simpósio: "Reformando as Nações Unidas para dar uma oportunidade à paz". Depois de mais de um ano dirigindo a UNESCO, percebo, agora, como é vital o trabalho que fazemos nos nossos vários campos de competência – educação, ciência, cultura e comunicação – para produzir uma paz genuína, enraizada nas mentes dos homens, como diz a Constituição da nossa Organização.

Concordo com os oradores que me precederam em que, qualquer tentativa de definir as novas faces da guerra e de compreender as suas causas, precisa fazer-se acompanhar de uma tentativa de refletir sobre as novas faces da paz. Está claro que quando terminou a Guerra Fria, os Estados que dela participaram sentiram que começava uma nova era de segurança. No entanto, um número impressionante de conflitos, a maioria deles guerras civis, algumas das quais culminando em genocídio, continuaram e continuam a ocorrer dentro dos Estados, ferindo o próprio centro da sua coesão nacional e muitas vezes ameaçando por muitos anos o seu futuro.

Não obstante, tentativas são feitas, também, todos os dias, para estabelecer a paz mediante acordos, processos de reconciliação nacional ou a busca da verdade e da justiça, tantas vezes laboriosa.

* Discurso pronunciado no Simpósio Internacional "Reformando as Nações Unidas para dar uma Oportunidade à Paz" em 31 de janeiro de 2001, Paris.



A UNESCO procura ter uma compreensão mais clara dos obstáculos e das forças que ainda precisam ser superadas por meio da cooperação internacional. Suas ações se efetivam no médio e no longo prazos. Naturalmente, dentro dos limites dos seus recursos, a Organização busca ajudar as vítimas, quando a tragédia não pode ser evitada, reconstruindo e consolidando a paz onde ela continua fragilizada. Mas é evidente que a sua função principal e crucial é a prevenção. O grande impulso do seu trabalho consiste em promover o respeito pelos direitos humanos – pela educação, ciência, cultura e comunicação – e, assim, nutrir a raiz mais importante da paz.

A ignorância e a pobreza são males que afetam todas as latitudes e trazem consigo, invariavelmente, as sementes letais da violência.

Precisamos enfrentar os fatos: a prosperidade comercial e o crescimento econômico beneficiam essencialmente os ricos; a distância entre eles e os mais pobres cresce a cada dia. Isto não envolve só a desigualdade de rendas mas, também, a desigualdade no acesso ao conhecimento e aos mercados, agravada, em muitos países, pelo seu endividamento insustentável e a pobreza extrema.

A degradação ambiental, o divisor digital, a discriminação e os preconceitos sociais, especialmente contra as mulheres, ou os efeitos devastadores de pandemias como a AIDS, são todos fatores que afetam, frontalmente, as populações mais vulneráveis, incorrendo em enormes custos sociais e econômicos no curto, médio e longo prazos. Seu efeito combinado naqueles menos capazes de se defender é esmagador e os Estados são praticamente impotentes quando precisam enfrentar necessidades tão grandes.

É nesse ponto que se torna necessária a intervenção da comunidade internacional para exercer sua função preventiva. Parte das obrigações diárias da UNESCO é reduzir a pobreza oferecendo uma educação básica de qualidade a todos os 880 milhões de adultos analfabetos que há no mundo e às 110 milhões de crianças sem acesso à escola, permitindo-lhes, assim, adquirir o mínimo de conhecimento e da capacitação de que necessitam. Os compromissos



assumidos em Dacar nos dão um certo encorajamento a esse respeito. Mas precisamos entender que, em termos políticos, é preciso nada menos do que um grande salto para a frente. Não podemos esperar que o setor privado faça tudo, embora ele tenha um papel importante a desempenhar. Portanto, a assistência oficial ao desenvolvimento, que vem declinando regularmente, deveria ser ampliada de forma substancial.

Há dois dias eu estava em Davos, convidado para participar de um encontro sobre a Dot.Force criada pelos G-8, a qual, como sabem, está organizando a tarefa de propor soluções para reduzir o divisor digital. As mesmas questões continuam a ser levantadas: informação para todos, diversidade cultural e acesso à água potável. Será que a unidade do mundo, de que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pretendem ser o esteio, será fortalecida devido à globalização econômica e financeira e do fluxo de investimentos e informação através das fronteiras nacionais, cada vez mais rápido? Será que só a maior interdependência econômica e financeira poderá criar vínculos sólidos entre os povos, estimular o diálogo entre as culturas e civilizações e fortalecer a participação no conhecimento?

Está claro, agora, que se não redobrarmos nossos esforços correremos o risco de testemunhar uma fragmentação social ainda mais séria e, no curto prazo, de permitir que se desfaçam os vínculos mais profundos que mantêm unida a sociedade.

A escala desse desafio é imensa, e ele só pode ser enfrentado pela comunidade internacional se esta agir como um conjunto, ou seja, as organizações internacionais e os Estados mas também a sociedade civil, no sentido mais amplo: os indivíduos que a compõem, as organizações que a representam e o setor privado.

A ação internacional, a nacional e a individual não podem ser tratadas separadamente. É preciso fazer um esforço para proporcionar aos cidadãos uma compreensão melhor do papel desempenhado pelo país a que pertencem e do significado profundo da sua ação em escala regional e internacional. É



preciso estimular a percepção das responsabilidades individuais e coletivas, e a educação – em especial o ensino da história, do civismo e dos direitos humanos – está no centro desse exercício de sensibilização.

A esse exercício, a UNESCO está infatigavelmente devotada. A atenção dada, recentemente, ao inter-relacionamento de culturas, sob os seus auspícios e juntamente com onze Estados da Europa Sul-Oriental, e o esforço para eliminar estereótipos dos textos de história dessa sub-região, ou o projeto sobre educação para a cidadania que a Organização acabou de elaborar com o Governo francês, são exemplos específicos do seu empenho em desenvolver uma consciência civil.

Tendo sido a agência líder na celebração do Ano Internacional para a Cultura da Paz, em 2000, a UNESCO acabou de receber mais uma importante responsabilidade: a de liderar a Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo, começando com o ano 2001. Ocorre que 2001 foi também proclamado pelas Nações Unidas o Ano do Diálogo entre as Civilizações. Todo o Sistema das Nações Unidas compartilha a crença sincera de que as defesas da paz precisam ser construídas nas mentes dos homens. A UNESCO não poupará esforços para cumprir essa missão preventiva, uma das suas tarefas mais importantes, e também das mais inglórias, tão abundante é a evidência de que muito é o que ainda precisa ser feito. A mente humana, é antes de mais nada e, principalmente, a sede da liberdade e da consciência. É nossa responsabilidade comum, agindo de forma concertada, dar uma oportunidade à mente humana.



O Século XXI:

*rumo a um mundo livre de armas nucleares**

Senhor Presidente,
Delegados e participantes na Conferência,
Senhoras e Senhores,

É para mim um prazer estar hoje aqui em Almaty, e ter a oportunidade de me dirigir a esta importante conferência que procura promover um mundo livre de armas nucleares. Minha compreensão do tema desta reunião é que o processo de livrar o mundo das armas nucleares é inseparável da busca da paz e da segurança globais duradouras. Um nobre propósito, com o qual a UNESCO está comprometida desde a sua fundação.

A conferência acontece no décimo aniversário da independência da República do Cazaquistão; o Presidente Nursultan Nazarbayev e os cidadãos deste país merecem cumprimentos pelo progresso realizado desde que a independência foi alcançada, em 1991. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para prestar meu sincero tributo ao Presidente Nazarbayev pelo papel vital que tem desempenhado ajudando o Cazaquistão a trilhar, com sucesso, o seu caminho, durante a primeira década de vida independente. Fazem, também, dez anos da momentosa decisão de fechar o campo de experimentação nuclear de Semipalatinsk, decisão que deve muito à liderança e à capacidade de previsão do Presidente Nazarbayev, conforme explica seu novo livro intitulado *Epicentro da Paz*. A retirada de todas as armas nucleares do território do Cazaquistão foi, também, importante passo à frente.

Sou cidadão do Japão, o único país que experimentou diretamente o efeito de armas nucleares desencadeadas sobre populações civis, em tempo de guerra. Como um diplomata do meu país e agora na condição de Diretor-Geral da UNESCO, tenho desejado e continuo a desejar, sinceramente, que nenhum outro país venha a sofrer a mesma terrível experiência.

* Discurso pronunciado por ocasião da Conferência Internacional "O Século XXI: rumo a um mundo livre de armas nucleares" em 29 de agosto de 2001, Almaty.

Estamos aqui hoje porque outro país, o Casaquistão, tem sua própria história de horror a contar. No curso das quatro décadas, a partir de 1949, mais de quatrocentas experiências nucleares foram realizadas, acima e abaixo do nível do solo. As conseqüências para a saúde da população e para o ambiente serão sentidas por gerações. Em virtude dos abusos e do mau tratamento que sofreu, não se pode contestar o direito do Casaquistão de sustentar um ponto de vista enérgico a respeito das armas nucleares.

Como sabem todos, depois da Segunda Guerra Mundial o contexto do desenvolvimento das armas nucleares foi dominado, durante a Guerra Fria, pelas rivalidades das duas superpotências e dos seus aliados. Com o tempo, foi estabelecida toda uma complexa superestrutura de tratados, convenções, acordos, procedimentos de verificação e negociações, com base na coibição nuclear recíproca, chamada às vezes de MAD [Mutual Assured Destruction]: a Destruição Mútua Garantida. De modo geral, as relações internacionais eram modeladas pela lógica da estratégia das armas nucleares, tendo por base a inimizade fundamental, a desconfiança e o medo.

O colapso da União Soviética e o subsequente fim da Guerra Fria colocaram em dúvida, necessariamente, a relevância de um regime de relações internacionais baseado naquelas premissas. Hoje, estamos vivendo um momento em que essas premissas, e toda a super-estrutura de tratados, acordos de controle de armamentos e sistemas de inspeção nelas baseados estão sendo contestados ativamente por configurarem-se ultrapassados e fora de sintonia, diante dos perigos reais e emergentes que ameaçam a paz mundial. O que quer que resulte deste processo de mudança e ajuste, prevalece um sentimento desconfortável de que o mundo ingressou em um período mais instável, inseguro e perigoso.

Não se trata, contudo, só de uma questão de maior incerteza; trata-se de questão que vai mais além, pois estamos assistindo, possivelmente, a uma mudança de paradigma na própria psicologia da política internacional, dentro do que continua a ser – não devemos esquecer – a era nuclear. Os arsenais nucleares ainda existem, assim como a capacidade de aniquilar os inimigos por

meio de um ataque nuclear frontal. A ameaça de um contra-ataque imediato continua a existir, como o perigo de aniquilação. Mas, a psicologia da Coibição Recíproca estará de acordo com a nova psicologia pós-Guerra Fria? Se a resposta é afirmativa, poderá a super-estrutura da diplomacia da Guerra Fria ser desmantelada, rapidamente, sem provocar uma nova e perigosa corrida armamentista?

Estes são temas e indagações que, com certeza, deverão surgir ao longo das deliberações da conferência. As respostas não são simples, e devemos agir com cuidado a respeito de quaisquer propostas de solução que pareçam subestimar as complexidades implicadas na reforma da paisagem das relações internacionais. Muitos dos antigos sinalizadores do caminho que leva à paz (ou pelo menos à coexistência pacífica) permanecem de pé, mas o próprio terreno em que pisamos é instável; outros marcos estão sendo destruídos, mas a sua substituição parece apenas apontar para o horizonte, sem um alvo claro. Nestas circunstâncias, o mais sábio seria avançar, cuidadosamente, de forma consensual, dentro de uma perspectiva de longo prazo que reconheça o caráter fundamentalmente multilateral de qualquer projeto destinado a estabelecer uma paz sustentável.

De seu lado, a UNESCO permanece firmemente vinculada ao seu antigo compromisso de instalar as defesas da paz nas mentes dos homens. Embora a Organização não esteja colocada na linha de frente das negociações internacionais da paz, ela procura garantir que sejam focalizadas as causas profundas do conflito violento, tanto quanto os seus fatores imediatos. Naturalmente, precisamos que os pacificadores, os agentes e negociadores da paz mobilizem toda a sua competência, mas é também necessário trabalhar em outros níveis e com outra perspectiva temporal. Ao cultivar valores, atitudes e crenças que conduzam à paz, a UNESCO procurar gerar uma predisposição contrária à solução de controvérsias por meio da violência. Não somos ingênuos, e sabemos que esse esforço de longo prazo é extremamente difícil, e vulnerável também a reversões de curto prazo, mas estamos convencidos de que mudar nossas idéias sobre a guerra e a violência é, no longo prazo, a nossa melhor garantia da paz.



É dentro desta perspectiva que a UNESCO propôs à Assembléia Geral das Nações Unidas que o ano 2000 seja considerado o Ano Internacional para uma Cultura da Paz, e de fato assim foi celebrado amplamente o ano passado. Agora, a UNESCO está desempenhando papel de liderança na Década das Nações Unidas para uma Cultura da Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (2001-2010). Em todos os campos da sua competência (as ciências, a cultura, a comunicação e especialmente a educação), a Organização está trabalhando em estreita associação com seus parceiros nos níveis internacional, regional, nacional e local para cultivar a paz sob formas práticas e significativas.

Outra iniciativa, surgida também por instigação da UNESCO, é a proclamação do ano 2001, pela Assembléia Geral, como o Ano das Nações Unidas do Diálogo entre as Civilizações. Sustentado em parte pelo momentum e as articulações geradas pelas atividades da cultura da paz, no ano passado, e, por outro lado, prestando apoio à recém-lançada Década das Nações Unidas para uma Cultura da Paz e Não-Violência, o Ano do Diálogo entre Civilizações sensibilizou muitos Estados Membros.

A UNESCO acredita que os níveis regional e sub-regional são particularmente importantes na perspectiva do diálogo entre civilizações. Muitas vezes, é na interface entre os países, povos e culturas que os conflitos chegam à superfície, vindos de fontes profundas de inimizade e incompreensão, às vezes obscuras. Contudo, ao mesmo tempo, o passado evidencia, também, que houve, outrora, um comércio próspero de mercadorias, o intercâmbio de conhecimentos sobre a tecnologia, as artes e os ofícios, movimentos e caldeamento de populações, importantes empréstimos culturais e as raízes do patrimônio comum.

Derivados de séculos de comunicação e interação, esses laços podem servir como matéria prima para desenvolver a compreensão entre culturas, assim como uma cultura de paz por meio das trocas regionais e sub-regionais. Alimentada a percepção de laços comuns originados na história e em um patrimônio compartilhados, pode-se formar a base de um diálogo entre cul-



turas e civilizações. A UNESCO acredita que esse diálogo pode agir, por sua vez, como uma etapa essencial no processo de construção da paz em uma região ou sub-região.

Assim, a UNESCO crê que o diálogo entre civilizações e a interação das culturas pode ajudar a criar melhores relações entre os países. Se os princípios da tolerância, respeito pelo pluralismo cultural, religioso e étnico e os valores da não-violência estiverem firmemente entranhados nos termos desse diálogo, surgirão oportunidades promissoras para instalar um clima de confiança, abertura e compreensão mútua. Além disso, o próprio diálogo se tornará um modelo para a forma de aliviar as tensões e resolver os conflitos. A UNESCO lamenta o fato de que o amadurecimento dos frutos eventuais dessa abordagem pode levar muito tempo. Mesmo no curto prazo, porém, o diálogo entre civilizações e culturas tem condições de propiciar um vocabulário útil para exprimir o desejo de melhorar as relações e a cooperação.

Estas observações podem parecer distantes das duras realidades da tecnologia das armas nucleares, dos sistemas de defesa de mísseis e dos perigos de uma nova corrida armamentista. Mas, existe aí algo de comum: a saber, a necessidade de trabalharmos em conjunto para abordar as causas e os conflitos potenciais, e para criar vínculos que engendrem confiança entre os estados e os povos. A estabilidade e a segurança duradouras não podem ser construídas sobre o medo do desconhecido, mas sim sobre uma compreensão mútua baseada na previsibilidade, transparência, abertura e no intercâmbio de informações e formas de diálogo que respeitem os interesses vitais dos outros. O fundamento da paz é o diálogo, não as armas de destruição maciça.



*A Perspectiva da UNESCO para o Século XXI**

Distinto Reitor da Universidade de Brasília, Professor Lauro Morhy,
Distinto Diretor de Relações Internacionais, Professor José Flávio
Sombra Saraiva,
Professores e estudantes,
Senhoras e Senhores,

243

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar a todos os meus calorosos cumprimentos e exprimir minha gratidão pelo convite para falar-lhes hoje, aqui, oportunidade que representa para mim um grande prazer e uma honra.

Embora diferentes sob muitos aspectos, nossas instituições compartilham várias orientações comuns. A missão da UNESCO deriva dos mesmos princípios, crenças e preocupações que informam o objetivo fundamental de todas as universidades, ou seja, a busca do conhecimento. Subjacente a essa busca está a convicção de que a expansão, a participação e a utilização do conhecimento contribuirão para melhorar a condição humana.

A UNESCO emergiu das cinzas da Segunda Guerra Mundial como um instrumento para promover a paz, a segurança e o desenvolvimento através da cooperação internacional, nos campos da educação, ciência, cultura e comunicação. Não menos utópica, no sentido positivo de sonho ou plano para um mundo melhor, foi a criação da Universidade de Brasília, um símbolo do esforço brasileiro para a rápida modernização. De modo importante, a Universidade de Brasília teve como fundamento a idéia de que a inovação deveria estar no centro de todo processo educacional. O modelo mais antigo de universidade, como repositório e transmissor do conhecimento estabelecido, foi substituído por um modelo mais dinâmico, baseado na pesquisa ativa e na

* Discurso pronunciado por ocasião da Conferência na Universidade de Brasília em 22 de janeiro de 2002, Brasília.



posição da universidade como vanguarda dos esforços nacionais de desenvolvimento.

Além disso, desde o princípio, a Universidade de Brasília esteve comprometida com a promoção do pensamento internacional no Brasil e, de modo geral, na América Latina. Foi a primeira universidade brasileira a oferecer cursos de relações internacionais e história internacional e, ao longo dos anos, hospedou uma constelação de grandes personalidades mundiais e do universo acadêmico internacional. A reputação internacional e os altos padrões conseguidos pela Universidade são um testemunho eloqüente do êxito dos seus esforços para atingir as metas estabelecidas há quatro décadas.

A UNESCO tem, como esta universidade e outras da mesma qualidade, uma dupla inclinação: em primeiro lugar, a orientação para uma perspectiva de longo prazo, dentro da qual as preocupações duradouras da humanidade são reveladas da forma mais clara; em segundo lugar, o reconhecimento da necessidade de relevância com respeito às realidades e os problemas enfrentados hoje pelas sociedades. A UNESCO configura as suas atividades trazendo a perspectiva de longo prazo e princípios fundamentais para influenciar o seu compromisso com os temas contemporâneos. De seu lado, as universidades precisam adotar um calendário de pesquisa que pode não oferecer um retorno imediato ao investimento de tempo, recursos e capacidade. Com efeito, certas linhas de investigação podem levar anos para mostrar resultados. De modo comparável, a própria natureza do mandato da minha Organização propõe poucas soluções rápidas. Em conseqüência, a UNESCO precisa ter a paciência de esperar pelos benefícios decorrentes desta sua orientação de longo prazo e do seu enfoque nas causas fundamentais, especialmente quando enfrenta novos desafios, possivelmente sem precedentes.

Hoje, quando procuramos entender os terríveis acontecimentos do dia II de setembro, e as suas seqüelas, isso é particularmente relevante. É vital aprofundar e estender a nossa compreensão da nova situação internacional. Precisamos reconhecer a ameaça colocada pelo terrorismo, mas, ao mesmo tempo, perceber que o terrorismo não é o único flagelo existente. Além disso,



não é aceitável reduzir os muitos problemas que provocam a violência em todo o mundo a uma só dimensão, nem devemos acreditar que a ação militar represente a melhor solução para os problemas mundiais.

A principal alternativa para a violência é o diálogo, o qual nos proporciona uma chave para abordar não só o problema do terrorismo mas também a falta de compreensão e conhecimento mútuos que o alimenta. Por isso, precisamos rejeitar, enfaticamente, a visão de que para garantir a nossa segurança todas as liberdades devam ser abandonadas. Precisamos evitar o sacrifício da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa no altar da segurança. Se esquecermos que o objetivo da segurança é proteger nossa liberdade, o terrorismo terá vencido.

Nos últimos anos, tem havido um interesse cada vez maior pela "segurança humana" como conceito ordenador que leva a uma compreensão mais integrada da agenda humanitária, política e de desenvolvimento enfrentada pelo nosso mundo globalizante. Está claro que ainda temos um longo caminho a percorrer: a retórica, as estratégias e práticas da "segurança do Estado" continuam a dominar as relações internacionais. No entanto, a idéia da "segurança humana" está ganhando terreno. Fundamental nela é a mudança de ênfase no sentido da dimensão "humana" da segurança e, a seu lado, uma ampliação do que significa "segurança". Além disso, a atenção é dirigida para as causas profundas e antigas das crises, da violência e das situações de emergência.

Assim, a perspectiva da segurança humana engloba bem mais do que a proteção e defesa militares. Com efeito, ela nos estimula a considerar, mais amplamente, as condições sob as quais o desenvolvimento e a coexistência pacífica podem acontecer. As considerações econômicas são obviamente cruciais, quer se refiram às políticas macroeconômicas ou a programas específicos de combate à pobreza, mas há outros fatores que também precisam ser levados em conta. Eles incluem os temas legais e de direitos humanos; o acesso a serviços educacionais e de saúde; a proteção ambiental; a liberdade de imprensa e a boa governança. Para a UNESCO, as dimensões educacional, cultural, científica e de comunicação da "segurança humana" precisam estar presentes em



uma abordagem compreensiva, nos níveis nacional e internacional. Com efeito, estas dimensões nos desafiam a conceber meios alternativos às armas para a criação da estabilidade e a promoção do entendimento entre as pessoas.

Como a Universidade, a UNESCO tem a vocação do diálogo e do intercâmbio de idéias, de informação e de opiniões. E, como a Universidade, precisa estar aberta para a totalidade das preocupações humanas, aplicando seu conhecimento e capacitação onde quer que sejam necessários.

Como ilustração, vou me referir à crise do Afeganistão que é, agora, o foco da atenção mundial e tema de intenso debate e atividade internacional. Notem, por favor, que o Afeganistão é um país onde as condições da segurança humana estão entre as mais frágeis e desesperadoras de todo o mundo. Regressei, recentemente, de uma curta visita a Cabul e Islamabad. Meu objetivo era ver, pessoalmente, a situação, encontrar os principais líderes e autoridades e ouvi-los, para graduar a abordagem estratégica da UNESCO naquele país, à luz das realidades práticas.

Durante toda a minha visita a Cabul, fiquei impressionado com as comparações com a visita que fiz àquela cidade, há cerca de 36 anos, como membro da primeira missão econômica japonesa enviada ao Afeganistão. Foi em 1965, logo depois de proclamada uma nova Constituição que instituiu uma monarquia constitucional. Certamente, algumas coisas são, de modo geral, semelhantes: a pobreza do povo, especialmente na cidade; a beleza do cenário natural; a falta de desenvolvimento no campo. A maior diferença é o alcance da destruição, visível em toda parte. O Afeganistão é, literalmente, um país em ruínas. No entanto, percebi que havia algo de semelhante: nas duas ocasiões, o clima era de otimismo, o que testemunha uma notável resistência da parte do povo afegão. Existe ali um terreno sobre o qual podemos construir.

Encontrei o Senhor Hamid Karzai, Presidente da Autoridade Interina, e ouvi com grande interesse as suas prioridades. Ele foi categórico em um ponto, em particular: sem educação, o Afeganistão não tem futuro. Disse-me que, de fato, a principal preocupação expressada pelos seus compatriotas era a



educação – e não, por exemplo, os alimentos. O Senhor Karzai pediu que eu atuasse como embaixador do Afeganistão, representando as suas necessidades educacionais, e que ajudasse a facilitar uma cooperação harmoniosa entre os vários doadores e agências internacionais. Na verdade, a idéia comum recorrente em todas as minhas conversas em Cabul, foi a importância de uma ação coerente e concertada, sob a liderança das autoridades afegãs, sem o que, temia-se, faltaria uma base para a reconstrução nacional sustentada. Ao mobilizar recursos para o Afeganistão, é vital que a comunidade internacional preste atenção a estes pontos.

Permitam-me, agora, discutir, brevemente, alguns dos temas especiais do mandato da UNESCO evidenciados pela situação atual do Afeganistão.

Com relação à cultura, como sabem, o regime do Taliban não tolerava qualquer forma de arte que retratasse coisas vivas. Em consequência, muitas obras de arte pré-islâmica foram destruídas, inclusive as estátuas de Buda, em Bamiyan. Estima-se que, nos últimos dez anos, cerca de 95 por cento dos cem mil objetos guardados no Museu Nacional de Cabul foram saqueados ou destruídos. Vale notar, incidentalmente, que o Taliban não foi responsável por todo o vandalismo e os roubos culturais. Muitos tesouros e artefatos artísticos foram contrabandeados para fora do país, para terminar muitas vezes sendo comprados e vendidos no comércio dos mercados negros mundiais. Além desse quadro trágico, há o fato de que, ao longo dos anos, muitos pintores, escritores, cantores e outros artistas fugiram do país em busca de segurança e paz. Situado durante séculos na encruzilhada criativa de várias civilizações, o Afeganistão tornou-se um deserto cultural.

A destruição e o saque de sua rica herança cultural foram uma perda real não só para o Afeganistão como para todo o mundo. Como sabem, a UNESCO tem atuado, intensamente, para prevenir e limitar a devastação cultural do Afeganistão. Assim, por exemplo, temos trabalhado com a polícia e com organizações artísticas para ajudar a reaver os tesouros dispersos do patrimônio cultural do país. Dentro do Afeganistão, o trabalho de restauração será realizado sob nossa coordenação geral. A atenção imediata está sendo



dirigida para o Museu de Cabul, o que está de acordo com as prioridades expressas pelo Senhor Karzai. Vamos aconselhar que seja evitada qualquer ação precipitada na reconstrução das estátuas de Buda, em Bamiyan, embora seja necessário instalar, imediatamente, uma proteção no lugar, para evitar novos danos. Vamos organizar um processo de consultas de base ampla sobre o melhor modo de abordar o assunto.

Dada a gravidade dos problemas que afetam a população afegã, precisamos ter cuidado com as nossas prioridades. Antes de mais nada, precisamos ajudar a reconstruir a capacidade do povo e das suas instituições. Por exemplo: tendo em vista tanto as necessidades imediatas de sobrevivência quanto as de desenvolvimento a longo prazo, a UNESCO promoverá e ajudará as indústrias culturais, tais como a fabricação de tapetes, de corantes, a produção de cerâmica e de tijolos. Daremos cursos de treinamento orientados para o desenvolvimento artesanal com geração de renda, especialmente para as mulheres.

Já mencionei a enorme importância atribuída pela liderança do Afeganistão à educação para o futuro do país. A UNESCO ajudará as autoridades afegãs a criar um programa educacional que aborde as necessidades de longo prazo da reconstrução e reforma do sistema educacional. Reconhecemos, naturalmente, que há, também, necessidades importantes de curto prazo. O novo ano escolar vai começar dentro de dois meses e, portanto, nossa ênfase imediata será ajudar no restabelecimento dos Ministérios da Educação e da Educação Superior, de modo a que os serviços e funções do sistema educacional possam ser retomados. Posso dizer-lhes que esses Ministérios não dispõem dos recursos, equipamentos e materiais mais básicos, e a UNESCO já os está assistindo neste particular.

Nossa principal orientação, contudo, será fortalecer as atividades "upstream", e não "downstream". Por isto, acentuaremos, especialmente, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos, sem os quais a qualidade e a eficiência do sistema de educação, em todos os níveis, serão gravemente prejudicadas. Vamos contribuir para a reconstrução da educação e dos programas de treinamento de professores, essenciais para superar, no longo

prazo, a falta de professores. Além disso, vamos oferecer assistência técnica na área da administração e planejamento educacional. Outra ênfase será o desenvolvimento e a renovação dos currículos, importantes para que os afegãos, jovens e velhos, aprendam a viver em comunidade.

A assistência da UNESCO focalizará, também, os meios de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, de modo a estimular o respeito pela liberdade de imprensa e o direito dos meios de comunicação social independentes. Embora as condições existentes não sejam favoráveis à democracia de estilo ocidental, é vital que os elementos dos processos democráticos sejam, o quanto antes, postos no seu lugar. Deve-se observar que os nossos planos para a educação de professores e o treinamento em serviço darão grande importância às equipes móveis de treinamento e à instrução à distância por meio do rádio, áreas em que a UNESCO tem uma história de êxito no Afeganistão. Além disso, a modernização do país vai exigir a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, particularmente no esforços de capacitação.

Senhoras e Senhores,

Já mencionei que a UNESCO e a universidade compartilham uma vocação universal, uma abertura e preocupação com a totalidade da experiência humana. Depois de considerar a situação de um país em particular, cujo destino foi o de captar a atenção mundial, volto-me, agora, para um problema específico cujo impacto é genuinamente global. É um problema que ilustra, vivamente, a fragilidade da segurança humana em países de todo o mundo, inclusive o Brasil. Quero referir-me à epidemia de HIV/AIDS que passou a ser uma grande fonte de insegurança humana --- e não só para as pessoas infectadas. Esta epidemia atinge também as famílias das vítimas, especialmente as crianças, as suas comunidades e a sociedade em geral. Ver a HIV/AIDS, na perspectiva da segurança, humana revela o padrão complexo das inter conexões que afetam o bem-estar pessoal e as oportunidades de vida de todos nós.

Vou resumir os fatos mais importantes. Mais de sessenta milhões de pessoas já foram infectadas. Deste número, mais de um terço já morreram. A

HIV/AIDS já é um desastre para o desenvolvimento e está se tornando uma crise de segurança devido ao seu impacto social tão devastador quanto o de qualquer guerra. Globalmente, a sua difusão não foi contida; muito pelo contrário, nos próximos anos mais pessoas serão infectadas, a cada ano, do que no ano precedente. Ao contrário de outras epidemias, ela afeta primordialmente jovens adultos, em especial mulheres. Quase 15 milhões de crianças ficaram órfãs, um número que dentro de uma década se elevará a espantosos 50 milhões. A epidemia é alimentada por desigualdades devido à falta de recursos, em razão do sexo e da raça. Embora atinja os pobres e excluídos de forma especialmente severa, tem forte impacto, também, entre os trabalhadores qualificados, as pessoas treinadas e educadas – ou seja, os grupos mais importantes para o desenvolvimento. Para muitos países da África ao Sul do Saara e nos países pobres de toda parte, a epidemia está assumindo proporções apocalípticas.

Levanto esse assunto, aqui, por duas razões. Em primeiro lugar, porque para a comunidade acadêmica é vital debruçar-se sobre uma crise que afeta tantos aspectos da vida no Brasil e no mundo em geral. A epidemia de HIV/AIDS tem a vocação sinistra de explorar e exacerbar as debilidades não só do organismo humano como do corpo social, o corpo político da nação e a comunidade científica. Minha segunda razão é que o Brasil tem enfrentado os problemas dessa epidemia de forma muito inovadora e eficaz, criando, assim, boas práticas as quais outros países podem aprender. Como uma organização universal, com um mandato que abrange todo o globo, a UNESCO deve encontrar soluções onde quer que elas existam. Hoje, a educação preventiva para combater a HIV/AIDS está no primeiro plano da sua agenda e, por isso, a nossa Organização precisa aprender com a experiência brasileira, de modo a que o exemplo do Brasil possa salvar vidas e ajudar o desenvolvimento, em outros países: na América Latina, Ásia, África, na Europa. Precisamos aprender com o Brasil, e aprender depressa. E precisamos aplicar, com rapidez e eficiência, o que aprendermos.

A questão desse aprendizado, porém, não é simples. Aprender lições com a experiência e as melhores práticas de outros países precisa de adaptação



às circunstâncias locais. Os modelos podem ser exportados, mas a sua eficiência não pode ser garantida. Tendo dito isto, acredito que o Brasil tem muito de valioso para repartir com outros países. Estou orgulhoso do envolvimento da UNESCO com o planejamento e a elaboração de programas de combate à HIV/AIDS e com o processo de transferir as lições aprendidas para outros contextos nacionais.

No entanto, a necessidade de problematizar questões de conhecimento e aprendizado tem uma dimensão mais fundamental. Reconhece-se, largamente, que a ignorância, as concepções equivocadas e a falta de informação constituem motivos importantes que explicam por que a epidemia está fora de controle em muitas regiões do mundo. A maior parte das pessoas infectadas pelo HIV e que sofrem de doenças relacionadas à AIDS não têm consciência disso. No entanto, está claro que esse conhecimento não basta. Há milhões de indivíduos que conhecem o vírus e os riscos envolvidos, e que, contudo, não adotam práticas mais seguras: cerram os olhos para esses riscos ou até mesmo se expõem a eles, com os olhos abertos. Por quê ?

Penso que a universidade é um lugar apropriado para fazer essa pergunta, já que o conhecimento é tão fundamental para os seus objetivos. E acredito que o Brasil é o país certo para fazer a pergunta, pela seguinte e simples razão: por meio da educação, da prevenção e da medicina, o Brasil tem conseguido estabilizar o nível das infecções e fazer com que as taxas de óbito relacionadas com a AIDS caiam dramaticamente. Na verdade, o Brasil é um dos países onde a prevenção tem funcionado.

Há muitos países onde o trabalho preventivo, especialmente o baseado na educação, ainda não deu resultado. Mas precisamos fazer com que ele funcione, porque não existe outro caminho: não há uma vacina à vista no futuro previsível. Não há uma cura, embora o tratamento regular possa transformar uma doença normalmente fatal em uma doença crônica administrável. O Brasil mostrou que os custos desse tratamento podem ser reduzidos significativamente, mas em muitos países pobres tratar-se da AIDS está fora do alcance das pessoas comuns; o tratamento é menos factível onde ele é mais



desesperadoramente necessário. Nestas circunstâncias, a educação preventiva deve constar, preeminentemente, de qualquer estratégia que seja adotada.

No entanto, conforme já disse, não basta o conhecimento, isoladamente. Por quê razão?

A HIV/AIDS é a primeira crise de saúde global cujo remédio é a mudança de comportamento. Para provocar uma mudança global, na escala necessária, não basta transmitir o conhecimento, é essencial, também, efetuar uma grande, profunda e duradoura mudança de atitude. Atitude que, antes de mais nada, está relacionada, diretamente, à proteção contra a infecção e à propagação da doença. Certamente, a pobreza e o ambiente higiênico a ela associados, favorecem a difusão da HIV/AIDS. No entanto, alguns padrões de conduta criam, também, um ambiente favorável a sua difusão: a violência endêmica, a falta de respeito pela igualdade e dignidade humanas, as relações sexuais baseadas na coerção. Claramente, são essas atitudes e condutas, não apenas a ignorância em si mesma, que precisam ser coibidas para que as medidas preventivas tenham alguma possibilidade de sucesso.

Mudar as atitudes e o comportamento das pessoas não é impossível, mas nunca é fácil. As complexidades envolvidas nos alertam para a necessidade de uma constante revisão e investigação das premissas, práticas e resultados. No caso da HIV/AIDS, a complacência é letal. Portanto, as universidades de todo o mundo, e particularmente aqui no Brasil, onde vocês têm lições concretas para compartilhar, precisam ajudar a manter continuamente atualizada nossa compreensão das características sociais, econômicas e científicas da epidemia. A doença em si mesma está evoluindo rapidamente, mas o modo como ela afeta a sociedade é também mutável e variável. Por esta razão, os programas nacionais uniformes raramente têm êxito, e as abordagens mais específicas, que focalizam grupos vulneráveis, prometem um sucesso maior.

Assim, os programas de educação preventiva precisam ter alvos bem definidos, mas, em um sentido importante, a educação de boa qualidade é, de modo geral, também preventiva. Refiro-me a uma educação que crie nas pes-



soas as atitudes e condutas consistentes com a dignidade humana, o respeito e a responsabilidade; no longo prazo, cultivar essas atitudes e condutas é a base de todos os nossos esforços para controlar a difusão dessa doença.

Senhoras e Senhores,

De diferentes modos, a luta contra a HIV/AIDS no Brasil, na África ou em qualquer outro lugar, e a busca da paz e do desenvolvimento duradouros em um Afeganistão reconstruído, são partes do mesmo processo contemporâneo. Estamos testemunhando uma procura pelo entendimento e consenso internacionais que abrange todos os campos de competência – desde os direitos à saúde até uma campanha internacional contra o terror; das medidas que protegem um patrimônio da diversidade cultural até os programas educativos nas escolas. Perceber os vínculos que existem entre ações aparentemente desconectadas é parte da necessidade que sentimos de pensar globalmente para garantir a segurança e a qualidade das nossas vidas, onde quer que estejamos. No entanto, enquanto a máxima "pense globalmente, aja localmente" continua a ser válida, agir localmente exige, também, que pensemos localmente. Nossa própria sobrevivência pode depender do quanto ouçamos as pessoas locais e respeitemos o conhecimento local, mesmo ao absorver lições aprendidas mais longe.

Penso que é crucial ampliar o conceito de segurança para que ele acolha considerações relacionadas ao bem-estar, à liberdade e às necessidades humanas, estendendo-se muito além das definições militares estreitas. Com efeito, a agenda da segurança humana é a mesma agenda da inter conexão global e do diálogo global.

Hoje, discorri longamente sobre o Afeganistão, que é um exemplo extremo de como a falta de segurança humana pode prejudicar a vida de milhões de pessoas. Outros países, particularmente na África ao Sul do Saara, passam, também, por terríveis sofrimentos e suas necessidades não podem ser esquecidas. Esses países precisam, igualmente, da nossa ajuda, em particular aqueles que estão sendo devastados pela epidemia HIV/AIDS. Mas não são a globalização, o colapso do Estado, o terrorismo internacional ou as doenças infecciosas que,



por si mesmos, exigem nossa resposta coletiva, e sim o nosso sentimento de camaradagem, nossa humanidade comum, a percepção da identidade humana que todos compartilhamos.

Como podem ver, a UNESCO está lidando, seriamente, com essa agenda global e com os problemas que ela levanta. Acredito que a Universidade de Brasília tem condições únicas neste país para abrigar e promover um pensamento sistemático e original nesse campo. Espero que esta curta apresentação possa, pelo menos, dar início a um debate sobre os desafios que todos enfrentamos.